

**ATA DA
3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL
DE ODIVELAS**

No dia 21 de novembro de 2022, pelas nove horas e quarenta e cinco minutos, reuniu-se a Câmara Municipal de Odivelas, nas instalações dos Paços do Concelho – Quinta da Memória, em Odivelas, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO UM – PROPOSTA DE ORÇAMENTO 2023 E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2023-2027. (DJAG/DFA) -----

PONTO DOIS - PROPOSTA DE FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) RESPEITANTES AO ANO DE 2022 A LIQUIDAR EM 2023. (DJAG) -----

PONTO TRÊS - PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS REFERENTE AO ANO DE 2023, A LIQUIDAR EM 2024. (DJAG) -----

PONTO QUATRO - PROPOSTA DE LANÇAMENTO DA DERRAMA REFERENTE AO ANO DE 2022, A APLICAR EM 2023. (DJAG/DLDE) -----

PONTO CINCO - PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM PARA VIGORAR NO ANO 2023. (DJAG) -----

PONTO SEIS - PROPOSTA DE MAPA DE PESSOAL PARA 2023. (DJAG/DRHF) -----

A reunião iniciou-se com as seguintes presenças: -----

O Senhor Presidente: -----

HUGO MANUEL DOS SANTOS MARTINS -----

Vereadores: -----

EDGAR LUÍS SIMÕES VALLES -----

MARCO PAULO LEMOS PINA -----

ANA SUSANA OLIVEIRA DOS SANTOS -----

FRANCISCO JOSÉ LOURENÇO BAPTISTA -----

FERNANDO PAINHO FERREIRA -----

ANA ISABEL COSME GOMES -----

MÓNICA LISA GONÇALVES VILARINHO -----

NUNO PAULO DE SÁ CARNEIRO BEIRÃO -----

JOÃO PAULO DA CRUZ ANTÓNIO -----

CARLA PATRÍCIA GONÇALVES NAZARETH -----

Presente o Resumo Diário da Tesouraria (Mod. T2) do dia dezassete de novembro de dois mil e vinte e dois, no qual consta que as disponibilidades resultantes de operações orçamentais e de tesouraria se cifram em € 43.731.432,75 (quarenta e três milhões, setecentos e trinta e um mil, quatrocentos e trinta e dois euros e setenta e cinco e cêntimos). -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

PONTO UM – PROPOSTA DE ORÇAMENTO 2023 E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2023-2027. (DJAG/DFA) -----

Presente para deliberação, o proposto na Informação n.º Interno/2022/9177, de 10-11-2022, com o despacho do Senhor Presidente, que seguidamente se transcreve: -----

Câmara Municipal de Odivelas

Paços do Concelho – Quinta da Memória
Rua Guilherme Gomes Fernandes
2675-372 Odivelas

NIPC 504 293 125

Tel.: 219 320 000 | E-mail: geral@cm-odivelas.pt
www.cm-odivelas.pt

Informação -----

“A presente proposta de Orçamento 2023 e Grandes Opções do Plano 2023-2027 foi elaborada em conformidade com as exigências legais e técnico-financeiras aplicáveis. Assim, propõe-se que, em caso de concordância, a mesma seja submetida ao Sr. Presidente para deliberação na próxima Reunião de Câmara e posterior deliberação em Assembleia Municipal.” -----

A Senhora Vereadora Mónica Vilarinho proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

“No seguimento da apresentação do orçamento do Senhor Presidente, relativamente às áreas que me estão delegadas competências, reforçando a importância dos fundos comunitários, temos tido oportunidade de submeter uma série de projetos a cofinanciamento e temos beneficiado muito, como em todas as estruturas e toda a legislação que tem permitido aos municípios executar e beneficiar de uma maior percentagem de cofinanciamento. Temos um excecional exemplo com a Quinta do Espírito Santo, em que o seu financiamento, chegou aos 100%. -----

Até ao próximo dia 30 de novembro, temos também um financiamento de empreitadas, com benefícios acima dos 50%. Por este motivo enalteço todas as equipas, não só as que estão sobre a minha alçada, mas todas as que intervêm de forma articulada para a execução e benefício dos financiamentos comunitários existentes. -----

Ainda na área da DLDE, importa referir que o próximo ano, 2023 será um ano de grande importância. Já no próximo dia 6 de dezembro teremos Odivelas Reconhece, que terá a apresentação do Estudo da Atividade Económica, muitas vezes referido neste órgão e é nesse mesmo estudo, que contaremos com a participação da Ernst & Young, empresa que ganhou o Concurso Público e que foi recentemente atualizado, para percebermos a estrutura e as necessidades no nosso Município. É com este estudo que iremos, também, lançar a Agência. Com o lançamento da Agência de Desenvolvimento Económico teremos o Espaço Empresa, numa extensão para todas as empresas e Empresários do Concelho. Outro ponto de atração dos nómadas digitais, será um espaço de coworking, com o intuito de potenciar mais a formação e a capacitação dos empresários, empoderamento, lançamento e criação de novas empresas. -----

Na área da Informação e Tecnologias, temos vindo a apostar na contínua manutenção, melhoria e substituição de equipamentos, tal como a estrutura de rede de ligações internas para amplo funcionamento interno da Câmara Municipal. -----

Em 2023 faremos um estudo pormenorizado da modernização administrativa, no sentido de perceber onde é que conseguiremos obter mais valências e melhor eficiência na ligação interna, quer na estrutura interna da CMO, quer na comunicação com a população em geral. -----

Câmara Municipal de Odivelas

Paços do Concelho – Quinta da Memória
Rua Guilherme Gomes Fernandes
2675-372 Odivelas

NIPC 504 293 125

Tel.: 219 320 000 | E-mail: geral@cm-odivelas.pt
www.cm-odivelas.pt

Em relação aos Recursos Humanos, há um esforço de quase 15% em relação ao orçamento do ano passado, que se traduz num aumento de cerca de 4.8 milhões de euros, para uma melhor manutenção do Mapa de Pessoal (1542 trabalhadores). A atualização do rendimento mínimo e a alteração do subsídio de refeição, que irá vigorar de acordo com a Portaria 2020/2022, a partir já dia 18 de novembro, ou seja, a atualização irá ocorrer no vencimento do mês de dezembro para todos os trabalhadores. -----

Temos também a atualização da carreira prevista de Técnico Superior e de Assistente Técnico e temos toda uma situação de reposicionamento obrigatório que foram previstos. -----

A par de tudo isto, ainda foi possível contemplar a criação de novos postos de trabalho, que é submetido à reunião de câmara e a opção gestonária que representa um esforço de 314 mil euros." -----

A Senhora Vereadora Susana Santos proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

“Muito bom dia a todas e a todos, cumprimento o Senhor Presidente, as Vereadoras e os Vereadores desta Câmara Municipal, os trabalhadores e as trabalhadoras de apoio a esta reunião de Câmara, bem como o público presente e a quem nos está a ver via *YouTube*. -----

Dizer-vos que temos perante nós documentos previsionais numa época em que é difícil fazermos previsões. Passámos dois anos em pandemia, agora quando achávamos que iríamos entrar num período de recuperação, temos a guerra e uma inflação, isso coloca muita pressão sobre as funções sociais do País e, naturalmente, do Município. Começo, naturalmente, pela questão da descentralização de competências e sei que a pergunta natural que terão é: “porque é que não está contemplado neste orçamento?”. A resposta é simples, porque ainda não saiu o despacho com as respetivas verbas, pois se nós não conseguimos prever o que colocar na receita e consequentemente na despesa. Aguardamos por alguma correção das verbas, porque estas são exíguas e existem desequilíbrios territoriais injustificados. Da parte da tarde, eu e o Senhor Presidente iremos ter uma nova reunião com a Secretária de Estado desta área para continuarmos este trabalho de negociação, esperamos que tenha frutos e que represente um reforço das verbas para o Município de Odivelas. Naturalmente que a Divisão de Coesão Social tem estado a trabalhar e a preparar-se, aproveito para saudar o Diretor do Departamento, a Chefe de Divisão Dra. Inês Fradique, bem como toda a equipa que tem estado a trabalhar nesta área da descentralização de competências. Gostava também de destacar a candidatura aprovada ao PRR para as comunidades desfavorecidas. São cerca de 6 Milhões de Euros, para as componentes material e imaterial, uma operação que visa promover uma intervenção integrada e multissetorial, com vista a corrigir a fratura sócio territorial que afeta as comunidades do Olival do Pancas e do Bairro Santa Maria, na Freguesia da Pontinha. Os objetivos centrais desta candidatura passam por potenciar a melhoria do ambiente urbano, o emprego e a economia, o combate ao insucesso e abandono escolar, o acesso aos cuidados de saúde, o acesso à cultura e à criatividade, o empreendedorismo e a inovação social e o reforço da participação democrática dos cidadãos

e cidadãs destes bairros, a capacitação das organizações e a cooperação entre elas, principalmente para termos um suporte, para que estas ações não se percam no tempo e possam persistir no desenvolvimento desta comunidade. Para a componente material, destaco a requalificação e ampliação do Centro de Saúde da Urmeira, a construção do Polo Cívico do Bairro Santa Maria e a intervenção no espaço público do Bairro Olival do Pancas. Destaco também, na parte imaterial deste Projeto, para além das ações de capacitação, de formação, entre outras, a criação de um Concelho Local de Acompanhamento e Avaliação das Ações pelos seus próprios destinatários. Acredito que é uma forma de podermos potenciar a participação democrática, como também de melhorarmos os próprios Projetos, porque o contributo dos beneficiários é essencial. -----

Na área da educação o destaque natural é, como o Senhor Presidente também já referiu, para a construção da nova Escola EB1JI da Amoreira. Destaco, também, o lançamento do novo concurso público para as refeições escolares dos próximos três anos letivos que, como sabem, teremos de aumentar bastante este valor e teremos um investimento para os próximos três anos de 21 Milhões de Euros. Relembro que são servidas diariamente no nosso Concelho, 11.000 refeições escolares, por isso e por todo o trabalho que a equipa da Divisão de Educação tem desenvolvido, aproveito para saudar o seu Chefe de Divisão Dr. Fernando Sardinha, no exercício das competências da Câmara Municipal nesta matéria. -----

Na área dos Projetos Educativos, Igualdade e Cidadania, destaco a manutenção e reforço dos Projetos Educativos, com especial enfoque para a hipoterapia, com a previsão da construção de um novo picadeiro, como também para a criação das bolsas de acesso ao ensino superior. -----

Na área da Igualdade e Combate à Violência de Género, destaco a criação do Serviço de Atendimento Especializado, estando em negociações para que ele funcione no âmbito na Esquadra de Violência Doméstica da Divisão Policial de Loures e Odivelas. Saúdo, por isso, a equipa da Divisão da DPEIC, na pessoa do Dr. Bruno Santos e agradeço também todo o trabalho desenvolvido pela equipa e que continuará a desenvolver durante o próximo ano. -----

Na área da Habitação, continuaremos a cumprir a Estratégia Local de Habitação, continuando a promover as nossas candidaturas ao PRR. Continuaremos o processo de aquisição de casas, das intervenções de reabilitação de fogos devolutos, de habitações e esperamos também pelo lançamento de empreitadas de construção. Destaco o lançamento, no início do ano, da obra da Praceta Alice Pestana, que será efetuada em coordenação com o lançamento do futuro Parque de Emergência, que visa, numa primeira fase, acolher estas pessoas que vivem em fogos municipais e que necessitam ser deslocadas, quer nas operações de construção, quer nas operações de reabilitação. -----

Aproveito também para saudar o Diretor Municipal Eng. Luís Jorge, a equipa da Divisão de Habitação, na pessoa do Arquiteto Orlando Silva, que, com grande resiliência e determinação agarraram este Projeto. Não nos podemos esquecer que trabalham diariamente na manutenção do parque habitacional, naturalmente, em coordenação com a equipa da Coesão Social e com a equipa da Fiscalização Municipal, encontram-se a

gerir um parque habitacional que tem vindo a aumentar e que aumentará exponencialmente nos próximos dois/três anos. -----

Saúdo também a equipa alargada do Grupo de Trabalho do 1º Direito que tem trabalhado arduamente nesta área, bem como toda a equipa do Grupo de Trabalho que se encontra a desenvolver um documento sobre as Zonas de Pressão Urbanística, documento este que servirá de suporte ao desenvolvimento de uma política de arrendamento acessível no Concelho de Odivelas. -----

Muito obrigada a todas e a todos pelo vosso trabalho e esforço. Agradeço ao Senhor Presidente pela confiança em mim e nesta ampla equipa, agradeço também pela sua liderança sempre próxima e vigilante, agradeço aos meus colegas de executivo e às colegas com pelouros, juntos temos conseguido trabalhar em rede, numa visão transversal e integrada das políticas municipais. Agradeço também aos meus colegas da oposição, como o Senhor Presidente diz muitas vezes, uma boa oposição também faz um bom Governo, também pela forma vigilante, crítica e séria com que tratam os Processos Municipais. Por último, também uma palavra especial à equipa da Divisão Financeira, ao Dr. Hernâni Boaventura e à Dra. Susana Teixeira, a qualidade destes documentos é o espelho da competência e da seriedade com que tratam as contas e os processos financeiros deste Município. Muito obrigada a todos e todas pelo vosso trabalho.” -----

O Senhor Presidente prestou alguns esclarecimentos que seguidamente se transcrevem: -----

“Muito obrigado, Senhora Vereadora. -----

Gostava de agradecer de uma forma sincera todas as observações. Num mundo idílico e num mundo ideal não haveria reclamações, mas isso era impossível e não estaríamos, naturalmente, no planeta Terra. Quero referir que é natural as críticas de quem está na oposição que é quem vê sempre o que não existe ou o que não há ou o que gostava de ser feito. E da nossa parte poderia elencar aqui mais de uma centena de projetos e de investimentos a realizar. -----

Existem duas questões que eu gostava de deixar claras. Acontecia, na Assembleia Municipal, por parte de um eleito por uma coligação, com alguma frequência, a insistência nos custos que pagamos com o arrendamento do Mosteiro, e quero dizer-vos com muita frontalidade, por mim sinto-me completamente confortável. Estas questões causam é uma grande indignação nos técnicos deste município, sabem porquê? Porque a vontade política de resolver o problema existe e existe desde a primeira hora e existem verbas disponíveis, todas as que foram solicitadas até hoje. -----

Mas existem questões que nós não temos responsabilidade, é no tempo e na morosidade dos procedimentos. Toda a gente sabe como recebemos o Mosteiro, isto não é uma crítica política. Mas toda a gente sabe os problemas que temos, ao nível sísmico, as sondagens, não tínhamos sequer um estudo arquitetónico, o levantamento rigoroso... se quiserem marcar uma reunião extraordinária, o engenheiro Luís Jorge com a equipa do planeamento estratégico, explicar-vos-ão tudo. Eu também gostava que já lá

estivéssemos todos e não foi nunca nem por falta de ambição, nem de vontade política e, desculpem, nem de verba. -----

Estamos a fazer um caminho sério, responsável com as diversas entidades, com a Direção-Geral do Património Cultural, e com custos bastante avultados. Já detalhei, outrora, o ponto de situação, o levantamento arquitetónico, as sondagens, etc. E até já vos transmiti que o ISCTE conta lançar, no início do ano, a sua parte, porque é uma parte que não tem acompanhamento, digamos, arqueológico, porque é uma construção posterior a 1940, não estamos a falar de uma zona de monumento nacional. -----

O que vos quero transmitir é que estamos a fazer um caminho que tinha alguma vez de ser feito por alguém. Até do ponto de vista das questões relacionadas com a Autoridade Nacional de Proteção Civil, saídas de emergência, etc... portanto, todos gostávamos de já estarmos no Mosteiro. Agora, também já referi nesta câmara, que provavelmente antes do final de 2024, tal não vai ser possível e não é por falta de verbas nem por falta de ambição. -----

Mas quando assisto, como assisti um senhor eleito municipal, falar repetidamente nisso, e talvez até fosse um dos que deveria estar mais calado, digo-vos que para os técnicos isto também é doloroso, porque eles também estão a fazer o seu trabalho sério, com as entidades. -----

Vamos, em parceria com a Ordem dos Arquitetos, desenvolver um concurso de ideias para o espaço do Mosteiro e para o que vai ser ocupado pelos serviços municipais até para dar outro tipo de dignidade, outro tipo de amplitude, aquele projeto etc... -----

O espaço museológico, o Vereador Edgar Valles já teve a oportunidade de explicar, está a ser feito, os relatórios, quase mensais, do Centro Interpretativo do Grupo de Trabalho enviados também para vocês, penso que já vão no décimo sétimo. Portanto, esta parte para mim era importante deixar clara. Não há aqui nenhuma lentidão política, de vontade ou de responsabilidade, existem os procedimentos inerentes e esses são insubstituíveis. Agora meus Senhores e minhas Senhoras, convidem a equipa, perguntem-lhes o que estão a fazer, perguntem se da parte do executivo municipal existiu um mínimo entrave do que fosse ou o que quer que seja. Para mim é importante que fique claro, porque também já gostava que todos estivéssemos lá. -----

Segundo aspeto, há uma questão que penso que poderia ser, também, abordada. Todos sabem, que o município de Odivelas teve, para o CURPIC em Caneças, um projeto de quase meio milhão de euros, que não se materializou porque os condóminos do prédio que está contíguo às instalações do CURPIC não o permitiram. Portanto, o projeto foi feito, foi apresentado e até foi desenvolvido internamente, perfazia quase meio milhão de euros e não pôde ser executado. Na altura, os jornais locais falavam bastante no assunto e deram visibilidade. -----

Quero dizer-vos que, quer nesse âmbito, quer no âmbito das casas mortuárias, para onde havia também um projeto naquela zona lateral da Igreja, era um projeto bastante, e permitam-me a expressão, encavalitado, muito pressionado naquele espaço e não iria satisfazer aquilo que era a ambição de todos. Pretendia-se,

nomeadamente, a ampliação das casas mortuárias em Caneças. Recordo-vos que surgiu um episódio novo e qual foi esse episódio? Foi a Câmara Municipal ter apresentado a oferta à Obra do Padre Abel, portanto, à Ordem dos Frades Menores e que até hoje estamos à espera de resposta. -----

Informo que esta semana ou a semana passada recebi, finalmente, um telefonema sobre o assunto. Mas atenção, tenho muitas dúvidas, até porque tenho informações que não há decisões. Uma vez é o Frei Armindo que faleceu, outras vezes é porque não existe Frei responsável outras vezes é que vão reunir o definitório e a província. Portanto, apresentámos uma proposta de dois milhões de euros para fazer a aquisição daquele equipamento, tinha todas as condições para instalar o CURPIC e tinha todas as condições para instalar as casas mortuárias. Vamos aguardar até meio do próximo ano, a ver se temos alguma resposta e temos de avançar com um plano B, quer para uma situação quer para outra. -----

Mas sei que compreenderão que, tendo um equipamento daqueles no centro da freguesia, tendo um equipamento com aquela dimensão, tendo o Município de Odivelas, inclusive, apresentado uma proposta de aquisição do imóvel de dois milhões de euros, depois de uma avaliação e depois de ter feito três ou quatro reuniões, que foram acompanhadas pelos senhores Diretores Municipais, não podemos responder por uma entidade que não decide e que não responde. Esta entidade diz que sim, mas não se mostra disponível. A continuar assim teremos de avançar com outra resolução. Caso não tenhamos uma resposta, porque aquilo que vos digo é que nós não temos uma resposta, o Frei Sales esteve ou está nos Açores, o Frei Vítor Rafael foi agora para a zona oeste, para o Varatojo, também já não é responsável e agora apareceu o Frei Silvestre. -----

Compreendam que nós, com responsabilidade, entendemos que era um espaço privilegiado e era o melhor espaço para fazer estes dois investimentos. Estas eram as duas questões de relevância que gostava de dar maior enfoco. Não é por falta de projetos, porque os tivemos, eram os projetos ideais ou os projetos que melhor se adequariam àquilo que é a realidade da freguesia de Caneças. -----

Quero também dar algumas explicações aos Senhores Vereadores, por exemplo, relativamente à Escola Básica António Maria Bravo, mesmo aqui à nossa frente. Está prevista a ampliação quando a Divisão Policial estiver construída. As instalações da atual Esquadra de Odivelas, são municipais, e deixarão de ter aquelas funções, portanto, pretendemos levar por diante um projeto de ampliação, à semelhança, por exemplo, do que foi feito no Olival Basto, um projeto que consiga ter o edifício que hoje é a escola, mais o edifício das instalações da atual Esquadra. -----

Informo, também, o senhor Vereador Fernando Painho, que antes de termos a Escola Básica do Segulim, estamos a apostar, ao nível das prioridades da carta educativa, na construção da nova Escola Básica, estamos a falar do segundo e terceiro ciclo dos Apréstimos. -----

Nós disponibilizámos ao Ministério da Educação o terreno contíguo à atual escola do primeiro ciclo dos Apréstimos e estamos a aguardar. Isto serve também, para Escola Secundária da Ramada, mas já falarei sobre isso. Estamos a aguardar que o Governo abra aquele Plano de Intervenção, Construção e Ampliação

no âmbito do próximo quadro comunitário, e a Senhora Ministra da Coesão já falou bastante no assunto, das câmaras municipais poderem comparticiparem com 7,5%, comparticipando o Estado com o remanescente para a remodelação das antigas escolas. Reparem no caso de Loures precisa de cinquenta milhões para reabilitar todas as EB 2,3 e secundárias. -----

Nós temo-lo feito, até muito contra aquilo que é a vossa opinião e que eu respeito. Estamos neste momento a trabalhar para tentar ganhar terreno com a DGEstE. Já temos um estudo prévio para, assim que abrir essa candidatura, podermos ser dos primeiros municípios a concorrer. Porque a freguesia da Ramada, pelas características que tem e por mais equipamentos escolares que construamos está carente. Por isso, antes da escola do Segulim estamos a trabalhar nessa nova escola. -----

Relativamente à Escola Secundária da Ramada, não obstante o contrato que tínhamos assinado com o Ministério da Educação ser sem um envelope financeiro de contrapartidas, entendemos que uma das prioridades do município era investir naquele equipamento. É um equipamento que tem, neste momento, cinquenta e quatro turmas. Tivemos uma reunião recente, com o Conselho Geral e com a Direção, onde estiveram presentes os senhores Vereadores da Educação e do Desporto, e as necessidades são grandes. O Departamento de Obras está a desenvolver um plano, digamos, estrutural de reabilitação daquela escola, que este ano, de 2023, apesar de ter trezentos e poucos mil euros, penso que o projeto apontará para os setecentos mil euros e terá de haver um reforço. O objetivo é combater algumas infiltrações, melhorar o espaço público, requalificando, etc... -----

Relativamente às unidades de saúde, elas serão comparticipadas quase integralmente pelo PRR. A da Urmeira no âmbito das comunidades desfavorecidas, as outras duas no âmbito do PRR generalista. -----

Relativamente à via T14, senhor Vereador, eu gostava de ser um pouco mais ambicioso, gostava que para o final do próximo ano conseguíssemos iniciar a obra. Nós estamos a contar lançar o concurso no primeiro trimestre. Informo que já existe acordo com todos os proprietários, já estão marcadas, para a próxima quarta-feira, as escrituras com os proprietários com quem chegámos a acordo de expropriação. Portanto, contamos, durante o primeiro trimestre do ano que vem, lançar a empreitada e acredito que, no último trimestre do ano possa começar a mesma, assim não existam problemas com o respetivo concurso. -----

Relativamente ao Pavilhão Honório Francisco, já tive a oportunidade de referir que tivemos, muito recentemente, a comunicação formal por parte da Federação de Ginástica de Portugal de que, neste momento, não tem condições para levar por diante o investimento que tanto gostava. Ficámos um pouco surpreendidos, porque também existe uma verba considerável no âmbito do PRR para as instituições desportivas, para as federações e para o alto rendimento e, portanto, a Federação de Ginástica transmitiu-nos essa desistência. Neste sentido, e eu já tinha transmitido que, desde então, demos o tiro de partida. Estamos a fazer um estudo prévio com vista ao projeto de execução para, no ano de 2024, conseguirmos fazer a requalificação daquele pavilhão. -----

Ou seja, teremos em 2023 o novo pavilhão da Escola dos Pombais, que está em curso, tivemos em 2022 o pavilhão da Escola Carlos Paredes e teremos em 2024 o pavilhão Honório Francisco requalificado. -----

Sobre duas ou três questões que o senhor Vereador colocou, realmente a aquisição de bens e serviços refere-se a custos de energia e de gás, que são inevitáveis. -----

Relativamente à questão de vigilância e segurança, a informação que tenho é que há dívida que transita deste ano para o orçamento seguinte e, com o montante total que temos, tem de se lançar um novo concurso. Isto é, para abrirmos um novo concurso temos de colocar a verba integral mais a dívida que transita, esse valor, quase duplicado, refere-se à totalidade do novo contrato. -----

Senhor vereador Marco Pina, relativamente à requalificação do espaço público, quero referir, e não obstante termos tido dois anos de pandemia, cinco ou seis locais: cruzamento das escolas na Ramada e envolvente; Avenida Dom Dinis; obra da Zona30; continuação da obra da Zona30 que é a Rua de Nampula, que está neste momento em curso quatrocentos mil euros; Rua Dário Canas, que é a ligação de Odivelas ao Vale do Forno, traseiras da pastelaria “Lara”, passo a expressão, está neste momento adjudicado e só a ponte são meio milhão de euros, penso que o total da intervenção serão oitocentos mil euros; no Olival Basto, na Rua de Angola e toda a requalificação; a zona da Codivel, não me recordo do nome da rua, mas também foi requalificada e também a zona das Patameiras, que estamos a lançar o concurso e ainda a Rua Marechal Gomes da Costa, que teve uma intervenção recente envolvida num projeto duplo de estudo de mobilidade, etc. -----

São processos lentos, são processos que exigem projetos rigorosos. Portanto, tem existido bastante investimento. Agora, face à antiguidade do nosso território, face à extensão do nosso território, acaba por não ser tão declaradamente visível. Falei de vários locais e, portanto, existem muitos projetos em curso, inclusive requalificação de todo o bairro das Patameiras. -----

Refiro, também, que se encontra em fase de projeto a requalificação do Bairro Gulbenkian e do Bairro dos Cágados. Portanto, ainda a serem desenvolvidos estudos prévios, mas é um trabalho lento e um trabalho também bastante oneroso. -----

Com certeza que prevemos a retirada do fibrocimento do mercado de Caneças. Relativamente ao mercado de Odivelas, temos de pensar numa solução de fundo e essa será também uma questão que tem de ser estudada ao longo do próximo ano. Portanto, o atual mercado não serve as condições e também a utilização do mesmo é bastante reduzida, neste momento. Portanto, temos de pensar para aquele espaço numa estratégia que envolva não apenas a oferta de mercado, mas também, a oferta de outros equipamentos de utilização pública que possam criar atração ao mesmo. -----

Relativamente ao Pinhal da Paiã, aquilo que foi referido e que está a ser desenvolvido é um estudo prévio com vista ao projeto de execução para requalificação daquele espaço, que é sempre importante, pois será um espaço de lazer. -----

Aproveito a oportunidade e falando de Mobilidade, a Avenida José Francisco Guerreiro também está a ser alvo de um estudo prévio, e penso que a intervenção será realizada em 2024. Em 2023 será realizado o projeto de execução, este projeto está no âmbito do Plano de Mobilidade que fará a ligação entre Odivelas, na zona do Strada, ao Pinhal da Paiã, requalificando todo aquele eixo viário cujo projeto está a ser desenvolvido. -----

Inicialmente até fomos mais ambiciosos, mas depois com tantos proprietários, de todos aqueles armazéns e as dificuldades ao nível das negociações e das expropriações, temos de ser um pouco mais modestos. -----

Não deixaremos de ter uma ciclovia, não deixaremos ter passeios com condições de atravessamento para as pessoas que ali moram, mas ter uma via com outra amplitude como gostávamos é muito complicado, face à quantidade de armazéns e dos espaços que ali existem, é muito difícil conseguir, junto dos proprietários, um acordo de cedência de espaço ou mesmo de expropriação direta. Tentámo-lo fazer, ainda antes da pandemia, mas não surtiu grande sucesso, até porque as próprias empresas têm a sua atividade e não pretendem reduzir também o seu espaço de atividade. -----

Muito bem, reservo-me para mais alguma questão." -----

O Senhor Vereador João Paulo António proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

"Este orçamento, no que diz respeito às áreas que me estão subdelegadas, é um orçamento de grande continuidade e de grande aposta no trabalho que tem vindo a ser feito até aqui. Vou salientar algumas das situações mais relevantes que nele vêm espelhadas e das ações mais relevantes que iremos levar a cabo no ano de 2023, nomeadamente no Ambiente e Proteção Animal no que diz respeito à intervenção, como disse e bem o Sr. Presidente, no Parque do Rio da Costa, às intervenções nas áreas verdes e limpeza de terrenos que temos vindo a fazer de forma bastante capacitada e que tem vindo a dar bastantes frutos no que diz respeito à não proliferação quer de infestantes quer à prevenção nos incêndios da época de incêndios, à limpeza das linhas de água, a par da limpeza urbana que têm tornado a nossa cidade cada vez mais salubre, ao plano municipal de ação climática e à descarbonização das nossas operações e atividades. Continuaremos também a apostar na captura e esterilização dos animais errantes como forma de controlo animal no concelho de Odivelas, continuaremos a apostar na vacinação e identificação com microchip como forma de prevenção do abandono e de melhor controlo populacional, também animal em Odivelas. Continuaremos a apostar na adoção responsável, para nós muito importante para o bem-estar dos nossos animais. -----

No que diz respeito ao Serviço Municipal de Proteção Civil, continuaremos os contactos e o apoio de proximidade com as associações de bombeiros voluntários, continuaremos as ações de sensibilização e os exercícios que tão importantes são para capacitar as nossas crianças nas escolas para qualquer adversidade ou qualquer ocorrência ou perigo de eminência de ocorrência de catástrofe que possa vir a

realizar-se, continuaremos a fazer face às ocorrências do dia a dia, numa perspetiva de acompanhamento continuo das situações até à sua resolução e no que diz respeito também à Divisão de Transportes e Oficinas, continuaremos o esforço de contratação de mais motoristas, capacitando cada vez mais os nossos serviços e a nossa resposta aos munícipes, continuaremos o esforço de modernização da frota da Câmara Municipal de Odivelas, nomeadamente no que concerne aos autocarros e a outras máquinas necessárias à prossecução das competências da Câmara Municipal de Odivelas, sempre numa perspetiva mais verde e mais ecológica. -----

Sr. Presidente, em grandes linhas gerais das minhas áreas e não vos querendo também maçar com exaustão, que está depois espelhada naquilo que é o documento final das grandes opções do plano e orçamento, queria apenas agradecer não só aos serviços que me acompanham como também aos meus colegas e à minhas colegas Vereadoras, a todos os serviços da Câmara Municipal de Odivelas que têm connosco também interagido, ao Sr. Presidente, ao Sr. Diretor e à Sr.^a responsável da área financeira por este excelente trabalho”. -----

A Senhora Vereadora Ana Isabel Gomes proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

“Bom dia, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, funcionários municipais. Ouvi com atenção a apresentação do orçamento e dos documentos previsionais para 2023 e existe um conjunto de questões que gostaria de colocar. Encontra-se inscrito para beneficiação das obras do mosteiro numa rubrica designada beneficiação e reparações cerca de 887 mil euros, para gestão e valorização do património 278 mil euros. Relativamente a estas verbas a questão que gostaria de colocar, é a que se destinam em concreto estas verbas. Vamos assistir durante o próximo ano ao início de transferência dos serviços municipais para o Mosteiro? A Câmara Municipal tem sob a sua gestão o Mosteiro desde 2018. Na altura começou a pagar uma renda de 23 200 € atualizável todos os anos. Neste momento terá sido pago cerca de um milhão e trezentos mil euros, portanto impunha-se com alguma brevidade a transferência dos serviços municipais no sentido de se proceder a uma redução com os encargos com arrendamentos de instalações onde se situam os serviços municipais. Concretamente estas verbas inscritas, que referi, destinam-se a que fase de intervenção do mosteiro e está prevista a breve trecho ou não a mudança dos serviços municipais para estas instalações? Depois vemos inscrita para 2023 a verba de 429 mil euros para o Centro Interpretativo do Mosteiro de São Dinis. Esta verba inscrita nesta rubrica salvaguarda o investimento necessário para garantir as condições de segurança, salvaguarda e exposição pública da espada e do espólio recentemente encontrado, mas sobretudo, da espada considerando o seu valor material e simbólico? Relativamente à questão dos equipamentos sociais, uma questão que gostaríamos de ver esclarecida prende-se com o CURPIC de Caneças, cuja reabilitação tem sido sucessivamente adiada. No orçamento do ano anterior tinha previsto uma verba de 500 mil euros, este ano para 2023 a verba que tem inscrita são vinte mil euros, portanto

gostaríamos de saber que intenções municipais tem a Câmara Municipal para a reabilitação deste equipamento social de dimensões e características profundamente exíguas e incapazes de dar resposta às necessidades da terceira idade em Caneças. Em 2021 a Câmara Municipal assinou um Protocolo com o Centro Comunitário e Paroquial de Caneças no âmbito do programa PARES. Na altura, foi divulgado que a Câmara Municipal pretendia apoiar o Centro Comunitário e Paroquial no âmbito de uma candidatura que ia fazer ao PARES com 150 mil euros. Não conseguimos perceber da leitura que fizemos, se esta verba está ou não prevista neste orçamento municipal. Gostaríamos também de perceber se 150 mil euros, face ao número de vagas em creche que este projeto se propunha criar - 80 vagas – se é a verba adequada. Não nos parece que 150 mil euros seja um apoio municipal muito ambicioso, face ao interesse municipal no projeto. Também gostaríamos de perceber o que é que aconteceu ou o que é que está previsto acontecer do ponto de vista do investimento municipal com as casas mortuárias de Caneças, projeto que tem inscrita uma verba de 50 mil Euros. É um projeto municipal que tem vindo a ser sucessivamente adiado. Por fim uma outra questão. Não vimos e gostaria de perceber se estão inscritas verbas para a ligação do Casal do Monte à Heróis do Chaimite.” -----

O Senhor Vereador Fernando Paínho proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

“Senhor Presidente, relativamente aos motivos que falámos sobre a Escola Secundária da Ramada, dar apenas um esclarecimento. Naturalmente que gostávamos que tivesse havido um Protocolo Adicional, que permitisse que esta Câmara recebesse fundos do Estado, mas na rubrica 2.7 do Orçamento da CMO, na página 14 - transferência de capital - está escrito e eu julgo que o que está escrito deve ser corrigido porque não corresponde literalmente à verdade, diz o seguinte: *“a variação positiva das transferências de capital situa-se essencialmente ao nível de protocolos celebrados com a Administração Central, tal como o Programa 1º Direito, a construção da Esquadra da PSP e a requalificação e modernização da escola Secundária de Odivelas e da escola Secundária da Ramada”*. De facto, isto não corresponde bem à realidade e isso despertou-nos a curiosidade. -----

Até parece que o Estado Central se *“chegou à frente”* com as verbas necessárias para a requalificação da escola Secundária da Ramada. -----

Mas não foi nada disso que aconteceu, infelizmente.” -----

O Senhor Vereador Marco Pina proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

“Bom dia, Sr. Presidente, cumprimentá-lo a si e a todos os presentes na sala e a quem está a assistir através da Plataforma Digital. Queria fazer-lhe algumas perguntas porque ouvi na sua intervenção inicial alguns investimentos que temos vindo a falar, em sede de reunião de Câmara ao longo dos últimos anos e

gostaria de colocar outras questões relativamente a outros investimentos que não falou e que o PSD tem alguma curiosidade em perceber como vai ser a sua execução e o que vai acontecer. Relembro que na Reunião de Câmara, não de hoje mas no passado, foi apresentado um estudo de mobilidade no Concelho e gostaria, no âmbito, do orçamento que é apresentado algumas das soluções que foram apresentadas no estudo de mobilidade que foi trazido a esta Reunião se estão contempladas algumas daquelas soluções, ao longo do exercício do próximo orçamento, para que percebamos, se aquele estudo terá consequências no futuro porque muitas das soluções preconizadas sobre o mesmo eram essenciais para aquilo que será a estratégia do município nos próximos anos. Relativamente à questão do investimento no Pavilhão Honório Francisco que todos sabemos que nos últimos anos foi apresentado com uma parceria com a Federação Portuguesa de Ginástica, o Sr. Presidente há pouco falou neste mesmo investimento e equipamento, e o que é certo é que não sabemos de que forma e como irá acontecer e se materializar porque ao longo dos últimos anos sucedem-se as atribuições para o espaço mas o que se passa neste momento e toda a gente sabe é que é um espaço degradado com depósito de material e de situações muitas vezes que são pejorativas e de lixo e gostaríamos de perceber que futuro será dado como resposta para este equipamento. Outra questão é perceber, já que diversas vezes, vimos falando naquilo que diz respeito ao espaço público que continua bastante degradado, se existe alguma estratégia por parte do município para combater este flagelo no nosso território porque teria de haver um estudo aprofundado das intervenções que eram necessárias realizar porque sabemos perfeitamente que é impossível fazer intervenções de uma única vez. O que é certo é que a circunstância remete para que o executivo possa de uma vez por todas ter um plano de ação e intervenção, neste momento não é conhecido, não existe e gostaríamos de perceber se está contemplado para o futuro. O Sr. Presidente falou também na questão da intervenção da quarta fase do Rio da Costa e gostaríamos de perceber de que forma essa intervenção se irá materializar. Os mercados municipais continuam sem qualquer tipo de estratégia por parte da Câmara Municipal e era importante que houvesse essa possibilidade por parte da Câmara que não vemos vertida também neste orçamento. O Pinhal da Paiã, outra circunstância que o Sr. Presidente, entretanto falou que iria ser dada uma intervenção superlativa relativamente a este espaço, o que é certo é que neste orçamento não vemos contemplado. Eram estas questões que gostaria que o Sr. Presidente se pronunciasse.” -----

O Senhor Vereador Edgar Valles proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

“No que às minhas áreas diz respeito, destaco naturalmente na Divisão de Cultura os novos projetos no valor global de 473.000€, de entre os quais importa destacar sobretudo as comemorações do 25 de Abril, a futura intervenção no Aqueduto das Águas Livres, que permitirá em parceria com o Museu da Água tornar visitável a nossa parcela deste aqueduto, assim como, também 3 novas publicações da Câmara Municipal de Odivelas, depois de quase 20 anos com muito pouca investigação na qual resultou publicações dignas

Câmara Municipal de Odivelas
Paços do Concelho – Quinta da Memória
Rua Guilherme Gomes Fernandes
2675-372 Odivelas

NIPC 504 293 125

Tel.: 219 320 000 | E-mail: geral@cm-odivelas.pt
www.cm-odivelas.pt

de nota. Destaco e saúdo particularmente os técnicos da Divisão de Cultura por esta recente publicação, que temos vindo a levar a cabo nos últimos anos de vários trabalhos que resultam de investigação científica. Também para o próximo ano temos mais dois grandes projetos preparados e um terceiro livro destinado ao público mais jovem, um livro infantil sobre o CIAC. Destaco também naturalmente a instalação do Centro Interpretativo das Águas de Caneças que iremos levar a cabo durante o ano de 2023, assim como, outros projetos que resultam da continuidade da atividade da Divisão de Cultura, tais como, conservação e restauro de arte sacra no Mosteiro de Odivelas, bem como, Festival da Sopa, Cinema ao Luar, os Concertos de Maio e de Ano Novo, entre tantos outros. No que a grandes intervenções diz respeito, destacar naturalmente a conclusão para breve da Biblioteca Municipal Dom Dinis ou ainda as intervenções previstas no Centro de Exposições de Odivelas. -----

Relativamente às questões levantadas pela Sra. Vereadora Ana Isabel Gomes e respondendo de forma direta, a rubrica que indica para as obras do Mosteiro, são obras que temos vindo a levar a cabo. Como certamente todos se têm vindo a aperceber, não é uma obra única, temos vindo a desenvolver inúmeras obras, desde logo os claustros, também a parte da igreja e é intenção deste executivo continuar a levar a cabo as obras que forem sendo possíveis de realizar, não sendo apenas uma ou outra em concreto, mas várias dentro de todo o conjunto identificado. -----

Relativamente á questão que levanta sobre o Centro Interpretativo, 489.000€, dar nota que 189.000€ reportam a dívida, 300.000€ sim, para 2023. Encontramo-nos, no entanto, ainda a aguardar quais são as condicionantes técnicas que a DGPC deve informar acerca da exposição da espada, que mais uma vez repito, não é exatável que esteja pronta a sua ação de conservação e restauro dentro de 3 a 5 anos, foi a informação avançada pelo Laboratório José Figueiredo, portanto, antes de 5 anos dificilmente haverá esta necessidade de ter já a espada. Pese embora, como digo aguardamos que a DGPC nos indique as condicionantes técnicas que vamos naturalmente acautelar, para poder ter a espada em depósito e exposição no nosso futuro museu." -----

O Senhor Vereador Francisco Baptista proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

"Muito obrigado, Senhor Presidente, muito bom dia a todos. -----

Em relação às minhas áreas, vou começar pela Juventude onde iremos continuar com um forte apoio às associações juvenis, através do nosso PAMO, em cerca de 40.000 € (quarenta mil euros), a refletir um aumento da rubrica das comemorações da Juventude que nos permitem fazer face a algumas iniciativas, tais como o "Dia do Estudante", o "Festival Odivelas a Mexer", o "Dia Nacional da Juventude", o Dia Internacional da Juventude". Iremos também em 2023 receber e apoiar milhares de jovens nas Jornadas Mundiais de Juventude, também aqui estaremos presentes e vamos dar uma boa resposta a todos os jovens que nos visitam. -----

Câmara Municipal de Odivelas

Paços do Concelho – Quinta da Memória
Rua Guilherme Gomes Fernandes
2675-372 Odivelas

NIPC 504 293 125

Tel.: 219 320 000 | E-mail: geral@cm-odivelas.pt
www.cm-odivelas.pt

Em relação ao desporto, a rubrica da gestão e manutenção das instalações desportivas, teve um ligeiro aumento para fazer face aos novos pavilhões, que serão disponibilizados aos nossos clubes. O Orçamento do Desporto vai permitir continuar com projetos de grande importância, tais como o “Clube do Movimento”, com cerca de 2.000 alunos, as “Férias de Verão” com cerca de 600 participantes, o “Circuito de Atletismo” que teve uma participação de milhares de atletas durante o ano de 2022, como ainda ontem com mais de mil atletas a participar na corrida D. Dinis, no âmbito das comemorações do aniversário. Este Orçamento vai permitir o regresso de alguns projetos que foram suspensos por causa do COVID19, tais como: Odivelas Boxe Cup ou o Odivelas Fighting Challenger. -----

Em relação às Piscinas Municipais, apesar do forte investimento que tivemos neste ano, vamos continuar a investir no melhoramento das nossas piscinas, vamos aumentar o número de aulas de forma a permitir fazer face à procura que temos. Vamos ainda durante o ano de 2023 iniciar e concluir o processo de certificação das nossas piscinas, junto da Federação Portuguesa de Natação. -----

Em relação ao Centro de Terapia e Reabilitação de Odivelas, um centro que teve um forte investimento durante 2022, sublinhamos a contratação de técnicos, de novos equipamentos, formação da nossa equipa. Em 2023 iremos continuar a apostar na formação dos nossos técnicos, bem como no apetrechamento do novo ginásio que vai ser criado até ao final do ano que e vai permitir chegarmos a mais pessoas, reduzindo assim a nossa lista de espera. Este é um centro de excelência que temos no nosso Município e que neste momento estamos a aumentar capacidade para responder e chegarmos a muito mais pessoas. -----

Relativamente ao Urbanismo, 2023 vai ser um ano onde iremos apostar nas reconversões urbanísticas que temos em mãos, com uma forte incidência na “Vertente Sul”. Disponibilizaremos o apoio técnico à atividade, as participações relativamente às intervenções de requalificação urbana em bairros de área urbana de génese ilegal (AUGI), prospeções e consolidação de vertentes em bairros de área urbana de génese ilegal (AUGI), estudos geológicos, geotécnicos, elaboração de Cartas de Aptidão, são investimentos que continuaremos a fazer em 2023. Este é um Orçamento de rigor, num ano difícil, mas que me permite a mim e a toda a minha equipa realizar um bom trabalho. Estamos todos motivados para isto, quero ainda dar os parabéns à minha equipa por este trabalho que fez na elaboração deste orçamento e das ideias para o ano de 2023 e desejar boa sorte aos meus colegas para o ano de 2023 que vai ser de muito trabalho. Disse senhor Presidente.” -----

A Senhora Vereadora Carla Nazareth proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

“Bom dia, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, funcionários aqui presentes e público que nos acompanha. Considerando que estamos a sair ou quase de uma pandemia, tendo em conta o envelhecimento da população e tendo em conta também a escassez de profissionais de saúde principalmente de médicos, eu esperaria que este orçamento fosse um bocadinho mais ambicioso no que diz respeito à saúde. Neste

momento, temos alguma parte da nossa população que aqui reside que tem que equacionar se compra para o mês a comida, ou se compra medicamentos porque o dinheiro não está a chegar para tudo. Além disso a maior parte das pessoas que aqui vive têm que se sujeitar às longas filas de espera que existem nas unidades de cuidados de saúde personalizados porque na verdade grande parte da população não tem médico de família e tem que se sujeitar a adoecer ou ir ao serviço de urgência quando a situação está um pouco mais crítica. Como já disse aqui em reuniões anteriores de nada nos serve ter os melhores ventiladores topo de gama se não tivermos profissionais que os saibam ligar e que saibam funcionar com eles. Como tal é importante que haja investimento na área da construção de novos Centros de Saúde, mas a curto e a médio prazo isso não vai ser a solução para a escassez de recursos humanos na área da saúde que temos atualmente e sinceramente esperava deste executivo com responsabilidade e pelouros atribuídos que se tentasse pensar nalguma solução para tentar minimizar esta falta de profissionais. Mesmo que tal não acontecesse e considerando que neste momento existe uma grande preocupação com a área da Saúde Mental com a área das doenças ditas prolongadas que cada vez são descobertas mais tarde, esperaria também que no âmbito da promoção da saúde que houvesse mais iniciativa da parte deste executivo, nomeadamente choca-me quando vejo aqui ações da promoção da saúde em diversas áreas com uma verba de 150€ quando metade vai para condecorações e prémios e para segurança e a minha questão é com este tipo de verbas e este tipo de ações que visam a promoção da saúde das mais diversas áreas, onde também se inclui a questão aqui dos hábitos saudáveis para a população mais idosa que é bastante, de que forma é que se consegue fazer algo pela população com verbas tão baixas já que não me parece que isso vá de alguma forma tentar minimizar não só aqui a questão dos profissionais de saúde, mas também o alerta para as populações sobre as doenças que os poderão afetar e para tudo o que implica a promoção da saúde não só na infância mas também na população adulta e na população mais velha." ---

O Senhor Vereador Nuno Beirão proferiu uma declaração política que seguidamente se transcreve: -----

"O ano de 2023 começará dentro de pouco mais de um mês, sendo que este será um ano de enormes desafios para os odivelenses, muito por culpa da atual situação económica para que o país foi arrastado pela péssima e negligente gestão socialista. É por isso que era esperado da parte da Câmara Municipal de Odivelas, um orçamento e um foco em termos de opções do plano, nas matérias mais sensíveis e relevantes para os odivelenses, o que infelizmente não se sucedeu. No campo fiscal, o executivo socialista volta a demonstrar a sua ganância e despreocupação para com os odivelenses. Numa densa cortina de fumo, uma das medidas envolve a descida o IMI de 0.36 para 0.35%, descida essa que para além de insuficiente, se traduz numa mera jogada política, dado que a receita fiscal prevista para 2023 se situa em perto de 45 milhões de euros, enquanto a previsão para 2022 era de pouco mais de 41 milhões de euros, ou seja, mesmo reduzindo o IMI, o executivo continua a ter uma receita superior, não abdicando da mesma

em prol da difícil situação que os odivelenses enfrentam. O Chega defende que a redução do IMI atinja os 0,3%, limite que as autarquias podem atingir na redução de imposto, num esforço autárquico de solidariedade fiscal para com o momento crítico que os odivelenses enfrentam, e não uma descida insignificante, que privilegia a receita para a autarquia e não a subsistência e o atenuar das dificuldades dos odivelenses. A aposta da Câmara Municipal parece recair no IMT, que não sofrendo alterações, e tendo um resultado de 3.3 milhões de euros com base na variação deste ano, expõe uma política municipal de aposta nos ganhos da especulação imobiliária, ao invés de uma preocupação em atenuar o aumento do custo de vida com benefícios e reduções fiscais aos odivelenses, que se encontram numa situação desesperante, agudizada pela indiferença socialista. É também derivado a este interesse de aumentar receitas tendo por base a especulação imobiliária, que origina um fluxo de construção descontrolada, e consequente falta de estacionamento para os munícipes, que a cada dia enfrentam a mesma questão de forma sistemática, sendo forçados a imobilizar os veículos em locais impróprios, como passeios, perturbando por sua vez quem se desloca por meio pedestre, criando um ciclo de desconforto para os odivelenses, que se traduz num concelho cada vez menos amigável à residência. Odivelas é o concelho do território continental português com maior taxa de natalidade, o que deveria ser central na direção das políticas concelhias, através de medidas, como o Chega defende e propõe, de criação de creches para acompanhar o aumento da natalidade, ou de políticas de facilitação imobiliárias para os jovens, podendo mesmo relacionar-se diretamente com a redução do IMI para os 0.30% anteriormente referidos. Na esfera das grandes obras, que funcionaram como bandeira eleitoral do Partido Socialista, nomeadamente o metropolitano, o parque da cidade e o mosteiro de São Dinis e São Bernardo, é também de salientar o prolongamento nos projetos, o que deixa a questão de que toda a propaganda lançada nunca passou disso mesmo, de um mero motor de atração de votos, que nunca sairia do papel, ou que apenas entraria em fase de efetivação no período pré-eleitoral seguinte. No decorrer deste mandato foram várias as vezes, que os eleitos do partido Chega questionaram sobre a situação do metropolitano e da sua extensão a Loures, bem como da situação das alterações da linha amarela, extremamente prejudiciais para os odivelenses, mas que a Câmara nunca se atreveu a criticar, e que parece estar sob um nevoeiro de incertezas. Relativamente à situação do hipotético Parque da Cidade, foram também diversas as ocasiões em que o Chega questionou sobre esta megalómana obra, que ao que parece, por entre diversas desculpas e esquivos, nunca saiu do papel, e que não passou de uma medida eleitoral de cacique de votos e de belos cartazes propagandistas. Talvez a Câmara deva clarificar se de facto irá avançar com a obra, e quando, se será em tempo útil ou apenas no último ano de mandato, para servir de medida eleitoralista para o mandato seguinte. Talvez o foco nas grandes obras tenha distraído o Executivo de outras questões essenciais, aliás, bem mais essenciais, como a saúde e a segurança. No campo da saúde, o concelho de Odivelas mantém-se um caos, como visivelmente temos assistido em reportagens televisivas, que demonstram o desespero de milhares em ter acesso a uma consulta nas UCSP's do concelho. Este caos do setor da saúde, ao contrário do que o

executivo socialista parece sugerir, não se resolve meramente com a construção de mais uma unidade de saúde, que ainda ninguém sabe se será uma USF ou uma UCSP, uma vez que esta enfrentará as mesmas questões das restantes: a falta de profissionais de saúde. Este flagelo parece não incomodar o executivo, que se recusa a pressionar o Ministério da Saúde, da mesma cor política, para que se possam atenuar ou solucionar estas questões, deixando os odivelenses à mercê da sua própria sorte, e na incerteza de conseguir algo tão essencial como uma consulta e acompanhamento médico. À semelhança da Saúde, a segurança é também um tema que tem vindo a sofrer com uma total negligência por parte deste executivo. Um tímido valor reservado para a segurança, demonstra um total distanciamento da realidade do concelho, que ultimamente se vê assolado de crimes violentos, e de uma verdadeira sensação de insegurança na população. Talvez o executivo deva deixar as suas tão preciosas estatísticas de segurança, e centrar-se mais num indicador que possui uma relevância bastante superior para o tema, a medição do sentimento de insegurança que os odivelenses sentem. Neste campo o Chega tem sido incómodo para o executivo, porque não deixa que se passem desculpas e panos quentes na situação de insegurança que o concelho vive, tendo por isso apresentado propostas que visam o combate aos crimes e situações de violência, bem como o auxílio às forças de segurança, nomeadamente através da implementação de um sistema de videovigilância, que permita uma rápida identificação de criminosos, e que sirva para demover assaltos e outro tipo de violações da lei, que infelizmente continua a ser ignorado pelo executivo, mesmo com o aumentar da violência no concelho. Se na prevenção dos crimes o executivo nada faz, no apoio a quem os combate, muito menos. A nova esquadra, há tanto prometido, continua por cumprir, estando os agentes da autoridade entregues a condições degradantes e humilhantes, e forçados a trabalhar naquilo que são praticamente pré-fabricados. É inconcebível como é que a Câmara permite que as nossas forças de segurança, e neste caso a PSP, possam atuar sem condições e com tamanha falta de recursos humanos, pelo que o Chega tem vindo a exigir que o executivo, e principalmente o Presidente da Câmara, sejam mais atuantes e ativos a exigir à tutela o reforço de meios humanos nas esquadras do concelho. Num outro tópico no qual o Chega se apresenta com elevada preocupação, especialmente pelo constante desprezo do executivo face às propostas do Chega, os SIMAR parecem já não ser geridos pela Câmara Municipal de Odivelas, devido à falta de planeamento que apresentam. Sendo a Câmara Municipal de Odivelas um dos principais acionistas do SIMAR, deveria existir nas GOP's orientações e diretrizes para o futuro dos SIMAR. Um dos pontos que o Chega propôs e tem sido crítico, prende-se com a necessidade urgente da profissionalização da gestão dos SIMAR, substituindo a atual gestão por parte de indivíduos, cuja experiência e conhecimentos se revelam insuficientes para uma gestão eficaz e produtiva. Em suma, o nosso parecer político, relativamente a este orçamento e às Grandes Opções do Plano, é que se traduz numa continuidade de uma política típica do Partido Socialista, focada única e exclusivamente em arrecadar dinheiro em impostos aos contribuintes, e anunciar que o irá aplicar em obras megalómanas, que nunca sairão do papel, até servirem de propaganda em novas eleições. Enquanto

Câmara Municipal de Odivelas
Paços do Concelho – Quinta da Memória
Rua Guilherme Gomes Fernandes
2675-372 Odivelas

NIPC 504 293 125

Tel.: 219 320 000 | E-mail: geral@cm-odivelas.pt
www.cm-odivelas.pt

segurança, mobilidade ou estacionamento, são esquecidas e negligenciadas, recusando-se a assumir o estado de caos em que o concelho se encontra devido à sua inércia e má gestão. É por estes motivos que o Chega vota contrariamente ao Orçamento e GOP's para 2023, lamentando o constante clima de desprezo para com as propostas do Chega, e lamentando a falta de compreensão para com as acrescidas dificuldades económicas dos odivelenses." -----

O Senhor Vereador Edgar Valles proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

"Responder de forma breve à questão levantada pela Sr. Vereadora Carla Nazareth, dar nota que este orçamento e as rubricas inscritas nos inúmeros projetos que temos de promoção de Vida Saudável, têm sido uma constante, aliás o Gabinete de Saúde orgulha-se de com o reduzido orçamento, levar a cabo inúmeras ações junto do nosso público de formação, exatamente na promoção de hábitos de vida saudável. Recordo que não temos, mas esperamos ter em janeiro, competências delegadas nestas áreas, coisa que não tivemos até aqui, estamos totalmente preparados para a partir de janeiro gerir um orçamento certamente maior, mas friso bastante esta questão, temos conseguido e saúdo naturalmente o Gabinete de Saúde e os seus técnicos, por ao longo destes últimos anos conseguirem ter um plano de atividades muito preenchido e sobretudo bastante pertinente nas áreas que tocam. Mas com isto tudo conseguirem ter exatamente todo esse plano de atividades com um orçamento bastante reduzido, que resulta por um lado no forte empenho da prata da casa, bem como da nossa rede de parceiros que connosco trabalha todos estes temas." -----

A Senhora Vereadora Susana Santos proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

"Muito obrigada, Senhor Presidente. Respondendo às perguntas que foram efetuadas, quer pelo PSD, quer pela CDU, no âmbito do PARES e também do PRR, dizer-vos que esta é a dotação inicial que temos para estes Projetos. As diferentes entidades encontram-se em fases distintas da sua concretização. O compromisso que temos, também por parte do Senhor Presidente, é que vamos acompanhar o desenvolvimento dos Projetos. Certamente que teremos de reforçar o apoio inicialmente previsto, contudo, há a necessidade de avançar um pouco mais para percebermos os Projetos e percebermos exatamente a parte participável e a parte não participada, para que depois a Câmara Municipal também possa dar o seu apoio. Como também disse o Senhor Vereador Edgar Valles, este é o orçamento inicial, necessitamos ainda da injeção do saldo de gerência, portanto, é este o compromisso que vos quero deixar. Relativamente à pergunta efetuada sobre a Escola Secundária da Ramada "se há um novo Protocolo com o Estado?" Não." -----

A Senhora Vereadora Ana Isabel Gomes proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

“Ouvi a sua intervenção na qual deu a informação sobre as questões que foram colocadas e ouvi os seus lamentos e consternação sobre o tempo que demora a adaptação do mosteiro de S. Dinis, mas gostaria de informação objetiva. A minha pergunta era bastante concreta destes 877 mil euros previstos, mais 278 mil euros para gestão e valorização, concretamente o que é que se pretende concretizar em 2023 do ponto de vista da instalação municipal? O reverso da medalha é a Câmara Municipal continuar a pagar o arrendamento de instalações municipais que é suposto libertar ganhando verbas que podem ser canalizadas para outros projetos e investimentos. E nem dá intervenção do Vereador Edgar Valles nem das suas palavras consegui perceber concretamente em que é que se vai traduzir esta intervenção. Sobre a questão que, entretanto, foi aqui levantada relativamente à intervenção no espaço público ouvi com interesse a referência da reabilitação prevista na zona da Paiã, na zona industrial. Deixo uma pergunta porque não percebi. Está incluída a reabilitação, uma vez que é dos espaços públicos mais degradados do Concelho, a reabilitação de todos os passeios e da rede viária da Estrada da Paiã?” -----

O Senhor Presidente prestou alguns esclarecimentos que seguidamente se transcrevem: -----

“Muito obrigado, Senhora Vereadora, ainda bem que me coloca a questão, até vou dispensar o engenheiro Luís Jorge. Esses oitocentos mil euros são exclusivamente para o projeto de execução, não estamos a falar da obra, aquilo que se prevê para toda a área, seja a área museológica seja a área dos serviços municipais, estamos a falar de quase um milhão de euros, só para a realização do projeto. -----

E perguntar-me-á: esses números são apontados por quem? A resposta é simples: pela Ordem dos Arquitetos que connosco está a elaborar o programa e o caderno de encargos. Portanto, Senhora Vereadora, digo-lhe, com toda a honestidade, que o projeto da zona museológica e dos serviços está na fase de elaboração do programa do concurso e do caderno de encargos, uma vez que já tivemos o levantamento arquitetónico e as sondagens efetuados dos estudos arqueológicos. Vamos, agora, avançar, com a Ordem dos Arquitetos, para um concurso de ideias. A parte museológica está a ser acompanhada pelo grupo de trabalho do Centro Interpretativo. -----

Segunda parte, o ISCTE. O ISCTE conta lançar o concurso no início do próximo ano. O ISCE está bastante avançado quanto aos projetos de especialidades do novo edifício e mesmo do edifício que é partilhado. O Conservatório de Música é aquele que está um pouco mais atrasado, mas é aquele que também tem menos intervenção. Relativamente ao Parque da Cidade, está a ser desenvolvido o projeto de execução, ainda na sexta-feira passada houve uma reunião. Portanto, tudo está a ser desenvolvido. Eu sei que é o vosso papel,

mas da nossa parte existe disponibilidade, tanto tecnicamente como vontade política e disponibilização de verbas. -----

Como já referi, ainda bem que colocou a questão para ficar esclarecido que os oitocentos mil euros são só para o projeto de execução, para a reabilitação do espaço vai ser um concurso em parceria com a Ordem dos Arquitetos. -----

Relativamente à Estrada da Paiã que é a Avenida José Francisco Guerreiro. Portanto, aquilo que eu disse é que gostávamos de ter zonas com três vias, por exemplo para quando há viragens à esquerda ou para os bairros ou para a zona industrial e não vamos conseguir. Para termos passeios em condições e para termos uma ciclovia ou uma pista para levar as pessoas para a ecopista ou para o Pinhal da Paiã, vamos ter exclusivamente uma mais uma. Não é possível, com aquele espaço-canal, sem fazer expropriações. De referir que tivemos reuniões, por exemplo, com a “Taberna do Manel” que lá existe apesar de desativada, com a loja do “Chinês”, com a Melisauto, ou seja, nós tentámos, porque é uma via privilegiada de acesso e é uma obra que tem mesmo de ser realizada. -----

Neste momento, está a ser desenvolvido um projeto que prevê a reabilitação de todos os passeios, prevê a resolução daquele impasse junto à bomba de gasolina na entrada para o Bairro de Santa Maria com a colocação de uma rotunda, mas não conseguimos colocar três faixas, ou algumas zonas com três faixas. Vamos colocar duas faixas com uma ciclovia ou uma pista pedonal com a ligação ao Pinhal da Paiã. -----
Essa é para mim uma obra prioritária em 2024, esse projeto tem de ser feito. É uma das zonas de entrada no nosso Concelho para quem se desloca da Amadora e para quem se desloca de freguesia da Pontinha. Com a intervenção junto das comunidades desfavorecidas e com o que foi feito, teremos, no próximo ano, o projeto de execução até para dar condições aos empresários que estão naquele parque industrial e que tantos postos de trabalho têm.” -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE -----

“Ao SAOM, para incluir na Ordem de Trabalhos da próxima Reunião de Câmara e posterior envio à AMO para deliberação.” -----

Colocada à votação, foi aprovada, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, dos Senhores Vereadores da bancada do PS e com os votos contra do Senhor Vereador da bancada da CDU, dos Senhores Vereadores da bancada do PPD/PSD e do Senhor Vereador da bancada do Chega, a Proposta de Orçamento 2023 e Grandes Opções do Plano 2023-2027, conforme informação acima referida. -----

Câmara Municipal de Odivelas

Paços do Concelho – Quinta da Memória
Rua Guilherme Gomes Fernandes
2675-372 Odivelas

NIPC 504 293 125

Tel.: 219 320 000 | E-mail: geral@cm-odivelas.pt
www.cm-odivelas.pt

O Senhor Vereador Marco Pina apresentou uma **declaração de voto** que seguidamente se transcreve: ---

"A proposta de Orçamento Municipal para 2023 e Grandes Opções do Plano 2023-2027 prevê uma dotação total de 140.764.788 € e um aumento no orçamento face a 2022 de 7%. Em termos de receita, realça-se o peso dos impostos diretos, que totalizam 44.689.630 € milhões de euros e que contribuem em cerca de 32% para a receita total, revelando um acréscimo de 3 515 975,00 € e uma variação de 9 % face a 2022. Pese embora a sua natureza previsional - o que na prática quer dizer que inúmeras ações e investimentos previstos, não chegam a concretizar-se ou são adiadas – Orçamento e Grandes Opções do Plano são por excelência os documentos que materializam as linhas estratégicas de investimento e de atividade municipal para o Concelho de Odivelas para 2023 e a médio prazo. Tratando-se de documentos inseridos numa conjuntura frágil é absolutamente incompreensível ignorarem os efeitos da inflação nas famílias, não refletindo qualquer estratégia municipal de combate efetivo ao empobrecimento. Que conjuntura vivemos? A Comissão Europeia aponta para uma taxa de inflação em Portugal situada nos 8% em 2022, sendo de prever que o contexto de incerteza, a crise dos preços da energia e a perda de poder de compra determinem uma recessão em 2023. Nos bens alimentares a escalada da inflação é particularmente gravosa, tendo-se situado nos 18,6% em outubro passado. Esta realidade afeta sobretudo as famílias de mais baixos rendimentos, cuja perda de poder de compra compromete a capacidade de adquirir bens alimentares, e obriga a escolhas de consumo de bens essenciais: comprar comida ou medicamentos, é um dos dilemas que muitas vezes se coloca. Prova deste cenário são as recentes imagens de bens alimentares com alarmes nos supermercados. A esta realidade dramática acrescem os incompreensíveis e desumanos cortes feitos nos beneficiários dos apoios alimentares por parte do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, fazendo disparar no Concelho o número de pessoas em lista de espera para auxílio alimentar. -----

Esta é a conjuntura e como se caracteriza do ponto de vista do rendimento dos residentes em Odivelas? Odivelas é um dos concelhos mais pobres da AML. Em 2019, o nível remuneratório médio no concelho situava-se nos 987 €, ficando 219 € aquém da média nacional situada nos € 1 206,00 €. O poder de compra per capita era o mais baixo da AML, menos de metade do poder de compra dos moradores de Lisboa, muito abaixo do poder de compra de Oeiras e mesmo abaixo do poder de compra dos moradores em Loures, na Amadora ou no Barreiro. Metade das crianças do Concelho beneficiam de ação social escolar. A evidência estatística aponta que se agravou a condição e o risco de pobreza, o que indicia que a condição económica da população residente no Concelho se agravou e de que se encontra entre as mais expostas aos efeitos da inflação e ao risco de pobreza crescente. O PSD na Câmara Municipal de Odivelas, conhecedor dos problemas que afetam a população e a rede social em Odivelas, em múltiplas ocasiões questionou o

executivo municipal sobre o agravar das condições de apoio alimentar, o número crescente de pessoas em lista de espera, a escassez de equipamentos para a infância e para a 3ª idade, a ausência de políticas de habitação, a crescente falta de cobertura dos cuidados de saúde primários e as graves limitações dos cuidados médicos prestados no hospital de referência do Concelho. Mitigar o impacto da inflação nas famílias, proteger as pessoas mais vulneráveis e prevenir o agravamento das desigualdades, com tudo o que isso implica do ponto de vista da coesão social e territorial, leva-nos a apresentar um conjunto de medidas que se impunham na proposta de orçamento para 2023:

- **Proteção Social** - Reformulação do Fundo de Auxílio Social de Emergência, com o reforço na dotação de € 500.000,00, o aumento da abrangência da natureza dos apoios previstos e o aumento do universo dos destinatários que podem aceder;
- No âmbito do PAMO alteração urgente do Regulamento, em vigor desde 2015, prevendo respostas e montantes adequados às necessidades e dificuldades da rede social, cultural e desportiva do concelho, uma maior robustez e abrangência nos apoios a conceder no âmbito da atividade regular, da aquisição de bens, serviços, equipamentos e viaturas e da beneficiação de instalações.
- Comparticipação em vale, no valor de 50€, da mensalidade em creches e em jardim de infância para todas as famílias cujas crianças não tiveram direito à colocação gratuita, fruto da idade (nascidos antes de Setembro de 2019), ou pela carência de vagas no ensino solidário (creches) e no ensino público (pré escolar); -----
- **Saúde** - Criação do programa “Médico de Proximidade”, através de acordo com a ARSLVT e a rede social do Concelho, para a contratação de médicos de medicina familiar e geral, em regime de prestação de serviços, que garantam o atendimento da população do concelho sem médico de família; -----
- **Habitação** - Criação de um programa de apoio económico para pagamento de rendas, traduzido num subsídio municipal a atribuir em função do valor da renda e dos rendimentos, não ultrapassando 50% do valor total da renda a pagar;
- Não aumento do valor das rendas da habitação municipal em 2023. -----
- **Transportes** - Criação do Voltas Pontinha-Famões, essencial para a coesão territorial destas localidades, com uma oferta limitada de transportes públicos na ligação entre os diversos bairros e as escolas, o Hospital Beatriz Ângelo e os centros de saúde; -----
- **Medidas Fiscais** - Redução da Taxa do Imposto Municipal de Imóveis de 0,36% para 0,34% para os prédios urbanos;
- Descida de 20% da participação variável do IRS para 4%;
- Redução da derrama para 1%. O que falta fazer? Reconhecendo a importância para o Concelho dos investimentos previstos para o próximo ano, nomeadamente a construção da Escola Básica/ Jardim de Infância da Amoreira, a beneficiação do Mosteiro de S. Dinis e a criação do Centro Interpretativo, a criação do Programa Municipal de Cuidadores Informais, a construção de novas unidades de saúde, a execução do Programa 1º Direito, a requalificação do Pavilhão Desportivo Honório Francisco, as intervenções no Bº Olival do Pancas no âmbito do Plano de Ação Comunidades Desfavorecidas, a concretização de vias como a T14, a extensão do metropolitano a Loures não podemos deixar de novamente frisar que o desafio será implementar a sua

execução. Ano após ano intervenções fundamentais têm vindo a arrastar-se, aparecendo inscritas em Orçamento, não se concretizando e impedindo desse modo que novos investimentos e atividades se concretizem. Acresce agora à responsabilidade de executar o calendário de investimento imposto pelo Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), até 2026. Falhar a sua execução é precisamente comprometer e adiar o futuro de Odivelas. Disso são exemplo projetos como a conclusão da T14, inexplicavelmente por concretizar há mais de 20 anos. Aponta-se agora para 2024. Novidades sobre a ligação do Casal do Monte à R. Heróis do Chaimite, ou a Variante Norte de Caneças, aguardamos todos. Relativamente às políticas de habitação ganham neste orçamento expressão com a concretização do programa 1.º Direito e a reabilitação de património municipal. Só podemos desejar que se concretizem os investimentos inscritos que no domínio da criação de respostas efetivas às necessidades são de impacto reduzido face ao cenário habitacional de absoluta ausência de respostas no domínio público que se assiste no Concelho de Odivelas e incapazes de reverter anos de completa ausência de investimento. As respostas a criar são para uma pequena parcela das situações de indignidade e carência mais grave existentes no Concelho. Ficam de fora todos os que podendo pagar uma renda ou comprar uma casa não o podem fazer aos custos de mercado. Outro exemplo carente de investimento municipal é a reabilitação Pavilhão Honório Francisco, em Odivelas. Depois de anos sucessivamente anunciada, por protocolo com a Federação Portuguesa de Ginástica, nem a Capital Europeia do Desporto conferiu a este equipamento a dignidade que o Concelho e os munícipes merecem. Permanece num estado de completa degradação, albergue informal noturno em plena sede de concelho. Novos equipamentos desportivos dependem de investimento privado - se ocorrerem - e quando ocorrerem, desfrutam deles os que tiverem dinheiro para os frequentar. Precisamente num dos Concelhos mais pobres da AML. -----

Relativamente à reabilitação dos mercados municipais, nomeadamente o de Odivelas, nada se prevê, assumindo a morte lenta desta forma de comércio tradicional e a ausência de uma estratégia que criasse vida e centralidade na cidade. Sobre a Quinta das Águas Férreas, equipamento municipal em processo de degradação, desaproveitado nas suas potencialidades, nada de novo. Em síntese: Odivelas, 24 anos de existência como concelho, pouco mais de 26 KM2 Odivelas, cerca de 150 000 habitantes e ainda demasiadas parcelas de território onde as disparidades são demasiado gritantes, porque centenas de famílias vivem em barracas com esgoto a céu aberto, com estacionamento caótico, com zonas verdes descuidadas, linhas de água por limpar e espaço público indigno para um concelho que gostaria de ser conhecido pela qualidade de vida. Em suma, um território com uma história de séculos, mas onde o futuro é duro, incerto e onde a qualidade apenas figura nas palavras utópicas do Sr. Presidente da Câmara. Pelo exposto, porque não vemos neste Orçamento Municipal e nas Grandes Opções do Plano contempladas medidas que respondam às dificuldades fruto de uma inflação ímpar em décadas, mas sim um orçamento em linha de continuidade com as opções políticas da maioria PS, que em 24 anos de existência do concelho não foram capazes de alterar a matriz de pobreza e de falta de exigência que caracteriza Odivelas, votamos

Câmara Municipal de Odivelas
Paços do Concelho – Quinta da Memória
Rua Guilherme Gomes Fernandes
2675-372 Odivelas

NIPC 504 293 125

Tel.: 219 320 000 | E-mail: geral@cm-odivelas.pt
www.cm-odivelas.pt

contra estes documentos.” -----

O Senhor Vereador Fernando Painho apresentou uma **declaração de voto** que seguidamente se transcreve: -----

“Estamos hoje a apreciar aqueles que são os instrumentos políticos estratégicos para a governação do nosso Concelho. -----

Permitam-nos por isso alguns comentários prévios relativos à nota preambular assinada por Vossa Excelência Sr. Presidente. -----

Começa por referir os constrangimentos e as incertezas que decorrem das situações existentes no plano internacional as quais como bem sabemos influenciam as variáveis com as quais a política municipal se consubstancia. -----

De facto, caíram por terra as teorias de que seria possível que as decisões tomadas pelos chamados países ocidentais no plano económico não tivessem um efeito de ricochete. Aí está a inflação, aí está a crise e aí está o agravamento das condições de vida de muitos cidadãos. Em simultâneo aí estão os lucros fabulosos de muitos grupos que se aproveitam da crise para promover sempre mais acumulação de riqueza à conta do empobrecimento da maioria.-----

É neste contexto de aprofundamento das desigualdades que apreciamos o orçamento e as GOP's para um concelho como o nosso onde persistem gritantes desigualdades que são de todos nós conhecidas. -----

Como temos afirmado as capacidades dos municípios de intervirem nas diversas esferas das suas competências não são ilimitadas e os documentos em análise fazem jus às nossas chamadas de atenção em relação a uma tendência atual segundo a qual pelo processo de transferência de competências se vem, paulatinamente, passando para as câmaras responsabilidades que deviam, em nosso entender, permanecer na esfera do estado central. Por isso, é essencial que em cada instante, coloquemos a questão de saber se essas transferências são acompanhadas de justos envelopes financeiros sem os quais aquilo que teremos a médio prazo é que o odioso das questões por resolver recairá sobre o Poder Local Democrático. Sendo este uma salvaguarda importante da nossa democracia estamos em crer que muitos compreenderão as nossas preocupações. -----

É, pois, também à luz destas questões que nos pronunciamos sobre os documentos em apreço. -----

Das linhas mestras que são destacadas, registamos o baixar o IMI em 0,01 o que leva a que pela primeira vez desde há muitos anos esta receita não tenha um aumento significativo. -----

Na realidade trata-se de um aumento de um valor de cerca de 89 mil euros. -----

Não obstante e na receita fiscal relativa aos impostos diretos regista-se um significativo aumento do IMT em cerca de 3,3 M € (mais 22%). Este aumento será fruto do que apelidam de dinamismo do mercado

Câmara Municipal de Odivelas

Paços do Concelho – Quinta da Memória
Rua Guilherme Gomes Fernandes
2675-372 Odivelas

NIPC 504 293 125

Tel.: 219 320 000 | E-mail: geral@cm-odivelas.pt
www.cm-odivelas.pt

imobiliário, mas também da permissividade face à betonização do Concelho e da especulação imobiliária, que aliás não é um fenómeno exclusivo de Odivelas, mas sim, o fruto de políticas com muitos anos em que o Estado Central se demitiu do seu papel no âmbito das políticas de habitação. Haverá mais causas para tal, mas esta será sem dúvida uma das mais importantes. -----

Como ações para o ano de 2023 destaca as seguintes: -----

- A construção da EB da Amoreira Ramada; -----
- A construção do edifício da divisão da PSP; -----
- O início dos procedimentos para a construção de novas Unidades de Saúde; -----
- A requalificação do Pavilhão Honório Francisco; -----
- As intervenções no Mosteiro; -----
- A construção da T14 -----
- Analisaremos em separado depois as ações ligadas ao PRR -----

Saudamos, naturalmente, a construção da EB da Amoreira a qual tem uma dotação definida para 2023 de 5,4 M€. -----

Mas questionamos para quando a construção da Escola Integrada de Famões (carta educativa 2007) e as ampliações da Melo Falcão na Pontinha e António Maria Bravo em Odivelas?-----

Quanto aos investimentos em escolas secundárias reiteramos que o acordo assinado em 2020 e que contemplava apenas e muito por defeito como posteriormente verificámos a requalificação da Secundária de Odivelas, foi um acordo em que o Ministério passou de facto para a responsabilidade do Município os encargos que eram seus não se tendo acautelado os montantes necessários para a realização dos trabalhos. Nem os valores globais “batem certo” nem os técnicos municipais foram vistos ou achados na definição desses montantes. -----

Acresce a necessidade premente de realização de obras na Secundária da Ramada. Para tal encontramos para o ano de 2023 uma dotação definida de 359 000 € e outra não definida de 500 000 €. Depois, previstos para 2024 e 2025 duas previsões de 700 000€ -----

Na rubrica Transferências de Capital é assinalada uma variação positiva, resultante dos protocolos assinados com o Estado Central, nomeadamente para a Requalificação e Modernização da Escola Secundária da Ramada.-----

Ora, é sabido que pelo Despacho nº 6760-A/2019, esta Câmara é autorizada a intervir na escola, ficando claro, no parágrafo seguinte do mesmo despacho que do acordo não resultam encargos financeiros para o Ministério da Educação -----

A questão que colocamos é muito simples: existe algum protocolo novo em que o Estado Central aceita compartilhar a requalificação da Escola ou não? -----

Se sim: qual o montante da comparticipação? -----

Destaca-se depois o a construção da nova sede da PSP. -----

Pelos valores previstos percebe-se que se estima um valor global de cerca de 7,3 M€. Este ano está dotado de 266 961 € e em 2024 e 2025 de 3,5M€/ano. Percebe-se, portanto, que é um equipamento que na melhor das hipóteses entrará em funcionamento em 2025/26. -----

A questão é similar à que levantámos em relação à E.S. Ramada: que protocolos com o Estado Central e quais os montantes? -----

Também neste caso, alterações legislativas e aspetos ligados à impossibilidade de construção de fundações diretas fizeram aumentar significativamente os custos previamente estimados, como já aqui vimos nesta Câmara. -----

Refere-se depois o início dos procedimentos para a construção de novas Unidades de Saúde. No total aparece uma dotação definida de cerca de 120 000 €+ 50 000 se quisermos adicionar a construção da Unidade Saúde da Urmeira, já percebi que esta unidade está ligada ao PRR, por isso não entra nestas contas. Estamos, pois, a falar de procedimentos prévios e cujas dotações são manifestamente insuficientes sequer para os projetos. -----

A questão coloca-se: o que vai de facto a CMO fazer? Os projetos, a cedência de terrenos, toda a construção? Qual a comparticipação do Estado Central, quais os protocolos? -----

E já agora que garantias existem pela parte do Ministério de que concluídos esses equipamentos existirão médicos, enfermeiros e pessoal auxiliar para os colocar a trabalhar? -----

Passemos agora ao Pavilhão Honório Francisco, cuja requalificação já esteve por acordo a cargo da Federação Portuguesa de Ginástica que agora veio desistir. Um Pavilhão que há muitos anos reclama a sua requalificação e que finalmente a CMO assume diretamente a responsabilidade de o fazer. A dotação definida é de 20 000€. Contudo, percebe-se que se estima um investimento real de 1,4 M €, mas para o ano de 2024. -----

Finalmente e nas ações destacadas temos a T14! Já célebre pelos adiamentos consecutivos. Algo que analisamos desde a constituição do Concelho e que surge com uma dotação definida de 100 000€ e que se prevê de facto avançar em 2024. Um investimento estratégico que em nosso entender deveria ter sido concluído há muito. -----

Esperemos, pois, que em 2023 não estejamos a ver que afinal a T14 é para 2025... -----

O Mosteiro é igualmente destacado. -----

Regista-se uma verba definida de 887 000€ e depois em 2024 e 2025, 1,5 M€ ano. Supomos que estas verbas se destinam à realização de obras a cargo da CMO e que se destinam à futura instalação de serviços municipais. Significa isto que pelo menos até 2026, para além dos 278 400€/ano de rendas continuaremos a somar em grande medida os encargos das locações de edifícios e que se não estamos em

erro ascendem aos 800 000 €/ano. -----

Também para o Parque Verde estão previstos 524 000€ e em 2024 mais 500 000€. -----

Era interessante sabermos valores mais exatos quanto aos custos totais estimados, bem como uma data para a conclusão dos trabalhos deste parque e deste equipamento imprescindíveis para a organização do território central do Concelho. -----

Permitam-nos agora que solicitemos alguns esclarecimentos. Pedimos desculpa pelo modo disperso da sequência de perguntas. -----

a. Na parte de Aquisição de Bens e serviços, quanto aos encargos de Instalações constata-se um aumento de 4 M€. O que explica esse aumento? -----

b. Nas despesas com luz, constata-se um aumento de 2,4M€ para 6M€. -----

Nas despesas com gás passa-se de 160 000€ para 600 000€. -----

O executivo teve alguma iniciativa junto do Governo no sentido de pressionar contra estes aumentos especulativos? -----

c. As despesas com vigilância e segurança, praticamente duplicam. Quais os motivos? -----

d. A Proteção Civil tem uma verba consignada de 1,3 M€. o que justifica este valor? -----

e. No programa PARES está prevista em dotação não definida uma verba de 50 000€. A que se destina esta verba? -----

f. Nas Creches foram aprovadas candidaturas no âmbito do PARES II para quatro Instituições: IPPI, Cruz Vermelha; Centro Paroquial de Caneças e Associação de Obras de S. Vicente de Paulo. -----

A CMO terá alguma participação na construção destes equipamentos? -----

g. A rubrica Comunicação, Relações-Públicas e Protocolo tem uma dotação definida de 603 000€. Quais as razões de tão acentuado aumento em relação a 2022? -----

Como temos afirmado gerimos sempre recursos escassos. Daí que, para se manter o indispensável equilíbrio orçamental necessariamente fiquem de fora múltiplas ações que desejaríamos ver cumpridas. O problema tende naturalmente a agravar-se quando se aceitam transferências de competências não providas do justo e necessário pacote financeiro. Este não é um problema exclusivo de Odivelas, mas sim um problema ao qual todos os autarcas devem dar a devida atenção. -----

Cremos que este orçamento e estas GOPS espelham bem os perigos de continuar a trilhar este caminho. Na realidade em simultâneo com o acorrer do Município a áreas que estavam e algumas ainda estão nas competências centrais, vamos forçosamente adiando e protelando ações da nossa estrita esfera de competência. -----

Assim registamos os seguintes aspetos para além daqueles já referidos: -----

1. O CURPIC depois de várias vicissitudes continua adiado com uma dotação definida de 20 000€, prevendo-se de facto que apenas em 2026 se possa pensar em instalações que venham colmatar as insuficiências que se registam há anos. -----
 2. Para a revitalização do Pinhal da Paiã existe uma dotação definida de 38000€ e um investimento em 20024 de 80 000€. Isto indicia que se continua a adiar as ações necessárias para que aquela zona possa ter o papel que merece no âmbito das estruturas verdes de laser do território concelhio. -----
 3. A construção do gatil municipal é uma vez mais transferida para o ano seguinte e o mesmo acontecendo com o Parque dos Bichos; -----
 5. As Casas Mortuárias de Caneças avançam igualmente com dotações definidas para 2024; ----- construção de um forno crematório no cemitério de Odivelas, parece definitivamente adiada, dado que as verbas definidas se afiguram como insuficientes; -----
 6. As requalificações de troços da Ribeira de Odivelas e do Rio da Costa (4ª fase) deslocam-se igualmente para 2024 e esperamos que não voltem a “escorregar” para 2025; -----
 7. Também de referir a dotação para a Quinta das Águas Férreas em que uma dotação de 10423 € é manifestamente insuficiente para resolver os problemas com que aquele equipamento se depara. -----
 8. Também de referir a dotação para a Quinta das Águas Férreas em que uma dotação de 10423 € é manifestamente insuficiente para resolver os problemas com que aquele equipamento se depara. -----
 9. A requalificação da EN-250 tem uma dotação definida de 100 000€, valor manifestamente insuficiente quando compara do com as intervenções necessárias para garantir a segurança naquela via. Como atempadamente afirmámos esta transferência de responsabilidade iria igualmente penalizar os orçamentos municipais dada a exiguidade do valor transferido; -----
 9. Na rubrica concernente à reparação de passeios surge uma dotação de 100 000€. Verba que nos parece irrisória dada a dimensão dos problemas existentes. Relembramos aqui o compromisso do Sr. Presidente que em 2023 seria feita uma intervenção profunda sobre os passeios da Av. da Liberdade na Ramada. -----
 10. A ligação da Heróis de Chaimite à Urbanização Sol Villas é, de acordo com as GOPS, igualmente, avançada para 2024. -----
 11. Igual sorte tem a Marechal Gomes da Costa em Famões -----
 12. Também a requalificação do espaço público nas Patameiras transita para 2024, bem como a Requalificação da Rua Combatentes do Ultramar em Odivelas; -----
 13. Por fim o já habitual adiamento das soluções para os Mercados Municipais. -----
- Sr. Presidente; -----

Sras. e Srs. Vereadores: -----

-----Câmara Municipal de Odivelas-----

Paços do Concelho – Quinta da Memória
Rua Guilherme Gomes Fernandes
2675-372 Odivelas

NIPC 504 293 125

Tel.: 219 320 000 | E-mail: geral@cm-odivelas.pt
www.cm-odivelas.pt

Esta foi uma breve passagem sobre algumas das mais importantes questões que são determinantes para a qualidade de vida de quem aqui reside e trabalha. Muito mais haveria a referir. -----

Quanto aos acordos feitos com o IHRU e os investimentos no âmbito do PRR, e respeitantes a políticas habitacionais gostaríamos que aqui fosse feito um breve ponto de situação que concretizasse o que de facto vai ser feito com as verbas previstas para o ano de 2023. -----

Igual pedido no que concerne aos projetos no âmbito da AML e do PRR e que respeitam à iniciativa Comunidades Desfavorecidas. Da nossa parte seguiremos com rigor o desenvolvimento dessas ações na esperança que elas contribuam para um concelho mais justo desenvolvido e moderno. -----

Realçamos por fim a justeza das nossas críticas quando aqui afirmámos que existem neste Concelho zonas (caso das Vertentes Sul e Nascente, Olival do Pancas, Barruncho) em que apenas com um forte apoio do Estado Central é possível chegar a soluções. -----

Naturalmente que num documento tão extenso nos identificamos com algumas das medidas preconizadas. -----

Contudo o que está aqui em apreço é uma linha política para a governação do Concelho de Odivelas, linha essa com definições estratégicas, linhas de priorização de ações que não são as nossas. -----

Daí que iremos votar contra.” -----

O Senhor Presidente apresentou uma **declaração de voto** que seguidamente se transcreve: -----

“Começamos, em primeiro lugar, por agradecer aos serviços municipais e em particular ao DAJG/DFA, pelo importante trabalho de elaboração do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, que constituem instrumentos determinantes para a atividade e o desempenho municipal no próximo ano civil de 2023, que se avizinha. -----

São vários os fatores que estiveram na base destes Documentos Provisionais. A saber: -----

1. Um difícil cenário macroeconómico, fruto da invasão da Ucrânia, marcado pelo abrandamento das economias mundiais, que se encontravam em recuperação depois de uma longa pandemia (com uma acentuada crise na produção), pela crise energética que impactou consideravelmente os preços das matérias-primas e pela subida da inflação que tem colocado uma pressão enorme nos orçamentos familiares; -----
2. A continuidade do trabalho realizado, dando seguimento aos diversos e importantes projetos municipais que se encontram em curso, nas mais variadas áreas - originando que cerca de 38,2 Milhões de Euros estejam já comprometidos para 2023, que transitam como dívida do atual ano económico; -----

3. O encerramento do atual quadro comunitário de apoio do PT2020, a preparação e o acompanhamento das candidaturas ao PRR (sendo que alguns projetos já se encontram em curso) e a definição do próximo pacote de fundos europeus do PT20230 (que se encontra ainda em fase de preparação e discussão); -----

4. O aumento significativo das Despesas com o Pessoal, num montante superior em 4,27 Milhões de Euros (+13%) ao previsto no Orçamento de 2022, justificado sobretudo pela inclusão das atualizações remuneratórias previstas na proposta de Orçamento de Estado para 2023; -----

5. O compromisso de manter umas contas municipais sólidas e uma tesouraria saudável, com prazos médios de pagamento reduzidos (possibilitando injetar liquidez na economia local, de modo que as empresas possam fazer face, com celeridade, às suas responsabilidades e compromissos); não deixando de mencionar que a atual proposta de Orçamento para 2023 expressa também a continuidade da redução da dívida bancária, libertando, nesse sentido, verbas importantes para alocar à atividade do município; -----

6. E a necessidade imperiosa de continuar a aliar as contas certas à satisfação das necessidades da população, conciliando o investimento nas pessoas com o desenvolvimento do território e a promoção da coesão territorial. -----

A apresentação destes referidos documentos decorre, assim, numa conjuntura singular, exigindo-nos, por isso, prudência rigor e ambição, dando continuidade ao projeto político e às opções do Executivo Municipal, que foram sufragadas pelos odivelenses, sem nunca descurar a ambição na prossecução do nosso objetivo central: a melhoria da qualidade de vida da população e a construção de um território mais coeso, mais moderno e qualificado. -----

Destaque para a redução da taxa de IMI que, para 2023, será de 0,35%, constituindo uma das principais medidas contempladas neste orçamento municipal. Tal decisão, que surge na sequência do desagravamento fiscal que tem marcado os últimos anos neste concelho, junta-se a outras iniciativas como o IMI Familiar, que possibilita uma dedução adicional de 40€ para agregados familiares com dois filhos e de 70€ para famílias com três ou mais dependentes, ou a oferta das fichas e dos kits escolares, que terão um impacto significativo nos orçamentos das famílias no próximo ano. -----

Iremos manter, igualmente, investimentos muito relevantes ao nível da construção de novos equipamentos e infraestruturas coletivas, da requalificação urbana ou da melhoria do espaço público. Refiro-me a intervenções e projetos como: -----

- a conclusão da nova Unidade de Saúde de Famões e a prossecução dos projetos para a construção de 3 novas unidades de saúde no concelho; -----
- a conclusão do Pavilhão Desportivo da EB D. Dinis, nos Pombais; -----
- a conclusão da reabilitação da Biblioteca Municipal D. Dinis; -----
- a construção da nova EB da Amoreira, na Ramada; -----
- a construção da via T14; -----

Câmara Municipal de Odivelas

Paços do Concelho – Quinta da Memória
Rua Guilherme Gomes Fernandes
2675-372 Odivelas

NIPC 504 293 125

Tel.: 219 320 000 | E-mail: geral@cm-odivelas.pt
www.cm-odivelas.pt

- a beneficiação das Escolas Secundárias de Odivelas e da Ramada; -----
- a remodelação da Frente Urbana do Rio da Costa; -----
- as diversas intervenções a realizar no Mosteiro de Odivelas; -----
- a construção da Divisão Policial de Odivelas; -----
- a recuperação de fogos municipais; -----
- o projeto de execução do Parque da Cidade; -----
- o projeto de requalificação do Pavilhão Honório Francisco, na Codivel. -----

Paralelamente, não desperdiçaremos as oportunidades geradas pelas candidaturas aos fundos europeus, originárias quer dos Quadros Comunitários de Apoio, quer das referentes ao Programa de Recuperação e Resiliência. A este nível, destaca-se o Plano de Ação “Comunidades Desfavorecidas”, que contempla a construção/ampliação da Unidade de Saúde e do Polo Cívico da Urmeira ou a intervenção a realizar no Bairro Olival do Pancas, o Programa 1.º Direito, no âmbito da Estratégia Local de Habitação, ou a extensão do Metropolitano ao concelho de Loures, que se encontra em fase de avaliação do estudo de impacto ambiental. -----

Ao nível Social, num ano que se espera de grandes dificuldades e de uma acentuada redução dos rendimentos disponíveis pelas famílias, reforçaremos o nosso compromisso de proteger a população mais vulnerável, apostando na manutenção do “Fundo de Auxílio Social de Emergência”, no “Programa Operacional de Apoio às Pessoas mais carenciadas”, entre outros instrumentos de apoio à mitigação das dificuldades emergentes (o programa de “Realojamento de População Carenciada” ou o início do Programa Municipal de Cuidadores Informais). -----

Convictos da importância do trabalho de complementaridade em rede, realizado com os nossos parceiros locais, esta proposta orçamental contempla também: -----

- uma dotação (reforçada) que perfaz **750 mil Euros no âmbito do PAMO** (Programa de Apoio Municipal de Odivelas), de forma a apoiar o movimento associativo concelhio; -----
- uma dotação de cerca de **1,5 Milhões de Euros** de comparticipação à redução tarifária do transporte público metropolitano, **no âmbito do Passe Navegante**; -----
- uma **transferência superior a 1 Milhão de Euros** para garantir o cumprimento da meritória missão das nossas **Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários**; -----
- e o **reforço em 11%, face a 2022, das verbas a transferir para as Juntas de Freguesia**, que totaliza um valor aproximado de **6,3 Milhões de Euros**. -----

Este Orçamento assume-se, pois, como um instrumento de importância crucial na recuperação económica e social do nosso Concelho. Um orçamento de compromisso e responsabilidade, com forte investimento municipal nas diversas áreas da atividade autárquica. -----

É o mais elevado Orçamento de Despesa e de Receita de sempre, resultado da inscrição de um conjunto de competências entretanto delegadas pela administração central no município, bem como de novas infraestruturas e equipamentos colocados à disposição dos munícipes. -----

Este documento leva também em linha de conta o valor da inflação e das atualizações salariais previstas na proposta de Orçamento Estado 2023 (OE2023) que representam um aumento de sensivelmente 4,27 Milhões de Euros (+ 13%) relativamente o previsto no Orçamento de 2022. -----

RECEITA -----

Do total do Orçamento de Receita, 100,9 Milhões de Euros são Receitas Correntes (72%), 26,3 Milhões de Euros (19%) são Receitas de Capital e 13,4 Milhões de Euros (10%) Outras Receitas. -----

- Previsão de receita total de cerca de 140,7 Milhões de Euros (+ 9 Milhões de Euros; + 7%);
- Do total previsto em Orçamento de Receita e de acordo com a sua natureza, verifica-se que 100.984.308,86€ (72%) – (+14.509.060,02€; +17%) são **Receitas Correntes**, 26.349.689,50€ (19%) – (-231.416,00€; - 1%) representam **Receitas de Capital**, verificando-se ainda um montante de 13.430.790,04€ (10%) – (+ 5.266.635,62€; -28%) em **Receita não Efetiva**.

Evidência para um ligeiro acréscimo do valor previsto arrecadar com Impostos Diretos, capítulo que representa 32% (44,7 Milhões de Euros) do total da receita municipal prevista, que regista uma variação positiva de 9% (+3,5 Milhões de Euros) face a 2022. -----

O valor do Orçamento e GOP's situa-se nos 140.764.788,00 Euros (cento e quarenta milhões setecentos e sessenta e quatro mil setecentos e oitenta e oito euros), o que representa um **acrécimo residual de 6,8% (9 Milhões de Euros) relativamente aos Documentos Previsionais Iniciais para 2022**. -----

De realçar que, em 2021, apesar de ter o 14.º maior orçamento do país, o Município de Odivelas encontrava-se apenas no 28.º lugar, ao nível do peso dos impostos no total da receita cobrada. Em 2020, a posição ocupada era a 23.ª, o que atesta que as receitas da autarquia dependem cada vez menos dos impostos cobrados. -----

Esta é uma conclusão reforçada pelo facto de, em 2021, Odivelas ocupar a 18.ª posição no valor de impostos totais cobrados quando, em 2020, se encontrava em 16.º lugar. -----

Comparativamente com outros concelhos da zona norte da AML, regista-se que Odivelas é dos municípios com menos impostos por habitante, conforme quadro abaixo: -----

Concelho	Impostos por Habitante
Lisboa	887,48 €

Câmara Municipal de Odivelas

Paços do Concelho – Quinta da Memória
Rua Guilherme Gomes Fernandes
2675-372 Odivelas

NIPC 504 293 125

Tel.: 219 320 000 | E-mail: geral@cm-odivelas.pt
www.cm-odivelas.pt

Cascais	776,57 €
Oeiras	638,66 €
Maфра	460,93 €
Loures	318,71 €
VF Xira	307,68 €
Odivelas	291,77 €
Sintra	281,21 €
Amadora	213,16 €

Para 2023: -----

- **IMI:** com a redução de 0,01% para 0,35% prevê-se uma receita de 20,8 Milhões de Euros. Este valor é, ainda assim, superior, ao previsto em 2022 em 89 mil Euros; -----
- **IMT:** continua uma das principais fontes de receita municipal, prevendo-se arrecadar 18,3 Milhões de Euros (+22%); -----
- **Derrama:** mantém-se a taxa de 1,5% sobre o lucro tributável, a isenção para pessoas coletivas que se instalem no concelho e criem postos de trabalho ou provem não ter reduzido o n.º de postos de trabalho, relativamente ao ano anterior. A Receita prevista é de 1,8 Milhões de Euros (=). De notar que, em 2020, Odivelas era o 31.º concelho com maior receita de Derrama. Em 2021, situou-se na 29.ª posição, o que denota uma trajetória ascendente ao nível do dinamismo económico do concelho. -----

No que se refere ao capítulo das **Transferências**, realce para as provenientes do **Orçamento Geral do Estado** (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal, n.º 3, art.º 35.º Lei n.º 73/2014 e o IRS), que totalizam 22,8 Milhões de Euros. Tal representa **um acréscimo de 8,2%**, em relação ao considerado no OE 2022, que se traduz num **aumento do valor a transferir para o Município de Odivelas de 1,74 Milhões de Euros**. -----

Ainda dentro deste capítulo, relevo para a rubrica **Transferências de Competências** – Lei 50/2018, na área da **Educação** que totaliza o montante de **11,4 Milhões de Euros**, sendo que esta previsão de receita se encontra consignada a despesas na mesma área de intervenção. -----

DESPESA-----

Do total do **Orçamento de Despesa**, **97,8 Milhões de Euros são Despesas Correntes (69%)** e **41,9 Milhões de Euros são Despesas de Capital (30%)**. -----

- Previsão de despesa total de cerca de 140,7 Milhões de Euros (+ 9 Milhões; + 7%);

- Do total do **Orçamento de Despesa**, 97.821.892,56 € (69%) - (+ 11.063.612,03 €; + 13%) são **Despesas Correntes**, 41.869.693,09 € (30%) - (+2.047.895,38 €; - 5%) traduzem **Despesas de Capital** e 1.073.202,35 € (1%) - (+ 4.708,65 €; 0%) são **Despesa não Efetiva**.

Nos agrupamentos de despesa corrente, destaca-se as **Despesas com o Pessoal, com um valor total de 38,1 Milhões de Euros, representando 27% do total das dotações orçamentais para 2023**. Trata-se de um montante **superior em 4,27 Milhões de Euros (+13%)** ao previsto no Orçamento de 2022, justificado sobretudo pela **inclusão das atualizações remuneratórias previstas na proposta OE 2023**. -----

A proposta relativa às despesas com o pessoal teve em consideração o seguinte: -----

- Manutenção do número de trabalhadores do mapa, 1.542 trabalhadores (inclui Eleitos e Contratos a Termo), acrescidos dos referidos 67 novos recrutamentos, dos quais 33 são novos postos a criar no Mapa de Pessoal; -----
- Atualização da RMMG para 761,58 € (683 trabalhadores abrangidos); -----
- Alteração do subsídio de refeição de 4,77 € para 5,20 €; -----
- Aumento salarial de 52,00 € para todos os trabalhadores, com exceção dos que auferem rendimentos superiores a 2.570,82 €/mês; cuja atualização é de 2%; -----
- Aumento remuneratório de 104,00 € para a carreira de Técnico Superior, acrescido da atualização salarial anual; -----
- As alterações de posicionamento por alteração obrigatória e por opção gestonária; -----
- Previsão de 18 novas mobilidades intercarreiras.” -----

De notar que, desde 2018, os **custos com o pessoal aumentaram 8 Milhões de Euros**. Tal denota um caminho de valorização das carreiras dos nossos trabalhadores que, todos os dias, dão o melhor de si para que possamos prestar um melhor serviço público a toda a comunidade. -----

Reforça-se que os principais desígnios da CMO assentam na defesa dos direitos e da dignidade de todas e de todos os seus trabalhadores e na garantia de que tenham mais e melhores condições de trabalho. -----

Destaque também para os Passivos Financeiros (o Serviço da Dívida), isto é, juros e amortizações relativos a **empréstimos de Médio e Longo Prazo contratados, que totalizam 1,3 Milhões de Euros, representando um decréscimo de 1,8%**, em relação às dotações iniciais de 2022. -----

Os agrupamentos da despesa relativos a **Transferências, Correntes e de Capital totalizam 15,1 Milhões de Euros**, sendo que **11,4 Milhões de Euros são de natureza corrente e 3,7 Milhões de Euros são de natureza de capital**. -----

Por último, registre-se o valor inscrito para Aquisição de Bens de Capital (Investimento), que atinge os **38,2 Milhões de Euros**, representando um **crescimento, face a 2022, de 3,6%**. -----

GRANDES OPÇÕES DO PLANO (GOP'S) -----

Câmara Municipal de Odivelas

Paços do Concelho – Quinta da Memória
Rua Guilherme Gomes Fernandes
2675-372 Odivelas

NIPC 504 293 125

Tel.: 219 320 000 | E-mail: geral@cm-odivelas.pt
www.cm-odivelas.pt

As **Grandes Opções do Plano para 2023** totalizam **104.005.438,00 €**, representando um **acréscimo de 4,7%**, quando comparado com as **GOP's 2022**. -----

Realça-se o valor inscrito de cerca de **65,4 Milhões de Euros referente a Projetos Novos**, aos quais se juntam de **38,2 Milhões de Euros (+4%) de Dívida a Transitar** (Plano Plurianual de Investimentos). -----

Em termos funcionais, verifica-se que estão afetos às **Funções Gerais o montante de 25 Milhões de Euros (24%)**, às **Funções Sociais o montante de 58,1 Milhões de Euros (56%)**, permanecendo, deste modo, como o eixo estratégico mais relevante, às **Funções Económicas 12,3 Milhões de Euros (12%)**, e às **Outras Funções 8,4 Milhões de Euros (8,1%)**. -----

Dentro das **Funções Sociais** destaque para: -----

- Educação 27,3 Milhões de Euros (+3.45%) -----
- Saúde 1,1 Milhões de Euros (-25.41%) -----
- Habitação 4,2 Milhões de Euros (+138,12%) -----
- Ação Social 1,1 Milhões de Euros (-25,41%) -----
- Cultura 4,1 Milhões de Euros (-9%) -----
- Desporto 3,3 Milhões de Euros (+ 78,84%) -----
- Proteção Meio Ambiente e Conservação da Natureza – 6,7 Milhões de Euros (+4.95€) -----

E se no início foram referidas algumas obras municipais, destaca-se agora alguns projetos e iniciativas que terão continuidade ou arranque no próximo ano: -----

- o Estudo do Túmulo de D. Dinis e da espada régia; -----
- o Projeto Sei Ser Família; -----
- o lançamento da Agência de Investimento e Desenvolvimento Económico; -----
- o regresso do Festival da Marmelada; -----
- a Mostra de Ofertas Profissionais e Educativas; -----
- a promoção do Envelhecimento Ativo, com o Clube do Movimento, Passeios Sénior, Oficina +55 ou a Banda Maior; -----
- a organização da 2.ª Edição do Festival Odivelas a Mexer, dedicado ao Desporto e a Juventude;
- o início das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril; -----
- a implementação do Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas; -----
- o Centro de Terapia e Reabilitação de Odivelas; -----
- o início de um grande processo de modernização administrativa; -----
- a continuidade das carreiras urbanas Voltas; -----
- a promoção para a Integração dos Sem-abrigo; -----
- ou o concurso para postos de carregamento elétrico em todo o concelho. -----

Câmara Municipal de Odivelas

Paços do Concelho – Quinta da Memória
Rua Guilherme Gomes Fernandes
2675-372 Odivelas

NIPC 504 293 125

Tel.: 219 320 000 | E-mail: geral@cm-odivelas.pt
www.cm-odivelas.pt

Consciente que 2023 será previsivelmente um ano difícil, este Executivo Municipal liderado pelo Partido Socialista reforça a sua determinação para enfrentar com firmeza todos os obstáculos e continuar a construir um concelho cada vez mais atrativo, mais moderno e próspero. -----

Estaremos como até aqui, firmemente empenhados em concretizar o compromisso assumido com os munícipes do nosso concelho. O nosso propósito e a nossa determinação será sempre prosseguir esta importante missão autárquica na defesa do interesse público e na melhoria das condições de vida dos odivelenses. -----

Face ao exposto, o Presidente da Câmara e os Vereadores do Partido Socialista votaram favoravelmente as propostas de Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2023, assim como os restantes pontos em deliberação nesta Reunião.” -----

PONTO DOIS - PROPOSTA DE FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) RESPEITANTES AO ANO DE 2022 A LIQUIDAR EM 2023. (DJAG) -----

Presente para deliberação, o proposto na Informação n.º Interno/2022/9069, de 07-11-2022, com o despacho do Senhor Presidente, que seguidamente se transcreve: -----

Informação -----

“Considerando que: 1. De acordo com a alínea a) do art.º 14º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e o artigo 1º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), na sua atual redação, o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) incide sobre o valor patrimonial tributário dos prédios rústicos e urbanos situados no território português, constituindo receita dos municípios onde os mesmos se localizem; 2. Nos termos do disposto no n.º 9 do artigo 112.º do CIMI, os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, podem majorar até ao dobro a taxa aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono, não podendo resultar da aplicação desta majoração uma coleta de imposto inferior a 20 euros por cada prédio abrangido; 3. Menciona o n.º 10 que se consideram prédios rústicos com áreas florestais em situação de abandono aqueles que integrem terrenos ocupados com arvoredos florestais, com uso silvo-pastoril ou incultos de longa duração, e em que se verifiquem, cumulativamente, as seguintes condições: 2/3 a) Não estarem incluídos em zonas de intervenção florestal (ZIF), nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 127/2005, de 5 de agosto; b) A sua exploração não estar submetida a plano de gestão florestal elaborado, aprovado e executado nos termos da legislação aplicável; c) Não terem sido neles praticadas as operações silvícolas mínimas necessárias para reduzir a continuidade vertical e horizontal da

carga combustível, de forma a limitar os riscos de ignição e propagação de incêndios no seu interior e nos prédios confinantes 4. Nos termos da alínea c) do n.º 1 e do n.º 5 do art.º 112º do CIMI, os municípios, por deliberação da Assembleia Municipal, definem a taxa aplicável aos prédios urbanos para vigorar no ano seguinte entre os limites de 0,3% e 0,45%; 5. Nos termos do disposto no n.º 8 do art.º 112º do CIMI, os municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, podem majorar até 30% da taxa aplicável a prédios urbanos degradados, isto é, aqueles que face “ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função e façam perigar a segurança de pessoas e bens”; 6. Ao abrigo do n.º 3 do art.º 112º do CIMI, a taxa prevista na alínea c) do n.º 1 do mesmo artigo, é elevada, anualmente, ao triplo nos casos de prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano, ou nos casos de prédios em ruínas, como tal definidos no Regulamento Municipal de Identificação de Imóveis para Aplicação de Majoração e Minoração da Taxa de IMI, publicado no Diário da república n.º 6 – 2ª série de 09/01/2020. 7. O artigo 112-A do CIMI prevê que, por deliberação da Assembleia Municipal, pode ser fixada uma redução da taxa que vigorar no ano a que respeita o imposto, nos casos de imóvel destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, em função do número de dependentes que, nos termos previstos no Código do Imposto sobre o Rendimento Singular (IRS) compõem o agregado familiar do proprietário a 31 de Dezembro, de acordo com a seguinte tabela: N.º de Dependentes a cargo* Dedução Fixa 1 20 € 2 40 € 3 ou mais 70 € *à data de 31/12/2021 Considerando ainda que: 1. Nos termos dos n.ºs 14 e 16 do art.º 112º do CIMI, as deliberações da Assembleia Municipal referidas nos mesmos devem ser comunicadas à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) até 31 de dezembro, para vigorarem no ano seguinte, 3/3 2. Para efeitos da aplicação da taxa do IMI, e em cumprimento do n.º 3, n.º 11, n.º 15 e n.º 16 do art.º 112.º do CIMI, os serviços municipais competentes elaborarão as listagens das situações previstas nos números 2, 5 e 6 desta informação para que se torne possível efetuar a liquidação do imposto em tempo oportuno. Nestes termos propõe-se: Submeter a deliberação da Câmara Municipal de Odivelas, sendo posteriormente apresentada à assembleia municipal, nos termos da alínea d) do n.º 1.º do artigo 25.º e da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para vigorar no ano de 2022, com efeitos na liquidação que será feita em 2023: 1. A fixação de uma taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) de 0,35% para os prédios urbanos, conforme alínea c), do nº 1 e nos termos do nº 5 do art.º 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), com todas as alterações legislativas introduzidas; 2. Nos termos e para os efeitos do n.º 8, do art.º 112º do diploma citado no número anterior, a majoração de 30% da taxa de IMI aplicável a prédios ou parte de prédios urbanos degradados; 3. A elevação para o triplo da taxa de IMI aplicável para os prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano e/ou para os prédios em ruínas nos termos do nº. 3, do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis; 4. A majoração ao dobro da taxa de IMI a aplicar aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono; 5. A redução da taxa de IMI, no caso de imóvel destinado a habitação própria e permanente do sujeito

passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, que nos termos do Código do IRS, compõem o agregado familiar do proprietário, em: a) 40 € para 2 dependentes a cargo; b) 70 € para 3 ou mais dependentes a cargo.” -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE ----- ----- -----

“Ao SAOM, para incluir na Ordem de Trabalhos da próxima Reunião de Câmara e posterior envio à AMO para deliberação.” -----

Colocada à votação, foi aprovada, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, dos Senhores Vereadores da bancada do PS, com a abstenção do Senhor Vereador da bancada da CDU e com os votos contra dos Senhores Vereadores da bancada do PPD/PSD e do Senhor Vereador da bancada do Chega, a Proposta de Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) Respeitantes ao Ano de 2022 a Liquidar em 2023, conforme informação acima referida. -----

O Senhor Vereador Nuno Beirão apresentou uma **declaração de voto** que seguidamente se transcreve: --

A extinção do Imposto Municipal sobre os Imóveis é uma das medidas pela qual o Chega se debate constantemente, quer em sede de órgãos municipais, quer no âmbito da esfera nacional, pela sua imoralidade e perversidade perante os contribuintes, que já tanto são sobrecarregados com impostos diretos e indiretos. Sabendo da limitação que as autarquias possuem, e que permite apenas uma autonomia de redução do IMI até 0,30%, defendemos que esse deveria ser o valor percentual a adotar para este orçamento, porém o caráter de extrema timidez da redução do Imposto Municipal sobre os Imóveis, levamos a interpretar esta nova taxa fixada de 0.35%, como sendo inequivocamente insuficiente e muito pouco significativa no caminho de alívio da sobrecarga fiscal que os odivelenses carregam, em especial no contexto atual em que o dinheiro que entra nos lares de cada odivelense é cada vez menos. Numa densa cortina de fumo, a descida do IMI de 0.36 para 0.35% é claramente uma tática eleitoral, dado que a receita fiscal prevista para 2023 se situa em perto de 45 milhões de euros, enquanto a previsão para 2022 era de pouco mais de 41 milhões de euros, ou seja, mesmo reduzindo o IMI, o executivo continua a ter uma receita superior, não abdicando da mesma em prol da difícil situação que os odivelenses enfrentam. -----

O Senhor Vereador Marco Pina apresentou uma **declaração de voto** que seguidamente se transcreve: ---

"A proposta de Orçamento Municipal para 2023 e Grandes Opções do Plano 2023-2027 prevê uma dotação total de 140.764.788 € e um aumento no orçamento face a 2022 de 7%. Em termos de receita, realça-se o peso dos impostos diretos, que totalizam 44.689.630 € milhões de euros e que contribuem em cerca de 32% para a receita total, revelando um acréscimo de 3 515 975,00 € e uma variação de 9 % face a 2022. Pese embora a sua natureza previsional - o que na prática quer dizer que inúmeras ações e investimentos previstos, não chegam a concretizar-se ou são adiadas – Orçamento e Grandes Opções do Plano são por excelência os documentos que materializam as linhas estratégicas de investimento e de atividade municipal para o Concelho de Odivelas para 2023 e a médio prazo. Tratando-se de documentos inseridos numa conjuntura frágil é absolutamente incompreensível ignorarem os efeitos da inflação nas famílias, não refletindo qualquer estratégia municipal de combate efetivo ao empobrecimento. Que conjuntura vivemos?

A Comissão Europeia aponta para uma taxa de inflação em Portugal situada nos 8% em 2022, sendo de prever que o contexto de incerteza, a crise dos preços da energia e a perda de poder de compra determinem uma recessão em 2023. Nos bens alimentares a escalada da inflação é particularmente gravosa, tendo-se situado nos 18,6% em outubro passado. Esta realidade afeta sobretudo as famílias de mais baixos rendimentos, cuja perda de poder de compra compromete a capacidade de adquirir bens alimentares, e obriga a escolhas de consumo de bens essenciais: comprar comida ou medicamentos, é um dos dilemas que muitas vezes se coloca. Prova deste cenário são as recentes imagens de bens alimentares com alarmes nos supermercados. A esta realidade dramática acrescem os incompreensíveis e desumanos cortes feitos nos beneficiários dos apoios alimentares por parte do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, fazendo disparar no Concelho o número de pessoas em lista de espera para auxílio alimentar. -----

Esta é a conjuntura e como se caracteriza do ponto de vista do rendimento dos residentes em Odivelas? Odivelas é um dos concelhos mais pobres da AML. Em 2019, o nível remuneratório médio no concelho situava-se nos 987 €, ficando 219 € aquém da média nacional situada nos € 1 206,00 €. O poder de compra per capita era o mais baixo da AML, menos de metade do poder de compra dos moradores de Lisboa, muito abaixo do poder de compra de Oeiras e mesmo abaixo do poder de compra dos moradores em Loures, na Amadora ou no Barreiro. Metade das crianças do Concelho beneficiam de ação social escolar. A evidência estatística aponta que se agravou a condição e o risco de pobreza, o que indicia que a condição económica da população residente no Concelho se agravou e de que se encontra entre as mais expostas aos efeitos da inflação e ao risco de pobreza crescente. O PSD na Câmara Municipal de Odivelas, conhecedor dos problemas que afetam a população e a rede social em Odivelas, em múltiplas ocasiões questionou o executivo municipal sobre o agravar das condições de apoio alimentar, o número crescente de pessoas em lista de espera, a escassez de equipamentos para a infância e para a 3ª idade, a ausência de políticas de

habitação, a crescente falta de cobertura dos cuidados de saúde primários e as graves limitações dos cuidados médicos prestados no hospital de referência do Concelho. Mitigar o impacto da inflação nas famílias, proteger as pessoas mais vulneráveis e prevenir o agravamento das desigualdades, com tudo o que isso implica do ponto de vista da coesão social e territorial, leva-nos a apresentar um conjunto de medidas que se impunham na proposta de orçamento para 2023: ➤ **Proteção Social** - Reformulação do Fundo de Auxílio Social de Emergência, com o reforço na dotação de € 500.000,00, o aumento da abrangência da natureza dos apoios previstos e o aumento do universo dos destinatários que podem aceder; - No âmbito do PAMO alteração urgente do Regulamento, em vigor desde 2015, prevendo respostas e montantes adequados às necessidades e dificuldades da rede social, cultural e desportiva do concelho, uma maior robustez e abrangência nos apoios a conceder no âmbito da atividade regular, da aquisição de bens, serviços, equipamentos e viaturas e da beneficiação de instalações. - Comparticipação em vale, no valor de 50€, da mensalidade em creches e em jardim de infância para todas as famílias cujas crianças não tiveram direito à colocação gratuita, fruto da idade (nascidos antes de Setembro de 2019), ou pela carência de vagas no ensino solidário (creches) e no ensino público (pré escolar); -----

➤ **Saúde** - Criação do programa “Médico de Proximidade”, através de acordo com a ARSLVT e a rede social do Concelho, para a contratação de médicos de medicina familiar e geral, em regime de prestação de serviços, que garantam o atendimento da população do concelho sem médico de família; -----

➤ **Habitação** - Criação de um programa de apoio económico para pagamento de rendas, traduzido num subsídio municipal a atribuir em função do valor da renda e dos rendimentos, não ultrapassando 50% do valor total da renda a pagar; - Não aumento do valor das rendas da habitação municipal em 2023. -----

➤ **Transportes** - Criação do Voltas Pontinha-Famões, essencial para a coesão territorial destas localidades, com uma oferta limitada de transportes públicos na ligação entre os diversos bairros e as escolas, o Hospital Beatriz Ângelo e os centros de saúde; -----

➤ **Medidas Fiscais** - Redução da Taxa do Imposto Municipal de Imóveis de 0,36% para 0,34% para os prédios urbanos; - Descida de 20% da participação variável do IRS para 4%; - Redução da derrama para 1%. O que falta fazer? Reconhecendo a importância para o Concelho dos investimentos previstos para o próximo ano, nomeadamente a construção da Escola Básica/ Jardim de Infância da Amoreira, a beneficiação do Mosteiro de S. Dinis e a criação do Centro Interpretativo, a criação do Programa Municipal de Cuidadores Informais, a construção de novas unidades de saúde, a execução do Programa 1º Direito, a requalificação do Pavilhão Desportivo Honório Francisco, as intervenções no Bº Olival do Pancas no âmbito do Plano de Ação Comunidades Desfavorecidas, a concretização de vias como a T14, a extensão do metropolitano a Loures não podemos deixar de novamente frisar que o desafio será mesmo a sua execução. Ano após ano intervenções fundamentais têm vindo a arrastar-se, aparecendo inscritas em Orçamento, não se concretizando e impedindo desse modo que novos investimentos se

concretizem. Acresce agora à responsabilidade de executar o calendário de investimento imposto pelo Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), até 2026. Falhar a sua execução é precisamente comprometer e adiar o futuro de Odivelas. Disso são exemplo projetos como a conclusão da T14, inexplicavelmente por concretizar há mais de 20 anos. Aponta-se agora para 2024. Novidades sobre a ligação do Casal do Monte à R. Heróis do Chaimite, ou a Variante Norte de Caneças, aguardamos todos. Relativamente às políticas de habitação ganham neste orçamento expressão com a concretização do programa 1º Direito e a reabilitação de património municipal. Só podemos desejar que se concretizem os investimentos inscritos que no domínio da criação de respostas efetivas às necessidades são de impacto reduzido face ao cenário habitacional de absoluta ausência de respostas no domínio público que se assiste no Concelho de Odivelas e incapazes de reverter anos de completa ausência de investimento. As respostas a criar são para uma pequena parcela das situações de indignidade e carência mais grave existentes no Concelho. Ficam de fora todos os que podendo pagar uma renda ou comprar uma casa não o podem fazer aos custos de mercado. Outro exemplo carente de investimento municipal é a reabilitação Pavilhão Honório Francisco, em Odivelas. Depois de anos sucessivamente anunciada, por protocolo com a Federação Portuguesa de Ginástica, nem a Capital Europeia do Desporto conferiu a este equipamento a dignidade que o Concelho e os munícipes merecem. Permanece num estado de completa degradação, albergue informal noturno em plena sede de concelho. Novos equipamentos desportivos dependem de investimento privado - se ocorrerem - e quando ocorrerem, desfrutam deles os que tiverem dinheiro para os frequentar. Precisamente num dos Concelhos mais pobres da AML. -----

Relativamente à reabilitação dos mercados municipais, nomeadamente o de Odivelas, nada se prevê, assumindo a morte lenta desta forma de comércio tradicional e a ausência de uma estratégia que criasse vida e centralidade na cidade. Sobre a Quinta das Águas Férreas, equipamento municipal em processo de degradação, desaproveitado nas suas potencialidades, nada de novo. Em síntese: Odivelas, 24 anos de existência como concelho, pouco mais de 26 KM2 Odivelas, cerca de 150 000 habitantes e ainda demasiadas parcelas de território onde as disparidades são demasiado gritantes, porque centenas de famílias vivem em barracas com esgoto a céu aberto, com estacionamento caótico, com zonas verdes descuidadas, linhas de água por limpar e espaço público indigno para um concelho que gostaria de ser conhecido pela qualidade de vida. Em suma, um território com uma história de séculos, mas onde o futuro é duro, incerto e onde a qualidade apenas figura nas palavras utópicas do Sr. Presidente da Câmara. Pelo exposto, porque não vemos neste Orçamento Municipal e nas Grandes Opções do Plano contempladas medidas que respondam às dificuldades fruto de uma inflação ímpar em décadas, mas sim um orçamento em linha de continuidade com as opções políticas da maioria PS, que em 24 anos de existência do concelho não foram capazes de alterar a matriz de pobreza e de falta de exigência que caracteriza Odivelas, votamos contra estes documentos." -----

O Senhor Vereador Fernando Painho apresentou uma **declaração de voto** que seguidamente se transcreve: -----

“Desde a publicação e aplicação da Lei 73/2013 que a CDU defende que o mecanismo de financiamento das autarquias tem de ser combatido e revisto. -----

A consequência prática deste modelo, principalmente para os municípios com maior pressão urbanística, pode provocar alguma permissividade em relação ao aumento de construções, nomeadamente no que respeita a grandes urbanizações. -----

Além disto, esta Lei conjuga-se com a entrada na zona Euro, que vem potenciar ainda mais a troca de produção de bens transacionáveis para bens fixos, e também vem propicia a atuação sobre grandes parcelas do território urbano, através do sistema bancário e financeiro. -----

Para a CDU, a questão fundamental é política e, como responsáveis autárquicos, conhecendo o que é já hoje o panorama do nosso país com os graves problemas de desenvolvimento urbano, não podemos deixar passar este aspeto, que consideramos muito importante. -----

Em nosso entender, aos autarcas, impõe-se que assumam uma posição clara para que o IMI deixe de ser a principal fonte de financiamento dos municípios, porque este sistema é perverso em concelhos como Odivelas, é perverso em toda a Área Metropolitana, porque no fundo pede-se aos responsáveis autárquicos que façam o contrário daquilo para onde este sistema os empurra. -----

Para nós, CDU, crescimento urbano não é sinónimo de desenvolvimento urbano, nem é sinónimo de qualidade de vida. Se se quiser conter o crescimento urbanístico, este simples acto torna-se tão difícil como complexo quando se tem ao dispor legislação que promove o financiamento municipal através das ações urbanísticas. -----

Sobre o que está para deliberação, revendo-nos na proposta de que a taxa seja fixada em 0,35%, mas discordamos da aplicação do IMI familiar, posição que é sobejamente conhecida, pois a mesma em nada contribui para o incentivo à natalidade. -----

Pelas razões expostas, o nosso voto é de abstenção.” -----

O Senhor Presidente apresentou uma **declaração de voto** que seguidamente se transcreve: -----

“Começamos, em primeiro lugar, por agradecer aos serviços municipais e em particular ao DAJG/DFA, pelo importante trabalho de elaboração do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, que constituem instrumentos determinantes para a atividade e o desempenho municipal no próximo ano civil de 2023, que se avizinha. -----

São vários os fatores que estiveram na base destes Documentos Provisionais. A saber: -----

Câmara Municipal de Odivelas
Paços do Concelho – Quinta da Memória
Rua Guilherme Gomes Fernandes
2675-372 Odivelas

NIPC 504 293 125

Tel.: 219 320 000 | E-mail: geral@cm-odivelas.pt
www.cm-odivelas.pt

1. Um difícil cenário macroeconómico, fruto da invasão da Ucrânia, marcado pelo abrandamento das economias mundiais, que se encontravam em recuperação depois de uma longa pandemia (com uma acentuada crise na produção), pela crise energética que impactou consideravelmente os preços das matérias-primas e pela subida da inflação que tem colocado uma pressão enorme nos orçamentos familiares; -----

2. A continuidade do trabalho realizado, dando seguimento aos diversos e importantes projetos municipais que se encontram em curso, nas mais variadas áreas - originando que cerca de 38,2 Milhões de Euros estejam já comprometidos para 2023, que transitam como dívida do atual ano económico; -----

3. O encerramento do atual quadro comunitário de apoio do PT2020, a preparação e o acompanhamento das candidaturas ao PRR (sendo que alguns projetos já se encontram em curso) e a definição do próximo pacote de fundos europeus do PT2023 (que se encontra ainda em fase de preparação e discussão); -----

4. O aumento significativo das Despesas com o Pessoal, num montante superior em 4,27 Milhões de Euros (+13%) ao previsto no Orçamento de 2022, justificado sobretudo pela inclusão das atualizações remuneratórias previstas na proposta de Orçamento de Estado para 2023; -----

5. O compromisso de manter umas contas municipais sólidas e uma tesouraria saudável, com prazos médios de pagamento reduzidos (possibilitando injetar liquidez na economia local, de modo que as empresas possam fazer face, com celeridade, às suas responsabilidades e compromissos); não deixando de mencionar que a atual proposta de Orçamento para 2023 expressa também a continuidade da redução da dívida bancária, libertando, nesse sentido, verbas importantes para alocar à atividade do município; -----

6. E a necessidade imperiosa de continuar a aliar as contas certas à satisfação das necessidades da população, conciliando o investimento nas pessoas com o desenvolvimento do território e a promoção da coesão territorial. -----

A apresentação destes referidos documentos decorre, assim, numa conjuntura singular, exigindo-nos, por isso, prudência rigor e ambição, dando continuidade ao projeto político e às opções do Executivo Municipal, que foram sufragadas pelos odivelenses, sem nunca descurar a ambição na prossecução do nosso objetivo central: a melhoria da qualidade de vida da população e a construção de um território mais coeso, mais moderno e qualificado. -----

Destaque para a redução da taxa de IMI que, para 2023, será de 0,35%, constituindo uma das principais medidas contempladas neste orçamento municipal. Tal decisão, que surge na sequência do desagravamento fiscal que tem marcado os últimos anos neste concelho, junta-se a outras iniciativas como o IMI Familiar, que possibilita uma dedução adicional de 40€ para agregados familiares com dois filhos e de 70€ para famílias com três ou mais dependentes, ou a oferta das fichas e dos kits escolares, que terão um impacto significativo nos orçamentos das famílias no próximo ano. -----

Iremos manter, igualmente, investimentos muito relevantes ao nível da construção de novos equipamentos e infraestruturas coletivas, da requalificação urbana ou da melhoria do espaço público. Refiro-me a intervenções e projetos como: -----

- a conclusão da nova Unidade de Saúde de Famões e a prossecução dos projetos para a construção de 3 novas unidades de saúde no concelho; -----
- a conclusão do Pavilhão Desportivo da EB D. Dinis, nos Pombais; -----
- a conclusão da reabilitação da Biblioteca Municipal D. Dinis; -----
- a construção da nova EB da Amoreira, na Ramada; -----
- a construção da via T14; -----
- a beneficiação das Escolas Secundárias de Odivelas e da Ramada; -----
- a remodelação da Frente Urbana do Rio da Costa; -----
- as diversas intervenções a realizar no Mosteiro de Odivelas; -----
- a construção da Divisão Policial de Odivelas; -----
- a recuperação de fogos municipais; -----
- o projeto de execução do Parque da Cidade; -----
- o projeto de requalificação do Pavilhão Honório Francisco, na Codivel. -----

Paralelamente, não desperdiçaremos as oportunidades geradas pelas candidaturas aos fundos europeus, originárias quer dos Quadros Comunitários de Apoio, quer das referentes ao Programa de Recuperação e Resiliência. A este nível, destaca-se o Plano de Ação “Comunidades Desfavorecidas”, que contempla a construção/ampliação da Unidade de Saúde e do Polo Cívico da Urmeira ou a intervenção a realizar no Bairro Olival do Pancas, o Programa 1.º Direito, no âmbito da Estratégia Local de Habitação, ou a extensão do Metropolitano ao concelho de Loures, que se encontra em fase de avaliação do estudo de impacto ambiental. -----

Ao nível Social, num ano que se espera de grandes dificuldades e de uma acentuada redução dos rendimentos disponíveis pelas famílias, reforçaremos o nosso compromisso de proteger a população mais vulnerável, apostando na manutenção do “Fundo de Auxílio Social de Emergência”, no “Programa Operacional de Apoio às Pessoas mais carenciadas”, entre outros instrumentos de apoio à mitigação das dificuldades emergentes (o programa de “Realojamento de População Carenciada” ou o início do Programa Municipal de Cuidadores Informais). -----

Convictos da importância do trabalho de complementaridade em rede, realizado com os nossos parceiros locais, esta proposta orçamental contempla também: -----

- uma dotação (reforçada) que perfaz **750 mil Euros no âmbito do PAMO** (Programa de Apoio Municipal de Odivelas), de forma a apoiar o movimento associativo concelhio; -----

- uma dotação de cerca de **1,5 Milhões de Euros** de comparticipação à redução tarifária do transporte público metropolitano, **no âmbito do Passe Navegante**; -----
- uma **transferência superior a 1 Milhão de Euros** para garantir o cumprimento da meritória missão das nossas **Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários**; -----
- e o **reforço em 11%, face a 2022**, das **verbas a transferir para as Juntas de Freguesia**, que totaliza um valor aproximado de **6,3 Milhões de Euros**. -----

Este Orçamento assume-se, pois, como um instrumento de importância crucial na recuperação económica e social do nosso Concelho. Um orçamento de compromisso e responsabilidade, com forte investimento municipal nas diversas áreas da atividade autárquica. -----

É o **mais elevado Orçamento de Despesa e de Receita de sempre**, resultado da inscrição de um **conjunto de competências entretanto delegadas pela administração central** no município, bem como de **novas infraestruturas e equipamentos** colocados à disposição dos munícipes. -----

Este documento **leva também em linha de conta o valor da inflação e das atualizações salariais previstas na proposta de Orçamento Estado 2023 (OE2023)** que representam um **aumento de sensivelmente 4,27 Milhões de Euros (+ 13%)** relativamente o previsto no Orçamento de 2022. -----

RECEITA -----

Do total do Orçamento de Receita, **100,9 Milhões de Euros são Receitas Correntes (72%), 26,3 Milhões de Euros (19%) são Receitas de Capital e 13,4 Milhões de Euros (10%) Outras Receitas**. -----

- Previsão de receita total de cerca de 140,7 Milhões de Euros (+ 9 Milhões de Euros; + 7%);
 - Do total previsto em **Orçamento de Receita** e de acordo com a sua natureza, verifica-se que 100.984.308,86€ (72%) – (+14.509.060,02€; +17%) são **Receitas Correntes**, 26.349.689,50€ (19%) – (-231.416,00€; - 1%) representam **Receitas de Capital**, verificando-se ainda um montante de 13.430.790,04€ (10%) – (+ 5.266.635,62€; -28%) em **Receita não Efetiva**.

Evidência para um ligeiro acréscimo do valor previsto arrecadar com Impostos Diretos, capítulo que representa 32% (44,7 Milhões de Euros) do total da receita municipal prevista, que regista uma variação positiva de 9% (+3,5 Milhões de Euros) face a 2022. -----

O **valor do Orçamento e GOP's situa-se nos 140.764.788,00 Euros** (cento e quarenta milhões setecentos e sessenta e quatro mil setecentos e oitenta e oito euros), o que representa um **acréscimo residual de 6,8% (9 Milhões de Euros) relativamente aos Documentos Previsionais Iniciais para 2022**. -----

De realçar que, em 2021, apesar de ter o 14.º maior orçamento do país, o Município de Odivelas encontrava-se apenas no 28.º lugar, ao nível do peso dos impostos no total da receita cobrada. Em 2020, a

posição ocupada era a 23.^a, o que atesta que as receitas da autarquia dependem cada vez menos dos impostos cobrados. -----

Esta é uma conclusão reforçada pelo facto de, em 2021, Odivelas ocupar a 18.^a posição no valor de impostos totais cobrados quando, em 2020, se encontrava em 16.^a lugar. -----

Comparativamente com outros concelhos da zona norte da AML, regista-se que Odivelas é dos municípios com menos impostos por habitante, conforme quadro abaixo: -----

Concelho	Impostos por Habitante
Lisboa	887,48 €
Cascais	776,57 €
Oeiras	638,66 €
Mafra	460,93 €
Loures	318,71 €
VF Xira	307,68 €
Odivelas	291,77 €
Sintra	281,21 €
Amadora	213,16 €

Para 2023: -----

- **IMI:** com a redução de 0,01% para 0,35% prevê-se uma receita de 20,8 Milhões de Euros. Este valor é, ainda assim, superior, ao previsto em 2022 em 89 mil Euros; -----
- **IMT:** continua uma das principais fontes de receita municipal, prevendo-se arrecadar 18,3 Milhões de Euros (+22%); -----
- **Derrama:** mantém-se a taxa de 1,5% sobre o lucro tributável, a isenção para pessoas coletivas que se instalem no concelho e criem postos de trabalho ou provem não ter reduzido o n.º de postos de trabalho, relativamente ao ano anterior. A Receita prevista é de 1,8 Milhões de Euros (=). De notar que, em 2020, Odivelas era o 31.^o concelho com maior receita de Derrama. Em 2021, situou-se na 29.^a posição, o que denota uma trajetória ascendente ao nível do dinamismo económico do concelho. -----

No que se refere ao capítulo das **Transferências**, realce para as provenientes do **Orçamento Geral do Estado** (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal, n.º 3, art.º 35.º Lei n.º 73/2014 e o IRS), que totalizam 22,8 Milhões de Euros. Tal representa **um acréscimo de 8,2%**, em relação ao considerado

no OE 2022, que se traduz num **aumento do valor a transferir para o Município de Odivelas de 1,74 Milhões de Euros**. -----

Ainda dentro deste capítulo, relevo para a rubrica **Transferências de Competências** – Lei 50/2018, na área da **Educação** que totaliza o montante de **11,4 Milhões de Euros**, sendo que esta previsão de receita se encontra consignada a despesas na mesma área de intervenção. -----

DESPESA-----

Do total do **Orçamento de Despesa, 97,8 Milhões de Euros são Despesas Correntes (69%) e 41,9 Milhões de Euros são Despesas de Capital (30%)**. -----

- Previsão de despesa total de cerca de 140,7 Milhões de Euros (+ 9 Milhões; + 7%);
- Do total do **Orçamento de Despesa, 97.821.892,56 € (69%) - (+ 11.063.612,03 €; + 13%) são Despesas Correntes, 41.869.693,09 € (30%) - (+2.047.895,38 €; - 5%) traduzem Despesas de Capital e 1.073.202,35 € (1%) - (+ 4.708,65 €; 0%) são Despesa não Efetiva.**

Nos agrupamentos de despesa corrente, destaca-se as **Despesas com o Pessoal, com um valor total de 38,1 Milhões de Euros, representando 27% do total das dotações orçamentais para 2023**. Trata-se de um montante **superior em 4,27 Milhões de Euros (+13%)** ao previsto no Orçamento de 2022, justificado sobretudo pela **inclusão das atualizações remuneratórias previstas na proposta OE 2023**. -----

A proposta relativa às despesas com o pessoal teve em consideração o seguinte: -----

- Manutenção do número de trabalhadores do mapa, 1.542 trabalhadores (inclui Eleitos e Contratos a Termo), acrescidos dos referidos 67 novos recrutamentos, dos quais 33 são novos postos a criar no Mapa de Pessoal; -----
- Atualização da RMMG para 761,58 € (683 trabalhadores abrangidos); -----
- Alteração do subsídio de refeição de 4,77 € para 5,20 €; -----
- Aumento salarial de 52,00 € para todos os trabalhadores, com exceção dos que auferem rendimentos superiores a 2.570,82 €/mês, cuja atualização é de 2%; -----
- Aumento remuneratório de 104,00 € para a carreira de Técnico Superior, acrescido da atualização salarial anual; -----
- As alterações de posicionamento por alteração obrigatória e por opção gestionária; -----
- Previsão de 18 novas mobilidades intercarreiras.” -----

De notar que, desde 2018, os **custos com o pessoal aumentaram 8 Milhões de Euros**. Tal denota um caminho de valorização das carreiras dos nossos trabalhadores que, todos os dias, dão o melhor de si para que possamos prestar um melhor serviço público a toda a comunidade. -----

Reforça-se que os principais desígnios da CMO assentam na defesa dos direitos e da dignidade de todas e de todos os seus trabalhadores e na garantia de que tenham mais e melhores condições de trabalho. -----

Destaque também para os Passivos Financeiros (o Serviço da Dívida), isto é, juros e amortizações relativos a **empréstimos de Médio e Longo Prazo contratados, que totalizam 1,3 Milhões de Euros, representando um decréscimo de 1,8%**, em relação às dotações iniciais de 2022. -----

Os agrupamentos da despesa relativos a **Transferências, Correntes e de Capital totalizam 15,1 Milhões de Euros**, sendo que **11,4 Milhões de Euros são de natureza corrente e 3,7 Milhões de Euros são de natureza de capital**. -----

Por último, registe-se o valor inscrito para Aquisição de Bens de Capital (Investimento), que atinge os **38,2 Milhões de Euros**, representando um **crescimento, face a 2022, de 3,6%**. -----

GRANDES OPÇÕES DO PLANO (GOP'S) -----

As **Grandes Opções do Plano para 2023 totalizam 104.005.438,00 €**, representando um **acréscimo de 4,7%**, quando comparado com as GOP's 2022. -----

Realça-se o valor inscrito de cerca de **65,4 Milhões de Euros referente a Projetos Novos**, aos quais se juntam de **38,2 Milhões de Euros (+4%) de Dívida a Transitar** (Plano Plurianual de Investimentos). -----

Em termos funcionais, verifica-se que estão afetos às **Funções Gerais o montante de 25 Milhões de Euros (24%)**, às **Funções Sociais o montante de 58,1 Milhões de Euros (56%)**, permanecendo, deste modo, como o eixo estratégico mais relevante, às **Funções Económicas 12,3 Milhões de Euros (12%)**, e às **Outras Funções 8,4 Milhões de Euros (8,1%)**. -----

Dentro das **Funções Sociais** destaque para: -----

- Educação 27,3 Milhões de Euros (+3.45%) -----
- Saúde 1,1 Milhões de Euros (-25.41%) -----
- Habitação 4,2 Milhões de Euros (+138,12%) -----
- Ação Social 1,1 Milhões de Euros (-25,41%) -----
- Cultura 4,1 Milhões de Euros (-9%) -----
- Desporto 3,3 Milhões de Euros (+ 78,84%) -----
- Proteção Meio Ambiente e Conservação da Natureza – 6,7 Milhões de Euros (+4.95€) -----

E se no início foram referidas algumas obras municipais, destaca-se agora alguns projetos e iniciativas que terão continuidade ou arranque no próximo ano: -----

- o Estudo do Túmulo de D. Dinis e da espada régia; -----
- o Projeto Sei Ser Família; -----
- o lançamento da Agência de Investimento e Desenvolvimento Económico; -----
- o regresso do Festival da Marmelada; -----
- a Mostra de Ofertas Profissionais e Educativas; -----

Câmara Municipal de Odivelas

Paços do Concelho – Quinta da Memória
Rua Guilherme Gomes Fernandes
2675-372 Odivelas

NIPC 504 293 125

Tel.: 219 320 000 | E-mail: geral@cm-odivelas.pt
www.cm-odivelas.pt

- a promoção do Envelhecimento Ativo, com o Clube do Movimento, Passeios Sénior, Oficina +55 ou a Banda Maior; -----
- a organização da 2.ª Edição do Festival Odivelas a Mexer, dedicado ao Desporto e a Juventude;
- o início das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril; -----
- a implementação do Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas; -----
- o Centro de Terapia e Reabilitação de Odivelas; -----
- o início de um grande processo de modernização administrativa; -----
- a continuidade das carreiras urbanas Voltas; -----
- a promoção para a Integração dos Sem-abrigo; -----
- ou o concurso para postos de carregamento elétrico em todo o concelho. -----

Consciente que 2023 será previsivelmente um ano difícil, este Executivo Municipal liderado pelo Partido Socialista reforça a sua determinação para enfrentar com firmeza todos os obstáculos e continuar a construir um concelho cada vez mais atrativo, mais moderno e próspero. -----

Estando como até aqui, firmemente empenhados em concretizar o compromisso assumido com os munícipes do nosso concelho. O nosso propósito e a nossa determinação será sempre prosseguir esta importante missão autárquica na defesa do interesse público e na melhoria das condições de vida dos odivelenses. -----

Face ao exposto, o Presidente da Câmara e os Vereadores do Partido Socialista votaram favoravelmente as propostas de Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2023, assim como os restantes pontos em deliberação nesta Reunião.” -----

PONTO TRÊS - PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS REFERENTE AO ANO DE 2023, A LIQUIDAR EM 2024. (DJAG) -----

Presente para deliberação, o proposto na Informação n.º Interno/2022/9067, de 07-11-2022, com o despacho do Senhor Presidente, que seguidamente se transcreve: -----

Informação -----

“Nos termos do n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, Lei que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, “os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva

Câmara Municipal de Odivelas

Paços do Concelho – Quinta da Memória
Rua Cuilherme Gomes Fernandes
2675-372 Odivelas

NIPC 504 293 125

Tel.: 219 320 000 | E-mail: geral@cm-odivelas.pt
www.cm-odivelas.pt

circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código de IRS.” Esta participação depende de deliberação municipal quanto à percentagem pretendida de IRS. Deste modo, deve a Câmara Municipal de Odivelas comunicar eletronicamente, até 31 de dezembro de 2022, a percentagem pretendida quanto à participação variável no IRS de 2023, a liquidar em 2024, estabelecendo o n.º 3 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro que a ausência de comunicação ou receção para além do prazo legalmente estabelecido, o município tem direito a uma participação de 5% no IRS. 2/2 Nestes termos propõe-se, submeter a deliberação da Câmara Municipal de Odivelas e, posteriormente apresentada à Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º e da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a participação do Município de Odivelas no IRS de 2023 seja fixada nos 5%.” -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE -----

“Ao SAOM, para incluir na Ordem de Trabalhos da próxima Reunião de Câmara e posterior envio à AMO para deliberação.” -----

Colocada à votação, foi aprovada, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, dos Senhores Vereadores da bancada do PS, do Senhor Vereador da bancada da CDU e com os votos contra dos Senhores Vereadores da bancada do PPD/PSD e do Senhor Vereador da bancada do Chega, a Proposta de Participação Variável no IRS Referente ao Ano de 2023, a Liquidar em 2024, conforme informação acima referida. -----

O Senhor Vereador Nuno Beirão apresentou uma **declaração de voto** que seguidamente se transcreve: --

Como é do conhecimento de todos, os municípios têm direito, a cada ano, a uma participação de até 5% no IRS dos contribuintes com domicílio fiscal nos seus territórios, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior. É também factual que os municípios podem prescindir de uma percentagem dessa participação, ou mesmo da totalidade, “oferecendo-a” aos moradores, ao invés de amealharem essa totalidade. É com extrema insatisfação, e com total solidariedade com os moradores do concelho de Odivelas, que votamos contra este ponto, uma vez que entendemos que o aumento do custo de vida deve ser atenuado com medidas de redução dos encargos fiscais, assim como com a solidariedade fiscal das entidades municipais, que podendo abdicar, neste caso de parte ou totalidade das percentagens de

participação de IRS, deveriam ter a consciência de pensar primeiramente nos seus habitantes. É também lamentável que ao contrário de outros concelhos, como Lisboa, que reduziram a suas percentagens de participação em 50%, o executivo não tenha em mente os moradores, preferindo arrecadar para si, ao invés de permitir uma maior poupança aos moradores, já tão sobrecarregados de impostos. -----

O Senhor Vereador Fernando Painho apresentou uma **declaração de voto** que seguidamente se transcreve: -----

"A participação variável das Câmaras Municipais, na coleta do IRS, uma modalidade criada e desenvolvida no âmbito da nova Lei das Finanças Locais, com a qual discordamos profundamente, porque é profundamente prejudicial para as autarquias. Aliás é também importante sublinhar que esta discordância é partilhada pela ANMP e pela esmagadora maioria dos autarcas. Desde logo porque este imposto, sendo de taxa progressiva, apesar de algumas distorções, traduz alguma aproximação a princípios de solidariedade e justiça distributiva, pelo que nada justifica que se introduzam fatores aleatórios que prejudiquem ainda mais a já debilitada justiça fiscal relativa que lhe é inerente. Sendo para nós uma certeza que o desagravamento da carga fiscal, em particular sobre os rendimentos do trabalho, é uma necessidade reconhecida a que o Governo e a Assembleia da República têm que dar resposta, seja pela revisão dos escalões de tributação, seja pelo alargamento das deduções à coleta, o que não faz qualquer sentido é que, quanto a este imposto em concreto, o desagravamento se possa fazer desigualmente, de concelho para concelho, ao sabor das necessidades financeiras, da vontade política ou de meras opções demagógicas. Em nossa opinião também não faz sentido que este desagravamento seja concretizado à custa dos municípios, pela redução da participação nos recursos públicos a que constitucionalmente têm direito. Por outro lado, o benefício fiscal que adviria dos municípios abdicarem, no todo ou em parte, dessa participação, para além de ser praticamente nulo para a grande maioria dos contribuintes e irrisório para muitos outros, seria socialmente injusto por reduzir a carga fiscal tanto mais quanto maiores fossem os rendimentos. O que significa, de facto, não é uma diminuição da carga fiscal, mas sim a sua redistribuição em desfavor dos que menos têm, e dos trabalhadores em geral, diminuindo os impostos sobre a riqueza e os rendimentos elevados e eliminando a sua função redistributiva. Por estas razões e em coerência, o nosso voto favorável à proposta apresentada, que mantém a situação já existente." -----

O Senhor Vereador Marco Pina apresentou uma **declaração de voto** que seguidamente se transcreve: ---

"A proposta de Orçamento Municipal para 2023 e Grandes Opções do Plano 2023-2027 prevê uma dotação total de 140.764.788 € e um aumento no orçamento face a 2022 de 7% Em termos de receita, realça-se o peso dos impostos diretos, que totalizam 44.689.630 € milhões de euros e que contribuem em cerca de

Câmara Municipal de Odivelas
Paços do Concelho – Quinta da Memória
Rua Guilherme Gomes Fernandes
2675-372 Odivelas

32% para a receita total, revelando um acréscimo de 3 515 975,00 € e uma variação de 9 % face a 2022. Pese embora a sua natureza previsional - o que na prática quer dizer que inúmeras ações e investimentos previstos, não chegam a concretizar-se ou são adiadas – Orçamento e Grandes Opções do Plano são por excelência os documentos que materializam as linhas estratégicas de investimento e de atividade municipal para o Concelho de Odivelas para 2023 e a médio prazo. Tratando-se de documentos inseridos numa conjuntura frágil é absolutamente incompreensível ignorarem os efeitos da inflação nas famílias, não refletindo qualquer estratégia municipal de combate efetivo ao empobrecimento. Que conjuntura vivemos?

A Comissão Europeia aponta para uma taxa de inflação em Portugal situada nos 8% em 2022, sendo de prever que o contexto de incerteza, a crise dos preços da energia e a perda de poder de compra determinem uma recessão em 2023. Nos bens alimentares a escalada da inflação é particularmente gravosa, tendo-se situado nos 18,6% em outubro passado. Esta realidade afeta sobretudo as famílias de mais baixos rendimentos, cuja perda de poder de compra compromete a capacidade de adquirir bens alimentares, e obriga a escolhas de consumo de bens essenciais: comprar comida ou medicamentos, é um dos dilemas que muitas vezes se coloca. Prova deste cenário são as recentes imagens de bens alimentares com alarmes nos supermercados. A esta realidade dramática acrescem os incompreensíveis e desumanos cortes feitos nos beneficiários dos apoios alimentares por parte do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, fazendo disparar no Concelho o número de pessoas em lista de espera para auxílio alimentar. -----

Esta é a conjuntura e como se caracteriza do ponto de vista do rendimento dos residentes em Odivelas? Odivelas é um dos concelhos mais pobres da AML. Em 2019, o nível remuneratório médio no concelho situava-se nos 987 €, ficando 219 € aquém da média nacional situada nos € 1 206,00 €. O poder de compra per capita era o mais baixo da AML, menos de metade do poder de compra dos moradores de Lisboa, muito abaixo do poder de compra de Oeiras e mesmo abaixo do poder de compra dos moradores em Loures, na Amadora ou no Barreiro. Metade das crianças do Concelho beneficiam de ação social escolar. A evidência estatística aponta que se agravou a condição e o risco de pobreza, o que indicia que a condição económica da população residente no Concelho se agravou e de que se encontra entre as mais expostas aos efeitos da inflação e ao risco de pobreza crescente. O PSD na Câmara Municipal de Odivelas, conhecedor dos problemas que afetam a população e a rede social em Odivelas, em múltiplas ocasiões questionou o executivo municipal sobre o agravar das condições de apoio alimentar, o número crescente de pessoas em lista de espera, a escassez de equipamentos para a infância e para a 3ª idade, a ausência de políticas de habitação, a crescente falta de cobertura dos cuidados de saúde primários e as graves limitações dos cuidados médicos prestados no hospital de referência do Concelho. Mitigar o impacto da inflação nas famílias, proteger as pessoas mais vulneráveis e prevenir o agravamento das desigualdades, com tudo o que isso implica do ponto de vista da coesão social e territorial, leva-nos a apresentar um conjunto de medidas que se impunham na proposta de orçamento para 2023: ➤ **Proteção Social - Reformulação do**

Câmara Municipal de Odivelas
Paços do Concelho – Quinta da Memória
Rua Guilherme Gomes Fernandes
2675-372 Odivelas

NIPC 504 293 125

Tel.: 219 320 000 | E-mail: geral@cm-odivelas.pt
www.cm-odivelas.pt

Fundo de Auxílio Social de Emergência, com o reforço na dotação de € 500.000,00, o aumento da abrangência da natureza dos apoios previstos e o aumento do universo dos destinatários que podem aceder; - No âmbito do PAMO alteração urgente do Regulamento, em vigor desde 2015, prevendo respostas e montantes adequados às necessidades e dificuldades da rede social, cultural e desportiva do concelho, uma maior robustez e abrangência nos apoios a conceder no âmbito da atividade regular, da aquisição de bens, serviços, equipamentos e viaturas e da beneficiação de instalações. - Comparticipação em vale, no valor de 50€, da mensalidade em creches e em jardim de infância para todas as famílias cujas crianças não tiveram direito à colocação gratuita, fruto da idade (nascidos antes de Setembro de 2019), ou pela carência de vagas no ensino solidário (creches) e no ensino público (pré escolar); -----

➤ **Saúde** - Criação do programa “Médico de Proximidade”, através de acordo com a ARSLVT e a rede social do Concelho, para a contratação de médicos de medicina familiar e geral, em regime de prestação de serviços, que garantam o atendimento da população do concelho sem médico de família; -----

➤ **Habitação** - Criação de um programa de apoio económico para pagamento de rendas, traduzido num subsídio municipal a atribuir em função do valor da renda e dos rendimentos, não ultrapassando 50% do valor total da renda a pagar; - Não aumento do valor das rendas da habitação municipal em 2023. -----

➤ **Transportes** -Criação do Voltas Pontinha-Famões, essencial para a coesão territorial destas localidades, com uma oferta limitada de transportes públicos na ligação entre os diversos bairros e as escolas, o Hospital Beatriz Ângelo e os centros de saúde; -----

➤ **Medidas Fiscais** -Redução da Taxa do Imposto Municipal de Imóveis de 0,36% para 0,34% para os prédios urbanos; - Descida de 20% da participação variável do IRS para 4%; - Redução da derrama para 1%. O que falta fazer? Reconhecendo a importância para o Concelho dos investimentos previstos para o próximo ano, nomeadamente a construção da Escola Básica/ Jardim de Infância da Amoreira, a beneficiação do Mosteiro de S. Dinis e a criação do Centro Interpretativo, a criação do Programa Municipal de Cuidadores Informais, a construção de novas unidades de saúde, a execução do Programa 1ºDireito, a requalificação do Pavilhão Desportivo Honório Francisco, as intervenções no Bº Olival do Pancas no âmbito do Plano de Ação Comunidades Desfavorecidas, a concretização de vias como a T14, a extensão do metropolitano a Loures não podemos deixar de novamente frisar que o desafio será mesmo a sua execução. Ano após ano intervenções fundamentais têm vindo a arrastar-se, aparecendo inscritas em Orçamento, não se concretizando e impedindo desse modo que novos investimentos e atividades se concretizem. Acresce agora à responsabilidade de executar o calendário de investimento imposto pelo Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), até 2026. Falhar a sua execução é precisamente comprometer e adiar o futuro de Odivelas. Disso são exemplo projetos como a conclusão da T14, inexplicavelmente por concretizar há mais de 20 anos. Aponta-se agora para 2024. Novidades sobre a ligação do Casal do Monte à R. Heróis do Chaimite, ou a Variante Norte de Camelas, aguardamos todos.

Relativamente às políticas de habitação ganham neste orçamento expressão com a concretização do programa 1º Direito e a reabilitação de património municipal. Só podemos desejar que se concretizem os investimentos inscritos que no domínio da criação de respostas efetivas às necessidades são de impacto reduzido face ao cenário habitacional de absoluta ausência de respostas no domínio público que se assiste no Concelho de Odivelas e incapazes de reverter anos de completa ausência de investimento. As respostas a criar são para uma pequena parcela das situações de indignidade e carência mais grave existentes no Concelho. Ficam de fora todos os que podendo pagar uma renda ou comprar uma casa não o podem fazer aos custos de mercado. Outro exemplo carente de investimento municipal é a reabilitação Pavilhão Honório Francisco, em Odivelas. Depois de anos sucessivamente anunciada, por protocolo com a Federação Portuguesa de Ginástica, nem a Capital Europeia do Desporto conferiu a este equipamento a dignidade que o Concelho e os munícipes merecem. Permanece num estado de completa degradação, albergue informal noturno em plena sede de concelho. Novos equipamentos desportivos dependem de investimento privado - se ocorrerem - e quando ocorrerem, desfrutam deles os que tiverem dinheiro para os frequentar. Precisamente num dos Concelhos mais pobres da AML. -----

Relativamente à reabilitação dos mercados municipais, nomeadamente o de Odivelas, nada se prevê, assumindo a morte lenta desta forma de comércio tradicional e a ausência de uma estratégia que criasse vida e centralidade na cidade. Sobre a Quinta das Águas Férreas, equipamento municipal em processo de degradação, desaproveitado nas suas potencialidades, nada de novo. Em síntese: Odivelas, 24 anos de existência como concelho, pouco mais de 26 KM2 Odivelas, cerca de 150 000 habitantes e ainda demasiadas parcelas de território onde as disparidades são demasiado gritantes, porque centenas de famílias vivem em barracas com esgoto a céu aberto, com estacionamento caótico, com zonas verdes descuidadas, linhas de água por limpar e espaço público indigno para um concelho que gostaria de ser conhecido pela qualidade de vida. Em suma, um território com uma história de séculos, mas onde o futuro é duro, incerto e onde a qualidade apenas figura nas palavras utópicas do Sr. Presidente da Câmara. Pelo exposto, porque não vemos neste Orçamento Municipal e nas Grandes Opções do Plano contempladas medidas que respondam às dificuldades fruto de uma inflação ímpar em décadas, mas sim um orçamento em linha de continuidade com as opções políticas da maioria PS, que em 24 anos de existência do concelho não foram capazes de alterar a matriz de pobreza e de falta de exigência que caracteriza Odivelas, votamos contra estes documentos." -----

O Senhor Presidente apresentou uma **declaração de voto** que seguidamente se transcreve: -----

"Começamos, em primeiro lugar, por agradecer aos serviços municipais e em particular ao DAJG/DFA, pelo importante trabalho de elaboração do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, que constituem

Câmara Municipal de Odivelas
Paços do Concelho – Quinta da Memória
Rua Guilherme Gomes Fernandes
2675-372 Odivelas

instrumentos determinantes para a atividade e o desempenho municipal no próximo ano civil de 2023, que se avizinha. -----

São vários os fatores que estiveram na base destes Documentos Provisionais. A saber: -----

1. Um difícil cenário macroeconómico, fruto da invasão da Ucrânia, marcado pelo abrandamento das economias mundiais, que se encontravam em recuperação depois de uma longa pandemia (com uma acentuada crise na produção), pela crise energética que impactou consideravelmente os preços das matérias-primas e pela subida da inflação que tem colocado uma pressão enorme nos orçamentos familiares; -----
2. A continuidade do trabalho realizado, dando seguimento aos diversos e importantes projetos municipais que se encontram em curso, nas mais variadas áreas - originando que cerca de 38,2 Milhões de Euros estejam já comprometidos para 2023, que transitam como dívida do atual ano económico; -----
3. O encerramento do atual quadro comunitário de apoio do PT2020, a preparação e o acompanhamento das candidaturas ao PRR (sendo que alguns projetos já se encontram em curso) e a definição do próximo pacote de fundos europeus do PT2023 (que se encontra ainda em fase de preparação e discussão); -----
4. **O aumento significativo das Despesas com o Pessoal, num montante superior em 4,27 Milhões de Euros (+13%)** ao previsto no Orçamento de 2022, justificado sobretudo pela inclusão das atualizações remuneratórias previstas na proposta de Orçamento de Estado para 2023; -----
5. O compromisso de manter umas contas municipais sólidas e uma tesouraria saudável, com prazos médios de pagamento reduzidos (possibilitando injetar liquidez na economia local, de modo que as empresas possam fazer face, com celeridade, às suas responsabilidades e compromissos); não deixando de mencionar que a atual proposta de Orçamento para 2023 expressa também a continuidade da redução da dívida bancária, libertando, nesse sentido, verbas importantes para alocar à atividade do município; -----
6. E a necessidade imperiosa de continuar a aliar as contas certas à satisfação das necessidades da população, conciliando o investimento nas pessoas com o desenvolvimento do território e a promoção da coesão territorial. -----

A apresentação destes referidos documentos decorre, assim, numa conjuntura singular, exigindo-nos, por isso, prudência rigor e ambição, dando continuidade ao projeto político e às opções do Executivo Municipal, que foram sufragadas pelos odivelenses, sem nunca descurar a ambição na prossecução do nosso objetivo central: a melhoria da qualidade de vida da população e a construção de um território mais coeso, mais moderno e qualificado. -----

Destaque para a redução da taxa de IMI que, para 2023, será de 0,35%, constituindo uma das principais medidas contempladas neste orçamento municipal. Tal decisão, que surge na sequência do desagravamento fiscal que tem marcado os últimos anos neste concelho, junta-se a outras iniciativas como o IMI Familiar, que possibilita uma dedução adicional de 40€ para agregados familiares com dois filhos e de

Câmara Municipal de Odivelas

Paços do Concelho – Quinta da Memória
Rua Guilherme Gomes Fernandes
2675-372 Odivelas

NIPC 504 293 125

Tel.: 219 320 000 | E-mail: geral@cm-odivelas.pt
www.cm-odivelas.pt

70€ para famílias com três ou mais dependentes, ou a oferta das fichas e dos kits escolares, que terão um impacto significativo nos orçamentos das famílias no próximo ano. -----

Iremos manter, igualmente, investimentos muito relevantes ao nível da construção de novos equipamentos e infraestruturas coletivas, da requalificação urbana ou da melhoria do espaço público. Refiro-me a intervenções e projetos como: -----

- a conclusão da nova Unidade de Saúde de Famões e a prossecução dos projetos para a construção de 3 novas unidades de saúde no concelho; -----
- a conclusão do Pavilhão Desportivo da EB D. Dinis, nos Pombais; -----
- a conclusão da reabilitação da Biblioteca Municipal D. Dinis; -----
- a construção da nova EB da Amoreira, na Ramada; -----
- a construção da via T14; -----
- a beneficiação das Escolas Secundárias de Odivelas e da Ramada; -----
- a remodelação da Frente Urbana do Rio da Costa; -----
- as diversas intervenções a realizar no Mosteiro de Odivelas; -----
- a construção da Divisão Policial de Odivelas; -----
- a recuperação de fogos municipais; -----
- o projeto de execução do Parque da Cidade; -----
- o projeto de requalificação do Pavilhão Honório Francisco, na Codivel. -----

Paralelamente, não desperdiçaremos as oportunidades geradas pelas candidaturas aos fundos europeus, originárias quer dos Quadros Comunitários de Apoio, quer das referentes ao Programa de Recuperação e Resiliência. A este nível, destaca-se o Plano de Ação “Comunidades Desfavorecidas”, que contempla a construção/ampliação da Unidade de Saúde e do Polo Cívico da Urmeira ou a intervenção a realizar no Bairro Olival do Pancas, o Programa 1.º Direito, no âmbito da Estratégia Local de Habitação, ou a extensão do Metropolitano ao concelho de Loures, que se encontra em fase de avaliação do estudo de impacto ambiental. -----

Ao nível Social, num ano que se espera de grandes dificuldades e de uma acentuada redução dos rendimentos disponíveis pelas famílias, reforçaremos o nosso compromisso de proteger a população mais vulnerável, apostando na manutenção do “Fundo de Auxílio Social de Emergência”, no “Programa Operacional de Apoio às Pessoas mais carenciadas”, entre outros instrumentos de apoio à mitigação das dificuldades emergentes (o programa de “Realojamento de População Carenciada” ou o início do Programa Municipal de Cuidadores Informais). -----

Convictos da importância do trabalho de complementaridade em rede, realizado com os nossos parceiros locais, esta proposta orçamental contempla também: -----

- uma dotação (reforçada) que perfaz **750 mil Euros no âmbito do PAMO** (Programa de Apoio Municipal de Odivelas), de forma a apoiar o movimento associativo concelhio; -----
- uma dotação de cerca de **1,5 Milhões de Euros** de comparticipação à redução tarifária do transporte público metropolitano, **no âmbito do Passe Navegante**; -----
- uma **transferência superior a 1 Milhão de Euros** para garantir o cumprimento da meritória missão das nossas **Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários**; -----
- e o **reforço em 11%, face a 2022, das verbas a transferir para as Juntas de Freguesia**, que totaliza um valor aproximado de **6,3 Milhões de Euros**. -----

Este Orçamento assume-se, pois, como um instrumento de importância crucial na recuperação económica e social do nosso Concelho. Um orçamento de compromisso e responsabilidade, com forte investimento municipal nas diversas áreas da atividade autárquica. -----

É o **mais elevado Orçamento de Despesa e de Receita de sempre**, resultado da inscrição de um **conjunto de competências entretanto delegadas pela administração central** no município, bem como de **novas infraestruturas e equipamentos** colocados à disposição dos munícipes. -----

Este documento **leva também em linha de conta o valor da inflação** e das **atualizações salariais previstas na proposta de Orçamento Estado 2023 (OE2023)** que representam um **aumento de sensivelmente 4,27 Milhões de Euros (+ 13%)** relativamente o previsto no Orçamento de 2022. -----

RECEITA -----

Do total do Orçamento de Receita, **100,9 Milhões de Euros são Receitas Correntes (72%), 26,3 Milhões de Euros (19%) são Receitas de Capital e 13,4 Milhões de Euros (10%) Outras Receitas**. -----

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none">- Previsão de receita total de cerca de 140,7 Milhões de Euros (+ 9 Milhões de Euros; + 7%);- Do total previsto em Orçamento de Receita e de acordo com a sua natureza, verifica-se que 100.984.308,86€ (72%) – (+14.509.060,02€; +17%) são Receitas Correntes, 26.349.689,50€ (19%) – (-231.416,00€; - 1%) representam Receitas de Capital, verificando-se ainda um montante de 13.430.790,04€ (10%) – (+ 5.266.635,62€; -28%) em Receita não Efetiva. |
|--|

Evidência para um ligeiro acréscimo do valor previsto arrecadar com Impostos Diretos, capítulo que representa 32% (44,7 Milhões de Euros) do total da receita municipal prevista, que regista uma variação positiva de 9% (+3,5 Milhões de Euros) face a 2022. -----

O **valor do Orçamento e GOP's situa-se nos 140.764.788,00 Euros** (cento e quarenta milhões setecentos e sessenta e quatro mil setecentos e oitenta e oito euros), o que representa um **acréscimo residual de 6,8% (9 Milhões de Euros) relativamente aos Documentos Previsionais Iniciais para 2022**. -----

De realçar que, em 2021, apesar de ter o 14.º maior orçamento do país, o Município de Odivelas encontrava-se apenas no 28.º lugar, ao nível do peso dos impostos no total da receita cobrada. Em 2020, a posição ocupada era a 23.ª, o que atesta que as receitas da autarquia dependem cada vez menos dos impostos cobrados. -----

Esta é uma conclusão reforçada pelo facto de, em 2021, Odivelas ocupar a 18.ª posição no valor de impostos totais cobrados quando, em 2020, se encontrava em 16.º lugar. -----

Comparativamente com outros concelhos da zona norte da AML, regista-se que Odivelas é dos municípios com menos impostos por habitante, conforme quadro abaixo: -----

Concelho	Impostos por Habitante
Lisboa	887,48 €
Cascais	776,57 €
Oeiras	638,66 €
Mafra	460,93 €
Loures	318,71 €
VF Xira	307,68 €
Odivelas	291,77 €
Sintra	281,21 €
Amadora	213,16 €

Para 2023: -----

- **IMI:** com a redução de 0,01% para 0,35% prevê-se uma receita de 20,8 Milhões de Euros. Este valor é, ainda assim, superior, ao previsto em 2022 em 89 mil Euros; -----
- **IMT:** continua uma das principais fontes de receita municipal, prevendo-se arrecadar 18,3 Milhões de Euros (+22%); -----
- **Derrama:** mantém-se a taxa de 1,5% sobre o lucro tributável, a isenção para pessoas coletivas que se instalem no concelho e criem postos de trabalho ou provem não ter reduzido o n.º de postos de trabalho, relativamente ao ano anterior. A Receita prevista é de 1,8 Milhões de Euros (=). De notar que, em 2020, Odivelas era o 31.º concelho com maior receita de Derrama. Em 2021, situou-se na 29.ª posição, o que denota uma trajetória ascendente ao nível do dinamismo económico do concelho. -----

No que se refere ao capítulo das **Transferências**, realce para as provenientes do **Orçamento Geral do Estado** (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal, n.º 3, art.º 35.º Lei n.º 73/2014 e o IRS),

Câmara Municipal de Odivelas

Paços do Concelho – Quinta da Memória
Rua Guilherme Gomes Fernandes
2675-372 Odivelas

NIPC 504 293 125

Tel.: 219 320 000 | E-mail: geral@cm-odivelas.pt
www.cm-odivelas.pt

que totalizam 22,8 Milhões de Euros. Tal representa **um acréscimo de 8,2%**, em relação ao considerado no OE 2022, que se traduz num **aumento do valor a transferir para o Município de Odivelas de 1,74 Milhões de Euros**. -----

Ainda dentro deste capítulo, relevo para a rubrica **Transferências de Competências** – Lei 50/2018, na área da **Educação** que totaliza o montante de **11,4 Milhões de Euros**, sendo que esta previsão de receita se encontra consignada a despesas na mesma área de intervenção. -----

DESPESA-----

Do total do **Orçamento de Despesa, 97,8 Milhões de Euros são Despesas Correntes (69%) e 41,9 Milhões de Euros são Despesas de Capital (30%)**. -----

- Previsão de despesa total de cerca de 140,7 Milhões de Euros (+ 9 Milhões; + 7%);
- Do total do **Orçamento de Despesa, 97.821.892,56 € (69%) - (+ 11.063.612,03 €; + 13%) são Despesas Correntes, 41.869.693,09 € (30%) - (+2.047.895,38 €; - 5%) traduzem Despesas de Capital e 1.073.202,35 € (1%) - (+ 4.708,65 €; 0%) são Despesa não Efetiva.**

Nos agrupamentos de despesa corrente, destaca-se as **Despesas com o Pessoal, com um valor total de 38,1 Milhões de Euros, representando 27% do total das dotações orçamentais para 2023**. Trata-se de um montante **superior em 4,27 Milhões de Euros (+13%)** ao previsto no Orçamento de 2022, justificado sobretudo pela **inclusão das atualizações remuneratórias previstas na proposta OE 2023**. -----

A proposta relativa às despesas com o pessoal teve em consideração o seguinte: -----

- Manutenção do número de trabalhadores do mapa, 1.542 trabalhadores (inclui Eleitos e Contratos a Termo), acrescidos dos referidos 67 novos recrutamentos, dos quais 33 são novos postos a criar no Mapa de Pessoal; -----
- Atualização da RMMG para 761,58 € (683 trabalhadores abrangidos); -----
- Alteração do subsídio de refeição de 4,77 € para 5,20 €; -----
- Aumento salarial de 52,00 € para todos os trabalhadores, com exceção dos que auferem rendimentos superiores a 2.570,82 €/mês, cuja atualização é de 2%; -----
- Aumento remuneratório de 104,00 € para a carreira de Técnico Superior, acrescido da atualização salarial anual; -----
- As alterações de posicionamento por alteração obrigatória e por opção gestonária; -----
- Previsão de 18 novas mobilidades intercarreiras.” -----

De notar que, desde 2018, os **custos com o pessoal aumentaram 8 Milhões de Euros**. Tal denota um caminho de valorização das carreiras dos nossos trabalhadores que, todos os dias, dão o melhor de si para que possamos prestar um melhor serviço público a toda a comunidade. -----

Câmara Municipal de Odivelas

Paços do Concelho – Quinta da Memória
Rua Guilherme Gomes Fernandes
2675-372 Odivelas

NIPC 504 293 125

Tel.: 219 320 000 | E-mail: geral@cm-odivelas.pt
www.cm-odivelas.pt

Reforça-se que os principais desígnios da CMO assentam na defesa dos direitos e da dignidade de todas e de todos os seus trabalhadores e na garantia de que tenham mais e melhores condições de trabalho. -----

Destaque também para os Passivos Financeiros (o Serviço da Dívida), isto é, juros e amortizações relativos a **empréstimos de Médio e Longo Prazo contratados, que totalizam 1,3 Milhões de Euros, representando um decréscimo de 1,8%**, em relação às dotações iniciais de 2022. -----

Os agrupamentos da despesa relativos a **Transferências, Correntes e de Capital totalizam 15,1 Milhões de Euros**, sendo que **11,4 Milhões de Euros são de natureza corrente e 3,7 Milhões de Euros são de natureza de capital**. -----

Por último, registe-se o valor inscrito para Aquisição de Bens de Capital (Investimento), que atinge os **38,2 Milhões de Euros**, representando um **crescimento, face a 2022, de 3,6%**. -----

GRANDES OPÇÕES DO PLANO (GOP'S) -----

As **Grandes Opções do Plano para 2023 totalizam 104.005.438,00 €**, representando um **acréscimo de 4,7%**, quando comparado com as GOP's 2022. -----

Realça-se o valor inscrito de cerca de **65,4 Milhões de Euros referente a Projetos Novos**, aos quais se juntam de **38,2 Milhões de Euros (+4%) de Dívida a Transitar** (Plano Plurianual de Investimentos). -----

Em termos funcionais, verifica-se que estão afetos às **Funções Gerais o montante de 25 Milhões de Euros (24%)**, às **Funções Sociais o montante de 58,1 Milhões de Euros (56%)**, permanecendo, deste modo, como o eixo estratégico mais relevante, às **Funções Económicas 12,3 Milhões de Euros (12%)**, e às **Outras Funções 8,4 Milhões de Euros (8,1%)**. -----

Dentro das **Funções Sociais** destaque para: -----

- Educação 27,3 Milhões de Euros (+3.45%) -----
- Saúde 1,1 Milhões de Euros (-25.41%) -----
- Habitação 4,2 Milhões de Euros (+138,12%) -----
- Ação Social 1,1 Milhões de Euros (-25,41%) -----
- Cultura 4,1 Milhões de Euros (-9%) -----
- Desporto 3,3 Milhões de Euros (+ 78,84%) -----
- Proteção Meio Ambiente e Conservação da Natureza – 6,7 Milhões de Euros (+4.95€) -----

E se no início foram referidas algumas obras municipais, destaca-se agora alguns projetos e iniciativas que terão continuidade ou arranque no próximo ano: -----

- o Estudo do Túmulo de D. Dinis e da espada régia; -----
- o Projeto Sei Ser Família; -----
- o lançamento da Agência de Investimento e Desenvolvimento Económico; -----
- o regresso do Festival da Marmelada; -----
- a Mostra de Ofertas Profissionais e Educativas; -----

Câmara Municipal de Odivelas

Paços do Concelho – Quinta da Memória
Rua Guilherme Gomes Fernandes
2675-372 Odivelas

NIPC 504 293 125

Tel.: 219 320 000 | E-mail: geral@cm-odivelas.pt
www.cm-odivelas.pt

- a promoção do Envelhecimento Ativo, com o Clube do Movimento, Passeios Sénior, Oficina +55 ou a Banda Maior; -----
- a organização da 2.ª Edição do Festival Odivelas a Mexer, dedicado ao Desporto e a Juventude;
- o início das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril; -----
- a implementação do Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas; -----
- o Centro de Terapia e Reabilitação de Odivelas; -----
- o início de um grande processo de modernização administrativa; -----
- a continuidade das carreiras urbanas Voltas; -----
a promoção para a Integração dos Sem-abrigo; -----
- ou o concurso para postos de carregamento elétrico em todo o concelho. -----

Consciente que 2023 será previsivelmente um ano difícil, este Executivo Municipal liderado pelo Partido Socialista reforça a sua determinação para enfrentar com firmeza todos os obstáculos e continuar a construir um concelho cada vez mais atrativo, mais moderno e próspero. -----

Estando como até aqui, firmemente empenhados em concretizar o compromisso assumido com os munícipes do nosso concelho. O nosso propósito e a nossa determinação será sempre prosseguir esta importante missão autárquica na defesa do interesse público e na melhoria das condições de vida dos odivelenses. -----

Face ao exposto, o Presidente da Câmara e os Vereadores do Partido Socialista votaram favoravelmente as propostas de Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2023, assim como os restantes pontos em deliberação nesta Reunião. -----

PONTO QUATRO - PROPOSTA DE LANÇAMENTO DA DERRAMA REFERENTE AO ANO DE 2022, A APLICAR EM 2023. (DJAG/DLDE) -----

Presente para deliberação, o proposto na Informação n.º Interno/2022/9192, de 11-11-2022, com o despacho do Senhor Presidente, que seguidamente se transcreve: -----

Informação -----

“Considerando que: -----

1. A derrama é um imposto municipal que incide sobre o lucro tributável das pessoas coletivas, constituindo assim uma fonte de receita para os municípios, de acordo com a alínea c) do art.º 14.º

Câmara Municipal de Odivelas
Paços do Concelho – Quinta da Memória
Rua Guilherme Gomes Fernandes
2675-372 Odivelas

NIPC 504 293 125

Tel.: 219 320 000 | E-mail: geral@cm-odivelas.pt
www.cm-odivelas.pt

- da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, e obedece aos critérios elencados no art.º 18.º do mesmo diploma; -----
2. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, os municípios podem definir anualmente o valor da derrama a cobrar até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), que proporcionalmente corresponda ao rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território. -----
3. A comunicação da presente deliberação à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) terá de ser efetuada até ao próximo dia 31 de dezembro do respetivo período de tributação, sob pena da liquidação e cobrança da derrama serem efetuadas com base na taxa e benefícios fiscais que estiverem em vigor naquela data, conforme n.ºs 17 e 18 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro. -----

Nestes termos propõe-se submeter a deliberação da Câmara Municipal, para posteriormente submeter à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º e da alínea d), do n.º 1, do artigo 25.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ao abrigo da alínea c) do artigo 14.º; do n.º 2 do artigo 16.º e do artigo 18.º, todos da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, o seguinte: -----

1.º O lançamento, em 2022, de uma Derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas; -----

2.º A isenção da Derrama em 2022, para as pessoas coletivas que, cumulativamente, instalem a sua sede social no Concelho de Odivelas e criem novos postos de trabalho ou provem não terem reduzido o número de postos de trabalho relativamente ao ano anterior, nos termos definidos no “Regulamento das condições de reconhecimento da isenção de derrama”, publicado no Boletim Municipal das Deliberações e Decisões, Ano XV – Nº 8 de 22 de abril.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE -----

“Ao SAOM, para incluir na Ordem de Trabalhos da próxima Reunião de Câmara e posterior envio à AMO para deliberação.” -----

Colocada à votação, foi aprovada, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, dos Senhores Vereadores da bancada do PS e da bancada da CDU e com os votos contra dos Senhores

Vereadores da bancada do PPD/PSD e do Senhor Vereador da bancada do Chega, a Proposta de Lançamento da Derrama Referente ao Ano de 2022, a aplicar em 2023, conforme informação acima referida. -----

O Senhor Vereador Marco Pina apresentou uma **declaração de voto** que seguidamente se transcreve: ---

"A proposta de Orçamento Municipal para 2023 e Grandes Opções do Plano 2023-2027 prevê uma dotação total de 140.764.788 € e um aumento no orçamento face a 2022 de 7%. Em termos de receita, realça-se o peso dos impostos diretos, que totalizam 44.689.630 € milhões de euros e que contribuem em cerca de 32% para a receita total, revelando um acréscimo de 3 515 975,00 € e uma variação de 9 % face a 2022. Pese embora a sua natureza previsional - o que na prática quer dizer que inúmeras ações e investimentos previstos, não chegam a concretizar-se ou são adiadas – Orçamento e Grandes Opções do Plano são por excelência os documentos que materializam as linhas estratégicas de investimento e de atividade municipal para o Concelho de Odivelas para 2023 e a médio prazo. Tratando-se de documentos inseridos numa conjuntura frágil é absolutamente incompreensível ignorarem os efeitos da inflação nas famílias, não refletindo qualquer estratégia municipal de combate efetivo ao empobrecimento. Que conjuntura vivemos?

A Comissão Europeia aponta para uma taxa de inflação em Portugal situada nos 8% em 2022, sendo de prever que o contexto de incerteza, a crise dos preços da energia e a perda de poder de compra determinem uma recessão em 2023. Nos bens alimentares a escalada da inflação é particularmente gravosa, tendo-se situado nos 18,6% em outubro passado. Esta realidade afeta sobretudo as famílias de mais baixos rendimentos, cuja perda de poder de compra compromete a capacidade de adquirir bens alimentares, e obriga a escolhas de consumo de bens essenciais: comprar comida ou medicamentos, é um dos dilemas que muitas vezes se coloca. Prova deste cenário são as recentes imagens de bens alimentares com alarmes nos supermercados. A esta realidade dramática acrescem os incompreensíveis e desumanos cortes feitos nos beneficiários dos apoios alimentares por parte do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, fazendo disparar no Concelho o número de pessoas em lista de espera para auxílio alimentar. -----

Esta é a conjuntura e como se caracteriza do ponto de vista do rendimento dos residentes em Odivelas? Odivelas é um dos concelhos mais pobres da AML. Em 2019, o nível remuneratório médio no concelho situava-se nos 987 €, ficando 219 € aquém da média nacional situada nos € 1 206,00 €. O poder de compra per capita era o mais baixo da AML, menos de metade do poder de compra dos moradores de Lisboa, muito abaixo do poder de compra de Oeiras e mesmo abaixo do poder de compra dos moradores em Loures, na Amadora ou no Barreiro. Metade das crianças do Concelho beneficiam de ação social escolar. A evidência estatística aponta que se agravou a condição e o risco de pobreza, o que indicia que a condição económica

Câmara Municipal de Odivelas
Paços do Concelho – Quinta da Memória
Rua Guilherme Gomes Fernandes
2675-372 Odivelas

da população residente no Concelho se agravou e de que se encontra entre as mais expostas aos efeitos da inflação e ao risco de pobreza crescente. O PSD na Câmara Municipal de Odivelas, conhecedor dos problemas que afetam a população e a rede social em Odivelas, em múltiplas ocasiões questionou o executivo municipal sobre o agravar das condições de apoio alimentar, o número crescente de pessoas em lista de espera, a escassez de equipamentos para a infância e para a 3ª idade, a ausência de políticas de habitação, a crescente falta de cobertura dos cuidados de saúde primários e as graves limitações dos cuidados médicos prestados no hospital de referência do Concelho. Mitigar o impacto da inflação nas famílias, proteger as pessoas mais vulneráveis e prevenir o agravamento das desigualdades, com tudo o que isso implica do ponto de vista da coesão social e territorial, leva-nos a apresentar um conjunto de medidas que se impunham na proposta de orçamento para 2023:

- **Proteção Social** - Reformulação do Fundo de Auxílio Social de Emergência, com o reforço na dotação de € 500.000,00, o aumento da abrangência da natureza dos apoios previstos e o aumento do universo dos destinatários que podem aceder;
- No âmbito do PAMO alteração urgente do Regulamento, em vigor desde 2015, prevendo respostas e montantes adequados às necessidades e dificuldades da rede social, cultural e desportiva do concelho, uma maior robustez e abrangência nos apoios a conceder no âmbito da atividade regular, da aquisição de bens, serviços, equipamentos e viaturas e da beneficiação de instalações.
- Comparticipação em vale, no valor de 50€, da mensalidade em creches e em jardim de infância para todas as famílias cujas crianças não tiveram direito à colocação gratuita, fruto da idade (nascidos antes de Setembro de 2019), ou pela carência de vagas no ensino solidário (creches) e no ensino público (pré escolar); -----
- **Saúde** - Criação do programa “Médico de Proximidade”, através de acordo com a ARSLVT e a rede social do Concelho, para a contratação de médicos de medicina familiar e geral, em regime de prestação de serviços, que garantam o atendimento da população do concelho sem médico de família; -----
- **Habitação** - Criação de um programa de apoio económico para pagamento de rendas, traduzido num subsídio municipal a atribuir em função do valor da renda e dos rendimentos, não ultrapassando 50% do valor total da renda a pagar;
- Não aumento do valor das rendas da habitação municipal em 2023. -----
- **Transportes** - Criação do Voltas Pontinha-Famões, essencial para a coesão territorial destas localidades, com uma oferta limitada de transportes públicos na ligação entre os diversos bairros e as escolas, o Hospital Beatriz Ângelo e os centros de saúde; -----
- **Medidas Fiscais** - Redução da Taxa do Imposto Municipal de Imóveis de 0,36% para 0,34% para os prédios urbanos;
- Descida de 20% da participação variável do IRS para 4%;
- Redução da derrama para 1%.

O que falta fazer? Reconhecendo a importância para o Concelho dos investimentos previstos para o próximo ano, nomeadamente a construção da Escola Básica/ Jardim de Infância da Amoreira, a beneficiação do Mosteiro de S. Dinis e a criação do Centro Interpretativo, a criação do Programa Municipal de Cuidadores Informais, a construção de novas unidades de saúde, a execução do Programa Municipal de Direito, a

requalificação do Pavilhão Desportivo Honório Francisco, as intervenções no Bº Olival do Pancas no âmbito do Plano de Ação Comunidades Desfavorecidas, a concretização de vias como a T14, a extensão do metropolitano a Loures não podemos deixar de novamente frisar que o desafio será mesmo a sua execução. Ano após ano intervenções fundamentais têm vindo a arrastar-se, aparecendo inscritas em Orçamento, não se concretizando e impedindo desse modo que novos investimentos e atividades se concretizem. Acresce agora à responsabilidade de executar o calendário de investimento imposto pelo Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), até 2026. Falhar a sua execução é precisamente comprometer e adiar o futuro de Odivelas. Disso são exemplo projetos como a conclusão da T14, inexplicavelmente por concretizar há mais de 20 anos. Aponta-se agora para 2024. Novidades sobre a ligação do Casal do Monte à R. Heróis do Chaimite, ou a Variante Norte de Caneças, aguardamos todos. Relativamente às políticas de habitação ganham neste orçamento expressão com a concretização do programa 1ª Direito e a reabilitação de património municipal. Só podemos desejar que se concretizem os investimentos inscritos que no domínio da criação de respostas efetivas às necessidades são de impacto reduzido face ao cenário habitacional de absoluta ausência de respostas no domínio público que se assiste no Concelho de Odivelas e incapazes de reverter anos de completa ausência de investimento. As respostas a criar são para uma pequena parcela das situações de indignidade e carência mais grave existentes no Concelho. Ficam de fora todos os que podendo pagar uma renda ou comprar uma casa não o podem fazer aos custos de mercado. Outro exemplo carente de investimento municipal é a reabilitação Pavilhão Honório Francisco, em Odivelas. Depois de anos sucessivamente anunciada, por protocolo com a Federação Portuguesa de Ginástica, nem a Capital Europeia do Desporto conferiu a este equipamento a dignidade que o Concelho e os munícipes merecem. Permanece num estado de completa degradação, albergue informal noturno em plena sede de concelho. Novos equipamentos desportivos dependem de investimento privado - se ocorrerem - e quando ocorrerem, desfrutam deles os que tiverem dinheiro para os frequentar. Precisamente num dos Concelhos mais pobres da AML. -----

Relativamente à reabilitação dos mercados municipais, nomeadamente o de Odivelas, nada se prevê, assumindo a morte lenta desta forma de comércio tradicional e a ausência de uma estratégia que criasse vida e centralidade na cidade. Sobre a Quinta das Águas Férreas, equipamento municipal em processo de degradação, desaproveitado nas suas potencialidades, nada de novo. Em síntese: Odivelas, 24 anos de existência como concelho, pouco mais de 26 KM2 Odivelas, cerca de 150 000 habitantes e ainda demasiadas parcelas de território onde as disparidades são demasiado gritantes, porque centenas de famílias vivem em barracas com esgoto a céu aberto, com estacionamento caótico, com zonas verdes descuidadas, linhas de água por limpar e espaço público indigno para um concelho que gostaria de ser conhecido pela qualidade de vida. Em suma, um território com uma história de séculos, mas onde o futuro é duro, incerto e onde a qualidade apenas figura nas palavras utópicas do Sr. Presidente da Câmara. Pelo exposto, porque não vemos neste Orçamento Municipal e nas Grandes Opções do Plano contempladas

medidas que respondam às dificuldades fruto de uma inflação ímpar em décadas, mas sim um orçamento em linha de continuidade com as opções políticas da maioria PS, que em 24 anos de existência do concelho não foram capazes de alterar a matriz de pobreza e de falta de exigência que caracteriza Odivelas, votamos contra estes documentos." -----

O Senhor Vereador Nuno Beirão apresentou uma **declaração de voto** que seguidamente se transcreve. --

"O Chega vota contra este ponto, uma vez que no nosso entender o contexto económico atual, extremamente prejudicial ao crescimento das empresas, e consequente criação de postos de trabalho, deveria receber uma abordagem diferente no contexto fiscal. Acreditamos que é fundamental para responder ao panorama económico nacional, que as empresas, em certos casos, tenham uma redução ou até isenção no DERRAMA." -----

O Senhor Presidente apresentou uma **declaração de voto** que seguidamente se transcreve: -----

"Começamos, em primeiro lugar, por agradecer aos serviços municipais e em particular ao DAJG/DFA, pelo importante trabalho de elaboração do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, que constituem instrumentos determinantes para a atividade e o desempenho municipal no próximo ano civil de 2023, que se avizinha. -----

São vários os fatores que estiveram na base destes Documentos Provisionais. A saber: -----

1. Um difícil cenário macroeconómico, fruto da invasão da Ucrânia, marcado pelo abrandamento das economias mundiais, que se encontravam em recuperação depois de uma longa pandemia (com uma acentuada crise na produção), pela crise energética que impactou consideravelmente os preços das matérias-primas e pela subida da inflação que tem colocado uma pressão enorme nos orçamentos familiares; -----
2. A continuidade do trabalho realizado, dando seguimento aos diversos e importantes projetos municipais que se encontram em curso, nas mais variadas áreas - originando que cerca de 38,2 Milhões de Euros estejam já comprometidos para 2023, que transitam como dívida do atual ano económico; -----
3. O encerramento do atual quadro comunitário de apoio do PT2020, a preparação e o acompanhamento das candidaturas ao PRR (sendo que alguns projetos já se encontram em curso) e a definição do próximo pacote de fundos europeus do PT2023 (que se encontra ainda em fase de preparação e discussão); -----
4. **O aumento significativo das Despesas com o Pessoal, num montante superior em 4,27 Milhões de Euros (+13%)** ao previsto no Orçamento de 2022, justificado sobretudo pela inclusão das atualizações remuneratórias previstas na proposta de Orçamento de Estado para 2023; -----

Câmara Municipal de Odivelas

Paços do Concelho - Quinta da Memória
Rua Guilherme Gomes Fernandes
2675-372 Odivelas

NIPC 504 293 125

Tel.: 219 320 000 | E-mail: geral@cm-odivelas.pt
www.cm-odivelas.pt

5. O compromisso de manter umas contas municipais sólidas e uma tesouraria saudável, com prazos médios de pagamento reduzidos (possibilitando injetar liquidez na economia local, de modo que as empresas possam fazer face, com celeridade, às suas responsabilidades e compromissos); não deixando de mencionar que a atual proposta de Orçamento para 2023 expressa também a continuidade da redução da dívida bancária, libertando, nesse sentido, verbas importantes para alocar à atividade do município; -----

6. E a necessidade imperiosa de continuar a aliar as contas certas à satisfação das necessidades da população, conciliando o investimento nas pessoas com o desenvolvimento do território e a promoção da coesão territorial. -----

A apresentação destes referidos documentos decorre, assim, numa conjuntura singular, exigindo-nos, por isso, prudência rigor e ambição, dando continuidade ao projeto político e às opções do Executivo Municipal, que foram sufragadas pelos odivelenses, sem nunca descurar a ambição na prossecução do nosso objetivo central: a melhoria da qualidade de vida da população e a construção de um território mais coeso, mais moderno e qualificado. -----

Destaque para a redução da taxa de IMI que, para 2023, será de 0,35%, constituindo uma das principais medidas contempladas neste orçamento municipal. Tal decisão, que surge na sequência do desagravamento fiscal que tem marcado os últimos anos neste concelho, junta-se a outras iniciativas como o IMI Familiar, que possibilita uma dedução adicional de 40€ para agregados familiares com dois filhos e de 70€ para famílias com três ou mais dependentes, ou a oferta das fichas e dos kits escolares, que terão um impacto significativo nos orçamentos das famílias no próximo ano. -----

Iremos manter, igualmente, investimentos muito relevantes ao nível da construção de novos equipamentos e infraestruturas coletivas, da requalificação urbana ou da melhoria do espaço público. Refiro-me a intervenções e projetos como: -----

- a conclusão da nova Unidade de Saúde de Famões e a prossecução dos projetos para a construção de 3 novas unidades de saúde no concelho; -----
- a conclusão do Pavilhão Desportivo da EB D. Dinis, nos Pombais; -----
- a conclusão da reabilitação da Biblioteca Municipal D. Dinis; -----
- a construção da nova EB da Amoreira, na Ramada; -----
- a construção da via T14; -----
- a beneficiação das Escolas Secundárias de Odivelas e da Ramada; -----
- a remodelação da Frente Urbana do Rio da Costa; -----
- as diversas intervenções a realizar no Mosteiro de Odivelas; -----
- a construção da Divisão Policial de Odivelas; -----
- a recuperação de fogos municipais; -----
- o projeto de execução do Parque da Cidade; -----

Câmara Municipal de Odivelas

Paços do Concelho – Quinta da Memória
Rua Guilherme Gomes Fernandes
2675-372 Odivelas

NIPC 504 293 125

Tel.: 219 320 000 | E-mail: geral@cm-odivelas.pt
www.cm-odivelas.pt

- o projeto de requalificação do Pavilhão Honório Francisco, na Codivel. -----

Paralelamente, não desperdiçaremos as oportunidades geradas pelas candidaturas aos fundos europeus, originárias quer dos Quadros Comunitários de Apoio, quer das referentes ao Programa de Recuperação e Resiliência. A este nível, destaca-se o Plano de Ação “Comunidades Desfavorecidas”, que contempla a construção/ampliação da Unidade de Saúde e do Polo Cívico da Urmeira ou a intervenção a realizar no Bairro Olival do Pancas, o Programa 1.º Direito, no âmbito da Estratégia Local de Habitação, ou a extensão do Metropolitano ao concelho de Loures, que se encontra em fase de avaliação do estudo de impacto ambiental. -----

Ao nível Social, num ano que se espera de grandes dificuldades e de uma acentuada redução dos rendimentos disponíveis pelas famílias, reforçaremos o nosso compromisso de proteger a população mais vulnerável, apostando na manutenção do “Fundo de Auxílio Social de Emergência”, no “Programa Operacional de Apoio às Pessoas mais carenciadas”, entre outros instrumentos de apoio à mitigação das dificuldades emergentes (o programa de “Realojamento de População Carenciada” ou o início do Programa Municipal de Cuidadores Informais). -----

Convictos da importância do trabalho de complementaridade em rede, realizado com os nossos parceiros locais, esta proposta orçamental contempla também: -----

- uma dotação (reforçada) que perfaz **750 mil Euros no âmbito do PAMO** (Programa de Apoio Municipal de Odivelas), de forma a apoiar o movimento associativo concelhio; -----
- uma dotação de cerca de **1,5 Milhões de Euros** de comparticipação à redução tarifária do transporte público metropolitano, **no âmbito do Passe Navegante**; -----
- uma **transferência superior a 1 Milhão de Euros** para garantir o cumprimento da meritória missão das nossas **Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários**; -----
- e o **reforço em 11%, face a 2022, das verbas a transferir para as Juntas de Freguesia**, que totaliza um valor aproximado de **6,3 Milhões de Euros**. -----

Este Orçamento assume-se, pois, como um instrumento de importância crucial na recuperação económica e social do nosso Concelho. Um orçamento de compromisso e responsabilidade, com forte investimento municipal nas diversas áreas da atividade autárquica. -----

É o **mais elevado Orçamento de Despesa e de Receita de sempre**, resultado da inscrição de um **conjunto de competências entretanto delegadas pela administração central** no município, bem como de **novas infraestruturas e equipamentos** colocados à disposição dos munícipes. -----

Este documento **leva também em linha de conta o valor da inflação** e das **atualizações salariais previstas na proposta de Orçamento Estado 2023 (OE2023)** que representam um **aumento de sensivelmente 4,27 Milhões de Euros (+ 13%)** relativamente o previsto no Orçamento de 2022. -----

RECEITA -----

Câmara Municipal de Odivelas

Paços do Concelho – Quinta da Memória
Rua Guilherme Gomes Fernandes
2675-372 Odivelas

NIPC 504 293 125

Tel.: 219 320 000 | E-mail: geral@cm-odivelas.pt
www.cm-odivelas.pt

Do total do Orçamento de Receita, **100,9 Milhões de Euros são Receitas Correntes (72%), 26,3 Milhões de Euros (19%) são Receitas de Capital e 13,4 Milhões de Euros (10%) Outras Receitas.** -----

- Previsão de receita total de cerca de 140,7 Milhões de Euros (+ 9 Milhões de Euros; + 7%);
- Do total previsto em **Orçamento de Receita** e de acordo com a sua natureza, verifica-se que 100.984.308,86€ (72%) – (+14.509.060,02€; +17%) são **Receitas Correntes**, 26.349.689,50€ (19%) – (-231.416,00€; - 1%) representam **Receitas de Capital**, verificando-se ainda um montante de 13.430.790,04€ (10%) – (+ 5.266.635,62€; -28%) em **Receita não Efetiva**.

Evidência para um ligeiro acréscimo do valor previsto arrecadar com Impostos Diretos, capítulo que representa 32% (44,7 Milhões de Euros) do total da receita municipal prevista, que regista uma variação positiva de 9% (+3,5 Milhões de Euros) face a 2022. -----

O **valor do Orçamento e GOP's situa-se nos 140.764.788,00 Euros** (cento e quarenta milhões setecentos e sessenta e quatro mil setecentos e oitenta e oito euros), o que representa um **acréscimo residual de 6,8% (9 Milhões de Euros) relativamente aos Documentos Previsionais Iniciais para 2022.** -----

De realçar que, em 2021, apesar de ter o 14.º maior orçamento do país, o Município de Odivelas encontrava-se apenas no 28.º lugar, ao nível do peso dos impostos no total da receita cobrada. Em 2020, a posição ocupada era a 23.ª, o que atesta que as receitas da autarquia dependem cada vez menos dos impostos cobrados. -----

Esta é uma conclusão reforçada pelo facto de, em 2021, Odivelas ocupar a 18.ª posição no valor de impostos totais cobrados quando, em 2020, se encontrava em 16.º lugar. -----

Comparativamente com outros concelhos da zona norte da AML, regista-se que Odivelas é dos municípios com menos impostos por habitante, conforme quadro abaixo: -----

Concelho	Impostos por Habitante
Lisboa	887,48 €
Cascais	776,57 €
Oeiras	638,66 €
Maфра	460,93 €
Loures	318,71 €
VF Xira	307,68 €
Odivelas	291,77 €
Sintra	281,21 €
Amadora	213,16 €

Câmara Municipal de Odivelas

Paços do Concelho – Quinta da Memória
Rua Guilherme Gomes Fernandes
2675-372 Odivelas

NIPC 504 293 125

Tel: 219 320 000 | E-mail: geral@cm-odivelas.pt
www.cm-odivelas.pt

Para 2023: -----

- **IMI:** com a redução de 0,01% para 0,35% prevê-se uma receita de 20,8 Milhões de Euros. Este valor é, ainda assim, superior, ao previsto em 2022 em 89 mil Euros; -----
- **IMT:** continua uma das principais fontes de receita municipal, prevendo-se arrecadar 18,3 Milhões de Euros (+22%); -----
- **Derrama:** mantém-se a taxa de 1,5% sobre o lucro tributável, a isenção para pessoas coletivas que se instalem no concelho e criem postos de trabalho ou provem não ter reduzido o n.º de postos de trabalho, relativamente ao ano anterior. A Receita prevista é de 1,8 Milhões de Euros (=). De notar que, em 2020, Odivelas era o 31.º concelho com maior receita de Derrama. Em 2021, situou-se na 29.ª posição, o que denota uma trajetória ascendente ao nível do dinamismo económico do concelho. -----

No que se refere ao capítulo das **Transferências**, realce para as provenientes do **Orçamento Geral do Estado** (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal, n.º 3, art.º 35.º Lei n.º 73/2014 e o IRS), que totalizam 22,8 Milhões de Euros. Tal representa **um acréscimo de 8,2%**, em relação ao considerado no OE 2022, que se traduz num **aumento do valor a transferir para o Município de Odivelas de 1,74 Milhões de Euros**. -----

Ainda dentro deste capítulo, relevo para a rubrica **Transferências de Competências** – Lei 50/2018, na área da **Educação** que totaliza o montante de **11,4 Milhões de Euros**, sendo que esta previsão de receita se encontra consignada a despesas na mesma área de intervenção. -----

DESPESA-----

Do total do **Orçamento de Despesa, 97,8 Milhões de Euros são Despesas Correntes (69%) e 41,9 Milhões de Euros são Despesas de Capital (30%)**. -----

- Previsão de despesa total de cerca de 140,7 Milhões de Euros (+ 9 Milhões; + 7%);
- Do total do **Orçamento de Despesa, 97.821.892,56 € (69%) - (+ 11.063.612,03 €; + 13%) são Despesas Correntes, 41.869.693,09 € (30%) - (+2.047.895,38 €; - 5%) traduzem Despesas de Capital e 1.073.202,35 € (1%) - (+ 4.708,65 €; 0%) são Despesa não Efetiva.**

Nos agrupamentos de despesa corrente, destaca-se as **Despesas com o Pessoal, com um valor total de 38,1 Milhões de Euros, representando 27% do total das dotações orçamentais para 2023**. Trata-se de um montante **superior em 4,27 Milhões de Euros (+13%)** ao previsto no Orçamento de 2022, justificado sobretudo pela **inclusão das atualizações remuneratórias previstas na proposta OE 2023**. -----

A proposta relativa às despesas com o pessoal teve em consideração o seguinte: -----

Câmara Municipal de Odivelas

Paços do Concelho – Quinta da Memória
Rua Guilherme Gomes Fernandes
2675-372 Odivelas

NIPC 504 293 125

Tel.: 219 320 000 | E-mail: geral@cm-odivelas.pt
www.cm-odivelas.pt

- Manutenção do número de trabalhadores do mapa, 1.542 trabalhadores (inclui Eleitos e Contratos a Termo), acrescidos dos referidos 67 novos recrutamentos, dos quais 33 são novos postos a criar no Mapa de Pessoal; -----
- Atualização da RMMG para 761,58 € (683 trabalhadores abrangidos); -----
- Alteração do subsídio de refeição de 4,77 € para 5,20 €; -----
- Aumento salarial de 52,00 € para todos os trabalhadores, com exceção dos que auferem rendimentos superiores a 2.570,82 €/mês, cuja atualização é de 2%; -----
- Aumento remuneratório de 104,00 € para a carreira de Técnico Superior, acrescido da atualização salarial anual; -----
- As alterações de posicionamento por alteração obrigatória e por opção gestonária; -----
- Previsão de 18 novas mobilidades intercarreiras.” -----

De notar que, desde 2018, os **custos com o pessoal aumentaram 8 Milhões de Euros**. Tal denota um caminho de valorização das carreiras dos nossos trabalhadores que, todos os dias, dão o melhor de si para que possamos prestar um melhor serviço público a toda a comunidade. -----

Reforça-se que os principais desígnios da CMO assentam na defesa dos direitos e da dignidade de todas e de todos os seus trabalhadores e na garantia de que tenham mais e melhores condições de trabalho. -----

Destaque também para os Passivos Financeiros (o Serviço da Dívida), isto é, juros e amortizações relativos a **empréstimos de Médio e Longo Prazo contratados, que totalizam 1,3 Milhões de Euros, representando um decréscimo de 1,8%**, em relação às dotações iniciais de 2022. -----

Os agrupamentos da despesa relativos a **Transferências, Correntes e de Capital totalizam 15,1 Milhões de Euros**, sendo que **11,4 Milhões de Euros são de natureza corrente e 3,7 Milhões de Euros são de natureza de capital**. -----

Por último, registre-se o valor inscrito para Aquisição de Bens de Capital (Investimento), que atinge os **38,2 Milhões de Euros**, representando um **crescimento, face a 2022, de 3,6%**. -----

GRANDES OPÇÕES DO PLANO (GOP'S) -----

As **Grandes Opções do Plano para 2023 totalizam 104.005.438,00 €**, representando um **acréscimo de 4,7%**, quando comparado com as GOP's 2022. -----

Realça-se o valor inscrito de cerca de **65,4 Milhões de Euros referente a Projetos Novos**, aos quais se juntam de **38,2 Milhões de Euros (+4%) de Dívida a Transitar** (Plano Plurianual de Investimentos). -----

Em termos funcionais, verifica-se que estão afetos às **Funções Gerais o montante de 25 Milhões de Euros (24%)**, às **Funções Sociais o montante de 58,1 Milhões de Euros (56%)**, permanecendo, deste modo, como o eixo estratégico mais relevante, às **Funções Económicas 12,3 Milhões de Euros (12%)**, e às **Outras Funções 8,4 Milhões de Euros (8,1%)**. -----

Dentro das **Funções Sociais** destaque para: -----

Câmara Municipal de Odivelas

Paços do Concelho – Quinta da Memória
Rua Guilherme Gomes Fernandes
2675-372 Odivelas

NIPC 504 293 125

Tel.: 219 320 000 | E-mail: geral@cm-odivelas.pt
www.cm-odivelas.pt

- Educação 27,3 Milhões de Euros (+3.45%) -----
- Saúde 1,1 Milhões de Euros (-25.41%) -----
- Habitação 4,2 Milhões de Euros (+138,12%) -----
- Ação Social 1,1 Milhões de Euros (-25,41%) -----
- Cultura 4,1 Milhões de Euros (-9%) -----
- Desporto 3,3 Milhões de Euros (+ 78,84%) -----
- Proteção Meio Ambiente e Conservação da Natureza – 6,7 Milhões de Euros (+4.95€) -----

E se no início foram referidas algumas obras municipais, destaca-se agora alguns projetos e iniciativas que terão continuidade ou arranque no próximo ano: -----

- o Estudo do Túmulo de D. Dinis e da espada régia; -----
- o Projeto Sei Ser Família; -----
- o lançamento da Agência de Investimento e Desenvolvimento Económico; -----
- o regresso do Festival da Marmelada; -----
- a Mostra de Ofertas Profissionais e Educativas; -----
- a promoção do Envelhecimento Ativo, com o Clube do Movimento, Passeios Sénior, Oficina +55 ou a Banda Maior; -----
- a organização da 2.ª Edição do Festival Odivelas a Mexer, dedicado ao Desporto e a Juventude;
- o início das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril; -----
- a implementação do Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas; -----
- o Centro de Terapia e Reabilitação de Odivelas; -----
- o início de um grande processo de modernização administrativa; -----
- a continuidade das carreiras urbanas Voltas; -----
- a promoção para a Integração dos Sem-abrigo; -----
- ou o concurso para postos de carregamento elétrico em todo o concelho. -----

Consciente que 2023 será previsivelmente um ano difícil, este Executivo Municipal liderado pelo Partido Socialista reforça a sua determinação para enfrentar com firmeza todos os obstáculos e continuar a construir um concelho cada vez mais atrativo, mais moderno e próspero. -----

Estaremos como até aqui, firmemente empenhados em concretizar o compromisso assumido com os munícipes do nosso concelho. O nosso propósito e a nossa determinação será sempre prosseguir esta importante missão autárquica na defesa do interesse público e na melhoria das condições de vida dos odivelenses. -----

Face ao exposto, o Presidente da Câmara e os Vereadores do Partido Socialista votaram favoravelmente as propostas de Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2023, assim como os restantes pontos em deliberação nesta Reunião.” -----

Câmara Municipal de Odivelas -----

Paços do Concelho – Quinta da Memória
Rua Guilherme Gomes Fernandes
2675-372 Odivelas

NIPC 504 293 125

Tel.: 219 320 000 | E-mail: geral@cm-odivelas.pt
www.cm-odivelas.pt

PONTO CINCO - PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM PARA VIGORAR NO ANO 2023. (DJAG)

Presente para deliberação, o proposto na Informação n.º Interno/2022/9068, de 07-11-2022, com o despacho do Senhor Presidente, que seguidamente se transcreve:

Informação

“Considerando que: A alínea o) do art.º 14.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro, prevê como receitas dos municípios as estabelecidas enquanto tais por lei ou regulamento a favor daqueles. A Lei n.º 5/2004 de 10 de fevereiro, Lei das Comunicações Eletrónicas, na sua atual redação, criou a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), determinada, nos termos do artigo 106.º, «com base na aplicação de um percentual sobre o total da faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município»; 2/2 O art.º 106.º da Lei 5/2004, refere que o percentual referido na alínea anterior é aprovado anualmente por cada município até ao fim do mês de dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência e não pode ultrapassar os 0,25 %. Nestes termos propõe-se que seja submetida a deliberação da Câmara Municipal de Odivelas e, posteriormente apresentada à Assembleia Municipal, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º e da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a aprovação da aplicação do percentual de 0,25% relativo à Taxa Municipal de Direitos de Passagem para vigorar no ano de 2023.”

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE

“Ao SAOM, para incluir na Ordem de Trabalhos da próxima Reunião de Câmara.”

Colocada à votação, foi aprovada, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, dos Senhores Vereadores da bancada do PS e do Senhor Vereador da bancada do Chega, com a abstenção dos Senhores Vereadores da bancada do PPD/PSD e com o voto contra do Senhor

Câmara Municipal de Odivelas

Paços do Concelho – Quinta da Memória
Rua Guilherme Gomes Fernandes
2675-372 Odivelas

NIPC 504 293 125

Tel.: 219 320 000 | E-mail: geral@cm-odivelas.pt
www.cm-odivelas.pt



Vereador da bancada da CDU, a Proposta de Fixação de Taxa Municipal de Direitos de Passagem para Vigorar no Ano 2023, conforme informação acima referida.-----

O Senhor Vereador Fernando Painho apresentou uma **declaração de voto** que seguidamente se transcreve: -----

“A taxa municipal de direito de passagem (TMDP) e a taxa de ocupação do subsolo (TOS) foram criadas por reivindicação das autarquias, com o objetivo de serem aplicadas penalizações às operadoras de subsolo, como forma de as obrigar a repararem os pavimentos que danificavam. -----

Numa primeira fase foi assim a sua aplicação, no entanto como os operadores contestaram esta lei, que os penalizava, se não procedessem à reposição da via pública, no início deste milénio o governo PS, procedeu a uma alteração legislativa, que deu a possibilidade aos operadores de subsolo de fazerem recair esse encargo nos consumidores finais. -----

Em 2017, foram dados passos importantes para que estas taxas não se repercutissem nos consumidores finais, mas que fossem efetivamente suportadas pelos respetivos operadores. -----

Contudo, em Agosto de 2019, o Governo PS voltou a prever em Lei, numa clara cedência aos operadores, que as empresas pudessem fazer refletir nos consumidores finais essas taxas. -----

É sem dúvida um passo atrás e é permitir que as empresas que operam no subsolo possam violar a competência e a autonomia municipal. -----

Desafiamos este executivo Municipal do PS a pressionar o Governo, igualmente PS, a reverter a Lei que favorece as empresas em detrimento das pessoas. -----

Esta Autarquia deve continuar a pugnar para que estas taxas sejam repercutidas aos operadores e nesse sentido envidar todos os esforços junto da Assembleia da República e do Governo. -----

No contexto anteriormente definido o nosso voto será obviamente contra.” -----

O Senhor Presidente apresentou uma **declaração de voto** que seguidamente se transcreve: -----

“Começamos, em primeiro lugar, por agradecer aos serviços municipais e em particular ao DAJG/DFA, pelo importante trabalho de elaboração do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, que constituem instrumentos determinantes para a atividade e o desempenho municipal no próximo ano civil de 2023, que se avizinha. -----

São vários os fatores que estiveram na base destes Documentos Provisionais. A saber: -----

1. Um difícil cenário macroeconómico, fruto da invasão da Ucrânia, marcado pelo abrandamento das economias mundiais, que se encontravam em recuperação depois de uma longa pandemia (com uma acentuada crise na produção), pela crise energética que impactou consideravelmente os preços das matérias-primas e pela subida da inflação que tem colocado uma pressão enorme nos orçamentos familiares; -----

2. A continuidade do trabalho realizado, dando seguimento aos diversos e importantes projetos municipais que se encontram em curso, nas mais variadas áreas - originando que cerca de 38,2 Milhões de Euros estejam já comprometidos para 2023, que transitam como dívida do atual ano económico; -----

3. O encerramento do atual quadro comunitário de apoio do PT2020, a preparação e o acompanhamento das candidaturas ao PRR (sendo que alguns projetos já se encontram em curso) e a definição do próximo pacote de fundos europeus do PT2023 (que se encontra ainda em fase de preparação e discussão); -----

4. O aumento significativo das Despesas com o Pessoal, num montante superior em 4,27 Milhões de Euros (+13%) ao previsto no Orçamento de 2022, justificado sobretudo pela inclusão das atualizações remuneratórias previstas na proposta de Orçamento de Estado para 2023; -----

5. O compromisso de manter umas contas municipais sólidas e uma tesouraria saudável, com prazos médios de pagamento reduzidos (possibilitando injetar liquidez na economia local, de modo que as empresas possam fazer face, com celeridade, às suas responsabilidades e compromissos); não deixando de mencionar que a atual proposta de Orçamento para 2023 expressa também a continuidade da redução da dívida bancária, libertando, nesse sentido, verbas importantes para alocar à atividade do município; -----

6. E a necessidade imperiosa de continuar a aliar as contas certas à satisfação das necessidades da população, conciliando o investimento nas pessoas com o desenvolvimento do território e a promoção da coesão territorial. -----

A apresentação destes referidos documentos decorre, assim, numa conjuntura singular, exigindo-nos, por isso, prudência rigor e ambição, dando continuidade ao projeto político e às opções do Executivo Municipal, que foram sufragadas pelos odivelenses, sem nunca descurar a ambição na prossecução do nosso objetivo central: a melhoria da qualidade de vida da população e a construção de um território mais coeso, mais moderno e qualificado. -----

Destaque para a redução da taxa de IMI que, para 2023, será de 0,35%, constituindo uma das principais medidas contempladas neste orçamento municipal. Tal decisão, que surge na sequência do desagravamento fiscal que tem marcado os últimos anos neste concelho, junta-se a outras iniciativas como o IMI Familiar, que possibilita uma dedução adicional de 40€ para agregados familiares com dois filhos e de 70€ para famílias com três ou mais dependentes, ou a oferta das fichas e dos kits escolares, que terão um impacto significativo nos orçamentos das famílias no próximo ano. -----

Iremos manter, igualmente, investimentos muito relevantes ao nível da construção de novos equipamentos e infraestruturas coletivas, da requalificação urbana ou da melhoria do espaço público. Refiro-me a intervenções e projetos como: -----

- a conclusão da nova Unidade de Saúde de Famões e a prossecução dos projetos para a construção de 3 novas unidades de saúde no concelho; -----
- a conclusão do Pavilhão Desportivo da EB D. Dinis, nos Pombais; -----
- a conclusão da reabilitação da Biblioteca Municipal D. Dinis; -----
- a construção da nova EB da Amoreira, na Ramada; -----
- a construção da via T14; -----
- a beneficiação das Escolas Secundárias de Odivelas e da Ramada; -----
- a remodelação da Frente Urbana do Rio da Costa; -----
- as diversas intervenções a realizar no Mosteiro de Odivelas; -----
- a construção da Divisão Policial de Odivelas; -----
- a recuperação de fogos municipais; -----
- o projeto de execução do Parque da Cidade; -----
- o projeto de requalificação do Pavilhão Honório Francisco, na Codivel. -----

Paralelamente, não desperdiçaremos as oportunidades geradas pelas candidaturas aos fundos europeus, originárias quer dos Quadros Comunitários de Apoio, quer das referentes ao Programa de Recuperação e Resiliência. A este nível, destaca-se o Plano de Ação “Comunidades Desfavorecidas”, que contempla a construção/ampliação da Unidade de Saúde e do Polo Cívico da Urmeira ou a intervenção a realizar no Bairro Olival do Pancas, o Programa 1.º Direito, no âmbito da Estratégia Local de Habitação, ou a extensão do Metropolitano ao concelho de Loures, que se encontra em fase de avaliação do estudo de impacto ambiental. -----

Ao nível Social, num ano que se espera de grandes dificuldades e de uma acentuada redução dos rendimentos disponíveis pelas famílias, reforçaremos o nosso compromisso de proteger a população mais vulnerável, apostando na manutenção do “Fundo de Auxílio Social de Emergência”, no “Programa Operacional de Apoio às Pessoas mais carenciadas”, entre outros instrumentos de apoio à mitigação das dificuldades emergentes (o programa de “Realojamento de População Carenciada” ou o início do Programa Municipal de Cuidadores Informais). -----

Convictos da importância do trabalho de complementaridade em rede, realizado com os nossos parceiros locais, esta proposta orçamental contempla também: -----

- uma dotação (reforçada) que perfaz **750 mil Euros no âmbito do PAMO** (Programa de Apoio Municipal de Odivelas), de forma a apoiar o movimento associativo concelhio; -----

- uma dotação de cerca de **1,5 Milhões de Euros** de comparticipação à redução tarifária do transporte público metropolitano, **no âmbito do Passe Navegante**; -----
- uma **transferência superior a 1 Milhão de Euros** para garantir o cumprimento da meritória missão das nossas **Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários**; -----
- e o **reforço em 11%, face a 2022**, das **verbas a transferir para as Juntas de Freguesia**, que totaliza um valor aproximado de **6,3 Milhões de Euros**. -----

Este Orçamento assume-se, pois, como um instrumento de importância crucial na recuperação económica e social do nosso Concelho. Um orçamento de compromisso e responsabilidade, com forte investimento municipal nas diversas áreas da atividade autárquica. -----

É o **mais elevado Orçamento de Despesa e de Receita de sempre**, resultado da inscrição de um **conjunto de competências entretanto delegadas pela administração central** no município, bem como de **novas infraestruturas e equipamentos** colocados à disposição dos munícipes. -----

Este documento **leva também em linha de conta o valor da inflação e das atualizações salariais previstas na proposta de Orçamento Estado 2023 (OE2023)** que representam um **aumento de sensivelmente 4,27 Milhões de Euros (+ 13%)** relativamente o previsto no Orçamento de 2022. -----

RECEITA -----

Do total do Orçamento de Receita, **100,9 Milhões de Euros são Receitas Correntes (72%), 26,3 Milhões de Euros (19%) são Receitas de Capital e 13,4 Milhões de Euros (10%) Outras Receitas**. -----

- Previsão de receita total de cerca de 140,7 Milhões de Euros (+ 9 Milhões de Euros; + 7%);
 - Do total previsto em **Orçamento de Receita** e de acordo com a sua natureza, verifica-se que 100.984.308,86€ (72%) – (+14.509.060,02€; +17%) são **Receitas Correntes**, 26.349.689,50€ (19%) – (-231.416,00€; - 1%) representam **Receitas de Capital**, verificando-se ainda um montante de 13.430.790,04€ (10%) – (+ 5.266.635,62€; -28%) em **Receita não Efetiva**.

Evidência para um ligeiro acréscimo do valor previsto arrecadar com Impostos Diretos, capítulo que representa 32% (44,7 Milhões de Euros) do total da receita municipal prevista, que regista uma variação positiva de 9% (+3,5 Milhões de Euros) face a 2022. -----

O **valor do Orçamento e GOP's situa-se nos 140.764.788,00 Euros** (cento e quarenta milhões setecentos e sessenta e quatro mil setecentos e oitenta e oito euros), o que representa um **acréscimo residual de 6,8% (9 Milhões de Euros) relativamente aos Documentos Previsionais Iniciais para 2022**. -----

De realçar que, em 2021, apesar de ter o 14.º maior orçamento do país, o Município de Odivelas encontrava-se apenas no 28.º lugar, ao nível do peso dos impostos no total da receita cobrada. Em 2020, a

posição ocupada era a 23.^a, o que atesta que as receitas da autarquia dependem cada vez menos dos impostos cobrados. -----

Esta é uma conclusão reforçada pelo facto de, em 2021, Odivelas ocupar a 18.^a posição no valor de impostos totais cobrados quando, em 2020, se encontrava em 16.^o lugar. -----

Comparativamente com outros concelhos da zona norte da AML, regista-se que Odivelas é dos municípios com menos impostos por habitante, conforme quadro abaixo: -----

Concelho	Impostos por Habitante
Lisboa	887,48 €
Cascais	776,57 €
Oeiras	638,66 €
Mafra	460,93 €
Loures	318,71 €
VF Xira	307,68 €
Odivelas	291,77 €
Sintra	281,21 €
Amadora	213,16 €

Para 2023: -----

- **IMI:** com a redução de 0,01% para 0,35% prevê-se uma receita de 20,8 Milhões de Euros. Este valor é, ainda assim, superior, ao previsto em 2022 em 89 mil Euros; -----
- **IMT:** continua uma das principais fontes de receita municipal, prevendo-se arrecadar 18,3 Milhões de Euros (+22%); -----
- **Derrama:** mantém-se a taxa de 1,5% sobre o lucro tributável, a isenção para pessoas coletivas que se instalem no concelho e criem postos de trabalho ou provem não ter reduzido o n.^o de postos de trabalho, relativamente ao ano anterior. A Receita prevista é de 1,8 Milhões de Euros (=). De notar que, em 2020, Odivelas era o 31.^o concelho com maior receita de Derrama. Em 2021, situou-se na 29.^a posição, o que denota uma trajetória ascendente ao nível do dinamismo económico do concelho. -----

No que se refere ao capítulo das **Transferências**, realce para as provenientes do **Orçamento Geral do Estado** (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal, n.^o 3, art.^o 35.^o Lei n.^o 73/2014 e o IRS), que totalizam 22,8 Milhões de Euros. Tal representa **um acréscimo de 8,2%**, em relação ao considerado

no OE 2022, que se traduz num **aumento do valor a transferir para o Município de Odivelas de 1,74 Milhões de Euros**. -----

Ainda dentro deste capítulo, relevo para a rubrica **Transferências de Competências** – Lei 50/2018, na área da **Educação** que totaliza o montante de **11,4 Milhões de Euros**, sendo que esta previsão de receita se encontra consignada a despesas na mesma área de intervenção. -----

DESPESA

Do total do **Orçamento de Despesa, 97,8 Milhões de Euros são Despesas Correntes (69%) e 41,9 Milhões de Euros são Despesas de Capital (30%)**. -----

- Previsão de despesa total de cerca de 140,7 Milhões de Euros (+ 9 Milhões; + 7%);
- Do total do **Orçamento de Despesa, 97.821.892,56 € (69%) - (+ 11.063.612,03 €; + 13%) são Despesas Correntes, 41.869.693,09 € (30%) - (+2.047.895,38 €; - 5%) traduzem Despesas de Capital e 1.073.202,35 € (1%) - (+ 4.708,65 €; 0%) são Despesa não Efetiva.**

Nos agrupamentos de despesa corrente, destaca-se as **Despesas com o Pessoal, com um valor total de 38,1 Milhões de Euros, representando 27% do total das dotações orçamentais para 2023**. Trata-se de um montante **superior em 4,27 Milhões de Euros (+13%)** ao previsto no Orçamento de 2022, justificado sobretudo pela **inclusão das atualizações remuneratórias previstas na proposta OE 2023**. -----

A proposta relativa às despesas com o pessoal teve em consideração o seguinte: -----

- Manutenção do número de trabalhadores do mapa, 1.542 trabalhadores (inclui Eleitos e Contratos a Termo), acrescidos dos referidos 67 novos recrutamentos, dos quais 33 são novos postos a criar no Mapa de Pessoal; -----
- Atualização da RMMG para 761,58 € (683 trabalhadores abrangidos); -----
- Alteração do subsídio de refeição de 4,77 € para 5,20 €; -----
- Aumento salarial de 52,00 € para todos os trabalhadores, com exceção dos que auferem rendimentos superiores a 2.570,82 €/mês, cuja atualização é de 2%; -----
- Aumento remuneratório de 104,00 € para a carreira de Técnico Superior, acrescido da atualização salarial anual; -----
- As alterações de posicionamento por alteração obrigatória e por opção gestionária; -----
- Previsão de 18 novas mobilidades intercarreiras.” -----

De notar que, desde 2018, os **custos com o pessoal aumentaram 8 Milhões de Euros**. Tal denota um caminho de valorização das carreiras dos nossos trabalhadores que, todos os dias, dão o melhor de si para que possamos prestar um melhor serviço público a toda a comunidade. -----

Reforça-se que os principais desígnios da CMO assentam na defesa dos direitos e da dignidade de todas e de todos os seus trabalhadores e na garantia de que tenham mais e melhores condições de trabalho. -----

Destaque também para os Passivos Financeiros (o Serviço da Dívida), isto é, juros e amortizações relativos a **empréstimos de Médio e Longo Prazo contratados, que totalizam 1,3 Milhões de Euros, representando um decréscimo de 1,8%**, em relação às dotações iniciais de 2022. -----

Os agrupamentos da despesa relativos a **Transferências, Correntes e de Capital totalizam 15,1 Milhões de Euros**, sendo que **11,4 Milhões de Euros são de natureza corrente e 3,7 Milhões de Euros são de natureza de capital**. -----

Por último, registe-se o valor inscrito para Aquisição de Bens de Capital (Investimento), que atinge os **38,2 Milhões de Euros**, representando um **crescimento, face a 2022, de 3,6%**. -----

GRANDES OPÇÕES DO PLANO (GOP'S) -----

As **Grandes Opções do Plano para 2023 totalizam 104.005.438,00 €**, representando um **acréscimo de 4,7%**, quando comparado com as GOP's 2022. -----

Realça-se o valor inscrito de cerca de **65,4 Milhões de Euros referente a Projetos Novos**, aos quais se juntam de **38,2 Milhões de Euros (+4%) de Dívida a Transitar** (Plano Plurianual de Investimentos). -----

Em termos funcionais, verifica-se que estão afetos às **Funções Gerais o montante de 25 Milhões de Euros (24%)**, às **Funções Sociais o montante de 58,1 Milhões de Euros (56%)**, permanecendo, deste modo, como o eixo estratégico mais relevante, às **Funções Económicas 12,3 Milhões de Euros (12%)**, e às **Outras Funções 8,4 Milhões de Euros (8,1%)**. -----

Dentro das **Funções Sociais** destaque para: -----

- Educação 27,3 Milhões de Euros (+3.45%) -----
- Saúde 1,1 Milhões de Euros (-25.41%) -----
- Habitação 4,2 Milhões de Euros (+138,12%) -----
- Ação Social 1,1 Milhões de Euros (-25,41%) -----
- Cultura 4,1 Milhões de Euros (-9%) -----
- Desporto 3,3 Milhões de Euros (+ 78,84%) -----
- Proteção Meio Ambiente e Conservação da Natureza – 6,7 Milhões de Euros (+4.95€) -----

E se no início foram referidas algumas obras municipais, destaca-se agora alguns projetos e iniciativas que terão continuidade ou arranque no próximo ano: -----

- o Estudo do Túmulo de D. Dinis e da espada régia; -----
- o Projeto Sei Ser Família; -----
- o lançamento da Agência de Investimento e Desenvolvimento Económico; -----
- o regresso do Festival da Marmelada; -----
- a Mostra de Ofertas Profissionais e Educativas; -----

Câmara Municipal de Odivelas

Paços do Concelho – Quinta da Memória
Rua Guilherme Gomes Fernandes
2675-372 Odivelas

NIPC 504 293 125

Tel.: 219 320 000 | E-mail: geral@cm-odivelas.pt
www.cm-odivelas.pt

- a promoção do Envelhecimento Ativo, com o Clube do Movimento, Passeios Sénior, Oficina +55 ou a Banda Maior; -----
- a organização da 2.ª Edição do Festival Odivelas a Mexer, dedicado ao Desporto e a Juventude;
- o início das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril; -----
- a implementação do Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas; -----
- o Centro de Terapia e Reabilitação de Odivelas; -----
- o início de um grande processo de modernização administrativa; -----
- a continuidade das carreiras urbanas Voltas; -----
- a promoção para a Integração dos Sem-abrigo; -----
- ou o concurso para postos de carregamento elétrico em todo o concelho. -----

Consciente que 2023 será previsivelmente um ano difícil, este Executivo Municipal liderado pelo Partido Socialista reforça a sua determinação para enfrentar com firmeza todos os obstáculos e continuar a construir um concelho cada vez mais atrativo, mais moderno e próspero. -----

Estando como até aqui, firmemente empenhados em concretizar o compromisso assumido com os munícipes do nosso concelho. O nosso propósito e a nossa determinação será sempre prosseguir esta importante missão autárquica na defesa do interesse público e na melhoria das condições de vida dos odivelenses. -----

Face ao exposto, o Presidente da Câmara e os Vereadores do Partido Socialista votaram favoravelmente as propostas de Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2023, assim como os restantes pontos em deliberação nesta Reunião.” -----

PONTO SEIS - PROPOSTA DE MAPA DE PESSOAL PARA 2023. (DJAG/DRHF) -----

Presente para deliberação, o proposto na Informação n.º Interno/2022/8685, de 24-10-2022, com o despacho do Senhor Presidente, que seguidamente se transcreve: -----

Informação -----

“De acordo com o disposto no n.º 4, do artigo 29.º, da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com as necessárias adaptações, o Mapa de Pessoal, para o próximo ano, deverá ser submetido à aprovação dos Órgãos competentes juntamente com a proposta de orçamento. -----

Câmara Municipal de Odivelas

Paços do Concelho – Quinta da Memória
Rua Guilherme Gomes Fernandes
2675-372 Odivelas

NIPC 504 293 125

Tel.: 219 320 000 | E-mail: geral@cm-odivelas.pt
www.cm-odivelas.pt

Em cumprimento desses dispositivos legais, foi elaborada a proposta de Mapa de Pessoal para o ano de 2023, em anexo, a qual tem como grande objetivo adequar os postos de trabalho previstos aos objetivos estratégicos desta Autarquia para o próximo ano e às efetivas necessidades dos serviços para a prossecução dos mesmos, tendo em consideração o seguinte: -----

- 1) Previsão de novos postos de trabalho que permitam a futura consolidação de situações de mobilidade na categoria e mobilidade intercarreiras; -----
- 2) Previsão de novos postos de trabalho tendo em vista a abertura de procedimentos concursais imprescindíveis ao cumprimento das obrigações de prestação de serviço público legalmente estabelecidas, nomeadamente ao nível das carreiras de Técnico Superior, Assistente Técnico, Especial de Fiscalização e Assistente Operacional para o exercício de funções em diversas áreas da atividade municipal; -----
- 3) Eliminação de alguns postos de trabalho não ocupados referentes a diversas situações cuja ocupação não se revela necessária aos serviços. -----

Em face destas linhas orientadoras, o mapa de pessoal para 2023 contempla um total de 2036 postos de trabalho, encontrando-se ocupados, à presente data, 1650 (incluindo o pessoal não docente dos Agrupamentos de Escolas do Concelho, no âmbito da transferência de competências na área da educação) e não ocupados 386 postos. -----

Em termos comparativos com o Mapa de Pessoal para 2022, o qual contemplava 2003 postos de trabalho, observa-se um acréscimo de 33 postos de trabalho, que resulta do seguinte: -----

a) Criação de 92 postos de trabalho para o exercício de funções nas várias unidades orgânicas desta Câmara Municipal, designadamente: -----

- **Técnico Superior** - 38 postos de trabalho; -----
- **Assistente Técnico** - 42 postos de trabalho (sendo que 12 postos são de pessoal não docente) -----
- **Assistente Operacional** - 7 postos de trabalho (sendo que 1 posto é de pessoal não docente e 1 posto é de Encarregado Operacional); -----
- **Coordenador Municipal de Proteção Civil** – 1 posto de trabalho; -----
- **Especial de Fiscalização** – 4 postos de trabalho. -----

b) Eliminação de 59 postos de trabalho não ocupados sendo que, a maioria destes postos resultaram de situações de consolidações de mobilidades intercarreiras e/ou na categoria e aposentações, não se revelando necessários para a prossecução das atribuições das respetivas unidades orgânicas. -----

De salientar ainda que esta proposta de Mapa de Pessoal contempla a descrição das funções associadas a cada carreira/categoria. -----

Da proposta de Mapa de Pessoal aqui apresentada, deu-se conhecimento às Organizações Sindicais, representativas dos trabalhadores desta Câmara Municipal, conforme documento anexo. -----

Câmara Municipal de Odivelas

Paços do Concelho – Quinta da Memória
Rua Guilherme Gomes Fernandes
2675-372 Odivelas

NIPC 504 293 125

Tel.: 219 320 000 | E-mail: geral@cm-odivelas.pt
www.cm-odivelas.pt

Mais se informa que esta proposta de mapa está espelhada na proposta de Orçamento para 2023, o qual prevê a dotação correspondente ao número de postos de trabalho previstos. -----

Nestes termos propõe-se que o presente assunto seja submetido à consideração da Sra. Vereadora Mónica Vilarinho, para que, em caso de concordância, determine a sua inserção na ordem de trabalhos da Reunião da Câmara Municipal em que ocorra a aprovação do Orçamento Municipal e, em caso de aprovação por este Órgão, determine o seu envio à Assembleia Municipal nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º e da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para aprovação do Mapa de Pessoal para 2023." -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE -----

"Ao SAOM, para incluir na Ordem de Trabalhos da próxima Reunião de Câmara e posterior envio à AMO para deliberação." -----

Colocada à votação, foi aprovada, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, dos Senhores Vereadores da bancada do PS e dos Senhores Vereadores da bancada do PPD/PSD e a abstenção dos Senhores Vereadores da bancada do Chega e da bancada da CDU, a Proposta de Mapa de Pessoal para 2023, conforme informação acima referida. -----

O Senhor Presidente apresentou uma **declaração de voto** que seguidamente se transcreve: -----

"Começamos, em primeiro lugar, por agradecer aos serviços municipais e em particular ao DAJG/DFA, pelo importante trabalho de elaboração do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, que constituem instrumentos determinantes para a atividade e o desempenho municipal no próximo ano civil de 2023, que se avizinha. -----

São vários os fatores que estiveram na base destes Documentos Provisionais. A saber: -----

1. Um difícil cenário macroeconómico, fruto da invasão da Ucrânia, marcado pelo abrandamento das economias mundiais, que se encontravam em recuperação depois de uma longa pandemia (com uma acentuada crise na produção), pela crise energética que impactou consideravelmente os preços das matérias-primas e pela subida da inflação que tem colocado uma pressão enorme nos orçamentos familiares; -----

2. A continuidade do trabalho realizado, dando seguimento aos diversos e importantes projetos municipais que se encontram em curso, nas mais variadas áreas - originando que cerca de 38,2 Milhões de Euros estejam já comprometidos para 2023, que transitam como dívida do atual ano económico; -----
3. O encerramento do atual quadro comunitário de apoio do PT2020, a preparação e o acompanhamento das candidaturas ao PRR (sendo que alguns projetos já se encontram em curso) e a definição do próximo pacote de fundos europeus do PT20230 (que se encontra ainda em fase de preparação e discussão); -----
4. **O aumento significativo das Despesas com o Pessoal, num montante superior em 4,27 Milhões de Euros (+13%)** ao previsto no Orçamento de 2022, justificado sobretudo pela inclusão das atualizações remuneratórias previstas na proposta de Orçamento de Estado para 2023; -----
5. O compromisso de manter umas contas municipais sólidas e uma tesouraria saudável, com prazos médios de pagamento reduzidos (possibilitando injetar liquidez na economia local, de modo que as empresas possam fazer face, com celeridade, às suas responsabilidades e compromissos); não deixando de mencionar que a atual proposta de Orçamento para 2023 expressa também a continuidade da redução da dívida bancária, libertando, nesse sentido, verbas importantes para alocar à atividade do município; -----
6. E a necessidade imperiosa de continuar a aliar as contas certas à satisfação das necessidades da população, conciliando o investimento nas pessoas com o desenvolvimento do território e a promoção da coesão territorial. -----

A apresentação destes referidos documentos decorre, assim, numa conjuntura singular, exigindo-nos, por isso, prudência rigor e ambição, dando continuidade ao projeto político e às opções do Executivo Municipal, que foram sufragadas pelos odivelenses, sem nunca descurar a ambição na prossecução do nosso objetivo central: a melhoria da qualidade de vida da população e a construção de um território mais coeso, mais moderno e qualificado. -----

Destaque para a redução da taxa de IMI que, para 2023, será de 0,35%, constituindo uma das principais medidas contempladas neste orçamento municipal. Tal decisão, que surge na sequência do desagravamento fiscal que tem marcado os últimos anos neste concelho, junta-se a outras iniciativas como o IMI Familiar, que possibilita uma dedução adicional de 40€ para agregados familiares com dois filhos e de 70€ para famílias com três ou mais dependentes, ou a oferta das fichas e dos kits escolares, que terão um impacto significativo nos orçamentos das famílias no próximo ano. -----

Iremos manter, igualmente, investimentos muito relevantes ao nível da construção de novos equipamentos e infraestruturas coletivas, da requalificação urbana ou da melhoria do espaço público. Refiro-me a intervenções e projetos como: -----

- a conclusão da nova Unidade de Saúde de Famões e a prossecução dos projetos para a construção de 3 novas unidades de saúde no concelho; -----
- a conclusão do Pavilhão Desportivo da EB D. Dinis, nos Pombais; -----
- a conclusão da reabilitação da Biblioteca Municipal D. Dinis; -----

Câmara Municipal de Odivelas

Paços do Concelho – Quinta da Memória
Rua Guilherme Gomes Fernandes
2675-372 Odivelas

NIPC 504 293 125

Tel.: 219 320 000 | E-mail: geral@cm-odivelas.pt
www.cm-odivelas.pt

- a construção da nova EB da Amoreira, na Ramada; -----
- a construção da via T14; -----
- a beneficiação das Escolas Secundárias de Odivelas e da Ramada; -----
- a remodelação da Frente Urbana do Rio da Costa; -----
- as diversas intervenções a realizar no Mosteiro de Odivelas; -----
- a construção da Divisão Policial de Odivelas; -----
- a recuperação de fogos municipais; -----
- o projeto de execução do Parque da Cidade; -----
- o projeto de requalificação do Pavilhão Honório Francisco, na Codivel. -----

Paralelamente, não desperdiçaremos as oportunidades geradas pelas candidaturas aos fundos europeus, originárias quer dos Quadros Comunitários de Apoio, quer das referentes ao Programa de Recuperação e Resiliência. A este nível, destaca-se o Plano de Ação “Comunidades Desfavorecidas”, que contempla a construção/ampliação da Unidade de Saúde e do Polo Cívico da Urmeira ou a intervenção a realizar no Bairro Olival do Pancas, o Programa 1.º Direito, no âmbito da Estratégia Local de Habitação, ou a extensão do Metropolitano ao concelho de Loures, que se encontra em fase de avaliação do estudo de impacto ambiental. -----

Ao nível Social, num ano que se espera de grandes dificuldades e de uma acentuada redução dos rendimentos disponíveis pelas famílias, reforçaremos o nosso compromisso de proteger a população mais vulnerável, apostando na manutenção do “Fundo de Auxílio Social de Emergência”, no “Programa Operacional de Apoio às Pessoas mais carenciadas”, entre outros instrumentos de apoio à mitigação das dificuldades emergentes (o programa de “Realojamento de População Carenciada” ou o início do Programa Municipal de Cuidadores Informais). -----

Convictos da importância do trabalho de complementaridade em rede, realizado com os nossos parceiros locais, esta proposta orçamental contempla também: -----

- uma dotação (reforçada) que perfaz **750 mil Euros no âmbito do PAMO** (Programa de Apoio Municipal de Odivelas), de forma a apoiar o movimento associativo concelhio; -----
- uma dotação de cerca de **1,5 Milhões de Euros** de comparticipação à redução tarifária do transporte público metropolitano, **no âmbito do Passe Navegante**; -----
- uma **transferência superior a 1 Milhão de Euros** para garantir o cumprimento da meritória missão das nossas **Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários**; -----
- e o **reforço em 11%, face a 2022, das verbas a transferir para as Juntas de Freguesia**, que totaliza um valor aproximado de **6,3 Milhões de Euros**. -----

Este Orçamento assume-se, pois, como um instrumento de importância crucial na recuperação económica e social do nosso Concelho. Um orçamento de compromisso e responsabilidade, com forte investimento municipal nas diversas áreas da atividade autárquica. -----

É o **mais elevado Orçamento de Despesa e de Receita de sempre**, resultado da inscrição de um **conjunto de competências entretanto delegadas pela administração central** no município, bem como de **novas infraestruturas e equipamentos** colocados à disposição dos munícipes. -----

Este documento **leva também em linha de conta o valor da inflação e das atualizações salariais previstas na proposta de Orçamento Estado 2023 (OE2023)** que representam um **aumento de sensivelmente 4,27 Milhões de Euros (+ 13%)** relativamente o previsto no Orçamento de 2022. -----

RECEITA -----

Do total do Orçamento de Receita, **100,9 Milhões de Euros são Receitas Correntes (72%), 26,3 Milhões de Euros (19%) são Receitas de Capital e 13,4 Milhões de Euros (10%) Outras Receitas.** -----

- Previsão de receita total de cerca de 140,7 Milhões de Euros (+ 9 Milhões de Euros; + 7%);
- Do total previsto em **Orçamento de Receita** e de acordo com a sua natureza, verifica-se que 100.984.308,86€ (72%) – (+14.509.060,02€; +17%) são **Receitas Correntes**, 26.349.689,50€ (19%) – (-231.416,00€; - 1%) representam **Receitas de Capital**, verificando-se ainda um montante de 13.430.790,04€ (10%) – (+ 5.266.635,62€; -28%) em **Receita não Efetiva**.

Evidência para um ligeiro acréscimo do valor previsto arrecadar com Impostos Diretos, capítulo que representa 32% (44,7 Milhões de Euros) do total da receita municipal prevista, que regista uma variação positiva de 9% (+3,5 Milhões de Euros) face a 2022. -----

O **valor do Orçamento e GOP's situa-se nos 140.764.788,00 Euros** (cento e quarenta milhões setecentos e sessenta e quatro mil setecentos e oitenta e oito euros), o que representa um **acréscimo residual de 6,8% (9 Milhões de Euros) relativamente aos Documentos Previsionais Iniciais para 2022.** -----

De realçar que, em 2021, apesar de ter o 14.º maior orçamento do país, o Município de Odivelas encontrava-se apenas no 28.º lugar, ao nível do peso dos impostos no total da receita cobrada. Em 2020, a posição ocupada era a 23.ª, o que atesta que as receitas da autarquia dependem cada vez menos dos impostos cobrados. -----

Esta é uma conclusão reforçada pelo facto de, em 2021, Odivelas ocupar a 18.ª posição no valor de impostos totais cobrados quando, em 2020, se encontrava em 16.º lugar. -----

Comparativamente com outros concelhos da zona norte da AML, regista-se que Odivelas é dos municípios com menos impostos por habitante, conforme quadro abaixo: -----

Concelho	Impostos por Habitante
Lisboa	887,48 €
Cascais	776,57 €
Oeiras	638,66 €
Mafra	460,93 €
Loures	318,71 €
VF Xira	307,68 €
Odivelas	291,77 €
Sintra	281,21 €
Amadora	213,16 €

Para 2023: -----

- **IMI:** com a redução de 0,01% para 0,35% prevê-se uma receita de 20,8 Milhões de Euros. Este valor é, ainda assim, superior, ao previsto em 2022 em 89 mil Euros; -----
- **IMT:** continua uma das principais fontes de receita municipal, prevendo-se arrecadar 18,3 Milhões de Euros (+22%); -----
- **Derrama:** mantém-se a taxa de 1,5% sobre o lucro tributável, a isenção para pessoas coletivas que se instalem no concelho e criem postos de trabalho ou provem não ter reduzido o n.º de postos de trabalho, relativamente ao ano anterior. A Receita prevista é de 1,8 Milhões de Euros (=). De notar que, em 2020, Odivelas era o 31.º concelho com maior receita de Derrama. Em 2021, situou-se na 29.ª posição, o que denota uma trajetória ascendente ao nível do dinamismo económico do concelho. -----

No que se refere ao capítulo das **Transferências**, realce para as provenientes do **Orçamento Geral do Estado** (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal, n.º 3, art.º 35.º Lei n.º 73/2014 e o IRS), que totalizam 22,8 Milhões de Euros. Tal representa **um acréscimo de 8,2%**, em relação ao considerado no OE 2022, que se traduz num **aumento do valor a transferir para o Município de Odivelas de 1,74 Milhões de Euros**. -----

Ainda dentro deste capítulo, relevo para a rubrica **Transferências de Competências** – Lei 50/2018, na área da **Educação** que totaliza o montante de **11,4 Milhões de Euros**, sendo que esta previsão de receita se encontra consignada a despesas na mesma área de intervenção. -----

DESPESA-----

Do total do **Orçamento de Despesa**, **97,8 Milhões de Euros** são **Despesas Correntes (69%)** e **41,9 Milhões de Euros** são **Despesas de Capital (30%)**. -----

- Previsão de despesa total de cerca de 140,7 Milhões de Euros (+ 9 Milhões; + 7%);
- Do total do **Orçamento de Despesa**, 97.821.892,56 € (69%) - (+ 11.063.612,03 €; + 13%) são **Despesas Correntes**, 41.869.693,09 € (30%) - (+2.047.895,38 €; - 5%) traduzem **Despesas de Capital** e 1.073.202,35 € (1%) - (+ 4.708,65 €; 0%) são **Despesa não Efetiva**.

Nos agrupamentos de despesa corrente, destaca-se as **Despesas com o Pessoal, com um valor total de 38,1 Milhões de Euros, representando 27% do total das dotações orçamentais para 2023**. Trata-se de um montante **superior em 4,27 Milhões de Euros (+13%)** ao previsto no Orçamento de 2022, justificado sobretudo pela **inclusão das atualizações remuneratórias previstas na proposta OE 2023**. -----

A proposta relativa às despesas com o pessoal teve em consideração o seguinte: -----

- Manutenção do número de trabalhadores do mapa, 1.542 trabalhadores (inclui Eleitos e Contratos a Termo), acrescidos dos referidos 67 novos recrutamentos, dos quais 33 são novos postos a criar no Mapa de Pessoal; -----
- Atualização da RMMG para 761,58 € (683 trabalhadores abrangidos); -----
- Alteração do subsídio de refeição de 4,77 € para 5,20 €; -----
- Aumento salarial de 52,00 € para todos os trabalhadores, com exceção dos que auferem rendimentos superiores a 2.570,82 €/mês, cuja atualização é de 2%; -----
- Aumento remuneratório de 104,00 € para a carreira de Técnico Superior, acrescido da atualização salarial anual; -----
- As alterações de posicionamento por alteração obrigatória e por opção gestonária; -----
- Previsão de 18 novas mobilidades intercarreiras." -----

De notar que, desde 2018, os **custos com o pessoal aumentaram 8 Milhões de Euros**. Tal denota um caminho de valorização das carreiras dos nossos trabalhadores que, todos os dias, dão o melhor de si para que possamos prestar um melhor serviço público a toda a comunidade. -----

Reforça-se que os principais desígnios da CMO assentam na defesa dos direitos e da dignidade de todas e de todos os seus trabalhadores e na garantia de que tenham mais e melhores condições de trabalho. -----

Destaque também para os Passivos Financeiros (o Serviço da Dívida), isto é, juros e amortizações relativos a **empréstimos de Médio e Longo Prazo contratados, que totalizam 1,3 Milhões de Euros, representando um decréscimo de 1,8%**, em relação às dotações iniciais de 2022. -----

Os agrupamentos da despesa relativos a **Transferências, Correntes e de Capital totalizam 15,1 Milhões de Euros**, sendo que **11,4 Milhões de Euros são de natureza corrente e 3,7 Milhões de Euros são de natureza de capital**. -----

Por último, registe-se o valor inscrito para Aquisição de Bens de Capital (Investimento), que atinge os **38,2 Milhões de Euros**, representando um **crescimento, face a 2022, de 3,6%**. -----

Câmara Municipal de Odivelas

Paços do Concelho – Quinta da Memória
Rua Guilherme Gomes Fernandes
2675-372 Odivelas

NIPC 504 293 125

Tel.: 219 320 000 | E-mail: geral@cm-odivelas.pt
www.cm-odivelas.pt

GRANDES OPÇÕES DO PLANO (GOP'S) -----

As **Grandes Opções do Plano para 2023** totalizam **104.005.438,00 €**, representando um **acréscimo de 4,7%**, quando comparado com as GOP's 2022. -----

Realça-se o valor inscrito de cerca de **65,4 Milhões de Euros referente a Projetos Novos**, aos quais se juntam de **38,2 Milhões de Euros (+4%) de Dívida a Transitar** (Plano Plurianual de Investimentos). -----

Em termos funcionais, verifica-se que estão afetos às **Funções Gerais o montante de 25 Milhões de Euros (24%)**, às **Funções Sociais o montante de 58,1 Milhões de Euros (56%)**, permanecendo, deste modo, como o eixo estratégico mais relevante, às **Funções Económicas 12,3 Milhões de Euros (12%)**, e às **Outras Funções 8,4 Milhões de Euros (8,1%)**. -----

Dentro das **Funções Sociais** destaque para: -----

- Educação 27,3 Milhões de Euros (+3.45%) -----
- Saúde 1,1 Milhões de Euros (-25.41%) -----
- Habitação 4,2 Milhões de Euros (+138,12%) -----
- Ação Social 1,1 Milhões de Euros (-25,41%) -----
- Cultura 4,1 Milhões de Euros (-9%) -----
- Desporto 3,3 Milhões de Euros (+ 78,84%) -----
- Proteção Meio Ambiente e Conservação da Natureza – 6,7 Milhões de Euros (+4.95€) -----

E se no início foram referidas algumas obras municipais, destaca-se agora alguns projetos e iniciativas que terão continuidade ou arranque no próximo ano: -----

- o Estudo do Túmulo de D. Dinis e da espada régia; -----
- o Projeto Sei Ser Família; -----
- o lançamento da Agência de Investimento e Desenvolvimento Económico; -----
- o regresso do Festival da Marmelada; -----
- a Mostra de Ofertas Profissionais e Educativas; -----
- a promoção do Envelhecimento Ativo, com o Clube do Movimento, Passeios Sénior, Oficina +55 ou a Banda Maior; -----
- a organização da 2.ª Edição do Festival Odivelas a Mexer, dedicado ao Desporto e a Juventude;
- o início das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril; -----
- a implementação do Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas; -----
- o Centro de Terapia e Reabilitação de Odivelas; -----
- o início de um grande processo de modernização administrativa; -----
- a continuidade das carreiras urbanas Voltas; -----
- a promoção para a Integração dos Sem-abrigo; -----
- ou o concurso para postos de carregamento elétrico em todo o concelho. -----

Consciente que 2023 será previsivelmente um ano difícil, este Executivo Municipal liderado pelo Partido Socialista reforça a sua determinação para enfrentar com firmeza todos os obstáculos e continuar a construir um concelho cada vez mais atrativo, mais moderno e próspero. -----

Estaremos como até aqui, firmemente empenhados em concretizar o compromisso assumido com os munícipes do nosso concelho. O nosso propósito e a nossa determinação será sempre prosseguir esta importante missão autárquica na defesa do interesse público e na melhoria das condições de vida dos odivelenses. -----

Face ao exposto, o Presidente da Câmara e os Vereadores do Partido Socialista votaram favoravelmente as propostas de Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2023, assim como os restantes pontos em deliberação nesta Reunião. -----

Eram 12h10, quando o Senhor Presidente declarou encerrada a Reunião, dela tendo sido lavrada a minuta da ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada por todos. -----

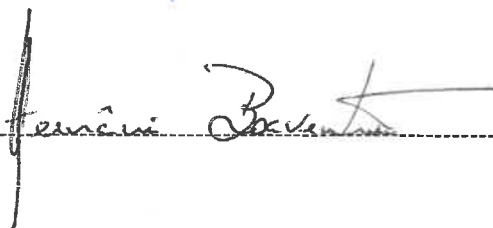
Com base na acima referida Minuta, foi lavrada a presente Ata que, depois de lida e aprovada pela Câmara Municipal, vai ser assinada pelo Presidente, Hugo Martins e por Hernâni Boaventura, Diretor Municipal. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,



(Hugo Martins)

O Diretor Municipal: -----



Câmara Municipal de Odivelas

Paços do Concelho – Quinta da Memória
Rua Guilherme Gomes Fernandes
2675-372 Odivelas

NIPC 504 293 125

Tel.: 219 320 000 | E-mail: geral@cm-odivelas.pt
www.cm-odivelas.pt